

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

*RISORGIMENTO E REVOLUÇÃO:*

Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha

LAURA DE LEÃO DORNELLES

Porto Alegre

2010

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**LAURA DE LEÃO DORNELLES**

***RISORGIMENTO E REVOLUÇÃO:***

**Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Núncia Maria de Santoro Constantino

Porto Alegre, janeiro de 2010

**LAURA DE LEÃO DORNELLES**

***RISORGIMENTO E REVOLUÇÃO:***

**Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 19/03/2010.

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Núncia Maria Santoro de Constantino (PUCRS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janete Abrão (PUCRS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Carla Brandalise (UFRGS)

## Agradecimentos

De início, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação da PUC e ao CNPq pela bolsa integral concedida, fator imprescindível para a conclusão desta empreitada. Agradeço à minha orientadora, Núncia Constantino, pela compreensão das dificuldades, pela atenção que delegou ao meu trabalho e por todo o conhecimento que me passou. Muito obrigada.

Agradeço aos professores das disciplinas que tive a oportunidade de frequentar na PUC. Em especial ao Prof. Helder Silveira, à Prof<sup>a</sup>. Janete Abrão e à Prof<sup>a</sup>. Margaret Bakos por tudo o que me ensinaram. Não fosse por seus conhecimentos, repassados com ética e apreço aos alunos, esta dissertação seria bem menos elaborada. Ainda agradeço à atenção e às considerações que a Prof<sup>a</sup>. Susana Bleil de Sousa delegou ao meu trabalho em disciplina que cursei no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao longo de minha graduação na UFRGS, tive oportunidade de conviver com excelentes mestres. Dentre esses, quatro se destacaram em minha vida acadêmica e pessoal. Primeiramente, a Prof<sup>a</sup>. Carla Brandalise, da qual fui bolsista de iniciação científica. Devo a ela o título desta dissertação e considerações de suma importância para a construção do primeiro capítulo da presente, bem como a cessão dos “Escritos Políticos” de Mazzini. A Prof<sup>a</sup>. Carla sempre me auxiliou e encheu de ânimo para a continuação de minha carreira acadêmica. Agradeço a ela de coração.

Os três outros professores que agradeço em especial são Prof. Enrique Serra Padrós, Prof. René Gertz e Prof<sup>a</sup>. Sandra Jathay Pesavento (*in memoriam*). O Prof. Enrique possui uma sensibilidade ímpar para ensinar sobre a vida daqueles que viveram no passado. Com isso, fez-me compreender não apenas o processo histórico, mas a vida dos seres humanos por detrás dos livros. Muito obrigada.

O Prof. René Gertz tem a humildade de ouvir e aceitar opiniões diferentes das suas, habilidade digna de louvor. Esteve presente em momentos cruciais de minha vida, colaborando em mais do que ele próprio possa imaginar para a continuação de minha jornada acadêmica. Obrigada por tudo.

A querida e saudosa Prof<sup>a</sup>. Sandra Pesavento me marcou pela disponibilidade de compartilhar seu amplo conhecimento com seus alunos. Estava sempre disposta ao diálogo e ao auxílio de possíveis propostas de pesquisa. Certa vez, lendo “Testemunha Ocular: História e Imagem”, de Peter Burke, percebi que os historiadores aprendiam a compreender textos, mas não imagens. Assim, perguntei à Prof<sup>a</sup>. Sandra se ela poderia oferecer uma disciplina de “História e Imagens”, o que assentiu com empolgação. Como eu trabalhava durante o dia, pedi que ela ministrasse as aulas no turno da noite. Humildemente, pela primeira vez em sua vida, a Prof<sup>a</sup>. Sandra passou um semestre inteiro indo ao Campus do Vale da UFRGS pela noite. Não há palavras para agradecer sua gentileza.

Em minha vida profissional, também encontrei exemplos de conduta ética e moral. Saliento os nomes de Tânia Leão e de Nara Marli Zeilmann. Tânia foi minha chefe em meu primeiro estágio, no Setor Pedagógico da 12<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação. Nara ainda é diretora do Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim, no município de Guaíba, onde cursei o Ensino Médio e, posteriormente, fui professora. Ambas me ensinaram que se pode aliar liderança com competência e humanidade.

Em minha jornada profissional, também tenho de ressaltar uma pessoa em especial, Roberto da Costa Leite, responsável pelo Setor de Imprensa do Museu Hipólito José da Costa. “Beto” é um grande amigo e “historiador por ofício”. Agradeço pela amizade, pelo apoio e pela leitura e elogios ao meu trabalho. Suas considerações sempre me trouxeram estímulo em momentos difíceis. Não obstante, me colocou em contato com Landro Oviedo, que foi responsável pela correção da língua portuguesa de minha dissertação e a quem sou muito grata por toda dedicação que delegou ao meu trabalho.

Agradeço, também, à generosidade do italiano Antonio de Ruggiero, que trouxe de sua terra natal as cartas emitidas por Rossetti para Cuneo e, gentilmente, me cedeu o material digitalizado. Não fossem esses documentos, com certeza faltariam dados cruciais nesta dissertação.

Muitas outras pessoas contribuíram, direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído. Dentre elas, destaco o nome de Izilda Borges. Agradeço pelos laços duradouros da nossa amizade, que já remonta a dez anos. Obrigada pelo ombro amigo e pelas constantes orações.

Também, agradeço à Margarida, Guilherme e Katharine Nunes, bem como a toda família de Patrick Braga, que foram sempre fraternos e atenciosos com a minha família e comigo, trazendo alegrias em períodos conturbados.

Outros colegas e amigos, direta ou indiretamente, foram responsáveis por minha chegada até aqui: Daiane Barrientos Garcia, Fernanda dos Santos Bonet, Fernanda Bica Machado, Franciele Hass de Sousa, Geisa Jelinek de Oliveira, Guilherme Bica Machado, Gustavo Coelho, Igor Giovani, Joana Peteffi, João Júlio Gomes Jr., Kathyellen Borges, Leandro Rios Heck, Lucas Maximiliano Monteiro, Magali Corrêa de Assis, Maitê Peixoto, Poty Burch, Raul Oliveri, Ricardo Almeida, Roberto Fraga, Sandro Rama Fiorini e Thaís César. Presto meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, colaboraram para que os sonhos desta historiadora se tornassem realidade e peço desculpas àqueles que minha memória, cansada, teimou em não lembrar.

Agradeço aos meus familiares, especialmente aos meus padrinhos Ivan Clóvis Didio, Ângela Didio, Ana Maria Flores e Luciana Morél. Aos primos Cássia Didio e Márton Silveira pela alegria que me fazem sentir quando estamos juntos. À prima Mariane Didio de Sousa pela torcida para que tudo desse certo e pelo constante empréstimo da internet na reta final desta dissertação. Ao tio Cláudio Dornelles por, ao mesmo tempo, me divertir e me preocupar devido à sua grande semelhança com meu pai. Ao meu irmão Dionatan Dornelles e à minha prima Bruna Cabral pela parceria em uma viagem inusitada para Campo Novo. Aos meus tios-avós Lauro e Mirna de Sousa e Adão (*in memoriam*) e Odete Didio pelas belas lembranças que seus

nomes me trazem. Aos membros mais distantes de uma linda história de família, que vem desde a longínqua Sibéria. Obrigada a todos os Danilin que vivem na Argentina. Mesmo distante de meus olhos, vocês sempre estiveram presentes em meu coração. Em especial, a Pablo Danilin pela imensa ajuda na revisão desta dissertação. Te agradeço infinitamente “meu Sol”. Enfim, agradeço a todos os meus familiares.

Por fim, demonstro minha gratidão por aqueles a quem devo todas as minhas conquistas: meus avós maternos, Iláh e Stefan de Leão, e meus pais, Cármen Lidia Didio de Leão e Ivo Bones Dornelles (ambos *in memoriam*). Meus avós são minhas referências e símbolos de vivacidade, de luta e de vitória. Hoje, são mais do que grandes exemplos de vida, são minha própria vida. Minha mãe e meu pai, onde estiverem, sabem de meu amor e gratidão. Minha mãe foi a luz que abriu meus olhos para a vida. Deixou-me livre para escolher o caminho que me fizesse mais feliz e me ensinou a compreender o mundo. Dedico cada página desta dissertação a vocês, pois todas contêm sua presença.

*“A ética genuína só existe  
Onde o homem vive de dentro da sua fonte  
E age pela pureza do seu coração;  
Onde a genuinidade do seu ser  
Se revela em atos desinteressados  
E isentos de desejos [...]*  
*Assim também o sábio sempre serve,  
Realizando grandes coisas,  
Sem se ufanar da sua grandeza”.*

Lao-Tsé

*“Ouvi-me, pois, fraternalmente e julgai  
livremente entre vós mesmos,  
se parece que vos digo a verdade;  
abandonai-me, se parecer que vos prego o erro;  
mas segui-me e procedei de acordo com os meus ensinamentos,  
se virdes em mim um apóstolo da verdade.  
O erro é uma desventura deplorável,  
mas conhecer a verdade e não submeter-lhe às ações  
é delito condenado pelo céu e pela terra.”*

Giuseppe Mazzini.

## Resumo

No século XIX, a Itália passou por um processo histórico conhecido como *Risorgimento*. Iniciado por volta de 1815, findou no entorno de 1870, quando atingiu seu objetivo de unificar o território peninsular sob a bandeira de um Estado. No contexto do *Risorgimento*, Giuseppe Mazzini lutou não apenas em prol da Unificação Italiana, mas pela propagação do republicanismo em escala mundial. Neste sentido, fundou a *Giovine Europa*, em Berna, no mês de abril de 1834. A Guerra Farroupilha foi contemporânea a esta associação mazziniana, que influenciou uma geração de ativistas italianos, que lutaram no sul do Brasil ao lado dos insurgentes rio-grandenses. Dentre eles, os mais comumente conhecidos são aqueles que, por suas atuações, se destacaram na trajetória farroupilha: Giuseppe Garibaldi, formador e comandante da frota naval farroupilha; Livio Zambecari, correntemente chamado de “secretário particular” de Bento Gonçalves; e Luigi Rossetti, editor do jornal mais importante da República Rio-Grandense, O Povo, além de Secretário Interino do governo da breve República Juliana (29/07 a 15/11 de 1839). A partir das correspondências e escritos no jornal O Povo de Luigi Rossetti, a presente pesquisa visa compreender como se deu a inserção do ideário de Mazzini na Guerra Farroupilha.

**Palavras-chave:** História Política. Luigi Rossetti. Giuseppe Mazzini. Unificação Italiana. Guerra Farroupilha.

## Abstract

In the nineteenth century, Italy has been through a historical process known as *Risorgimento*. Starting around 1815, it ended in around 1870, when it reached its goal of unifying the peninsula under the flag of a state. In the context of the *Risorgimento*, Giuseppe Mazzini fought not only for Italian unification, but also for the spread of republicanism worldwide. Furthermore, he founded *Giovine Europa* in Bern, in April of 1834. *Farroupilha* War was contemporary to this Mazzinian association, which influenced a generation of Italian activists, who fought in southern Brazil along with the *rio-grandense* insurgents. Among them, the most commonly known are those who, by their actions, stood in the *farroupilha* path: Giuseppe Garibaldi, trainer and commander of the *farroupilha* naval fleet; Livio Zambecari, commonly called "private secretary" of Bento Gonçalves; and Luigi Rossetti, editor of the most important newspaper of the Republic *Rio-Grandense*, *O Povo*, and also secretary of the brief Republic *Juliana's* government (29/07 to 15/11, 1839). From the letters and writings in the newspaper *O Povo* by Luigi Rossetti, this research aims to understand the insertion of Mazzini's ideas in the *Farroupilha* War.

**Keywords:** Politic History. Luigi Rossetti. Giuseppe Mazzini. Italian Unification. *Farroupilha* War.

## **Índice de abreviaturas**

AAHRGS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

CDBGS – Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva.

CV – Coleção Varela – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

## Sumário

Introdução.....	14
<b>1° Cap. – O Risorgimento e a luta de Giuseppe Mazzini.....</b>	<b>33</b>
1) Os primórdios da Unificação Italiana: da Roma Antiga ao processo do <i>Risorgimento</i> .....	33
2) Da Restauração à Unificação: o <i>Risorgimento</i> .....	38
2.1) O processo de formação da identidade nacional italiana.....	45
3) A luta de Giuseppe Mazzini.....	51
3.1) Breve biografia.....	52
3.2) O ideário mazziniano.....	55
<b>2° Cap. – A Guerra Farroupilha no contexto da formação do Estado brasileiro.....</b>	<b>69</b>
1) O contexto brasileiro antecedente e concomitante ao desenrolar da Guerra Farroupilha.....	70
2) A Guerra Farroupilha.....	77
2.1) O desenrolar da trajetória farroupilha.....	84
2.2) Início e fim do decênio farroupilha: reivindicações iniciais x ganhos reais.....	99
2.3) As tensões existentes entre as lideranças farroupilhas: breves considerações.....	106
<b>3° Cap. – Luigi Rossetti: um romântico-mazziniano na Guerra Farroupilha.....</b>	<b>108</b>

Considerações finais.....	164
Bibliografia.....	173
Anexos.....	184

## Introdução

A importância de ressaltar a Guerra Farroupilha como tema de estudo se justifica por seu legado histórico ao Rio Grande do Sul. Apesar de derrotado pelas forças imperiais, o movimento farroupilha alcançou algumas conquistas político-econômicas que favoreceram suas lideranças, agarrando-se “[...] à crença de que sua honra, no acordo final, permanecera intocada”.<sup>1</sup> Essa certeza de ter mantido a honra e não ter simplesmente capitulado foi um forte legado dos farrapos para a construção regionalista da imagem do “gaúcho”.

A guerra rio-grandense influenciou a criação de várias entidades socioculturais que se sedimentaram como marco da história do Estado. Em 1868, foi fundado o Partenon Literário, agremiação de membros que exaltaram o gaúcho através de uma visão romântica tardia: ele era puro, valente, generoso, enfim, um ser pleno de qualidades.<sup>2</sup> Ocorre, assim, uma exaltação de figuras históricas da Guerra Farroupilha, de maneira a heroicizar personagens como Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, dentre outros, que ficaram vistos pela posteridade como símbolos de um “passado glorioso”. Em 1898, surgiu a primeira agremiação tradicionalista do Rio Grande, o “Grêmio Gaúcho de Porto Alegre”, fundada pelo positivista e republicano José Cezimbra Jacques.<sup>3</sup> O movimento farrapo se firmava como fato glorioso da história sulista e seu ideário passava por uma releitura, sendo colocado como símbolo de resistência e bravura do povo rio-grandense.

Em fins do século XIX, o movimento positivista, que passou a comandar politicamente o Rio Grande do Sul após o advento da República no Brasil (1889), perpetuou a figura “gloriosa” do gaúcho, além de colaborar fortemente para a construção da ideia da Guerra Farroupilha como “A Grande

---

<sup>1</sup> LEITMAN, Spencer L. Revolucionários italianos no império do Brasil. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 99.

<sup>2</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007. p. 102.

<sup>3</sup> OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 51.

Revolução”. Os positivistas reivindicaram o republicanismo como herança do ideário farrapo, que os teria inspirado a fundar, em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Esse ideário foi adaptado aos interesses do PRR no exercício do poder de forma a respaldar e a justificar seus fins políticos. Além do âmbito político, o positivismo também deixou sua marca na historiografia. Apesar de se encontrar, correntemente, no meio historiográfico, críticas à forma factual e/ou literária de escrita dos ditos “positivistas”, deve-se conceber suas obras como enquadradas em um determinado momento histórico, seguindo o caráter científico de pesquisa pertinente à sua época. Também é necessário levar em conta que, no espaço rio-grandense, esses autores foram responsáveis por preservar grande parte da documentação pertinente à história local.

Levando-se em consideração a importância da população de origem italiana para a formação sociocultural do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, trabalhar com as relações entre os ativistas mazzinianos e os farroupilhas se justifica por ser um dos primeiros contatos de trocas de experiências entre os espaços italiano e rio-grandense. Do mesmo modo, é importante ter-se em mente que “[...] a participação de elementos italianos na Revolução Farroupilha é bem conhecida; [já que] foram muitos os militares empenhados na luta iniciada em 35. [...] A tradição lembra que, muitos destes legionários permaneceram no interior do Rio Grande do Sul”.<sup>5</sup>

No que tange à imigração italiana em solo gaúcho, é importante o discurso de Borges de Medeiros, após sua ascensão ao poder em 1898, valorizando o homem que emigrara da Península Itálica como “[...] modelo de cidadão operoso e ordeiro, capaz de fácil assimilação”.<sup>6</sup> Além dessa imagem construída acerca do imigrante italiano, é importante perceber que esses personagens, longe de sua terra natal, criaram seus próprios símbolos de representação de “italianidade” e, no Rio Grande do Sul, fizeram uso de uma

---

<sup>4</sup> Haja vista o grande número destes imigrantes que vieram para nosso Estado; algo em torno de 80.000 em fins do século XIX. In.: LEITMAN. Op. Cit. p. 99.

<sup>5</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: Meridionais na Sociedade Porto-Alegrense e permanência da identidade entre Moraneses*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990. p. 51.

<sup>6</sup> CONSTANTINO, 2007. Op. Cit. p. 101.

figura que igualmente fora de suma importância para o *Risorgimento*: Giuseppe Garibaldi. Segundo Núncia Constantino:

As mais frequentes representações de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, são acompanhadas por imagens bem conhecidas: a imagem do General unificador da pátria italiana e a imagem do herói da Revolução Farroupilha. Destes símbolos fazem uso os imigrantes italianos, no processo de construção de uma italianidade no Brasil meridional.<sup>7</sup>

Dessa maneira, percebe-se que, para o reconhecimento desses imigrantes italianos como tais, fez-se uso da releitura da imagem garibaldina, que passou por transformações no curso do tempo, chegando aos dias atuais como “o herói de dois mundos”, “[...] o General unificador, símbolo à formação de uma coletividade, voltou à juventude, vestindo um poncho, como o idealista republicano, capaz de grandes feitos durante a nossa Revolução”.<sup>8</sup>

Lá e cá, na Itália e no Rio Grande, a população italiana “produziu” seus heróis e símbolos de identificação. Na Península Itálica, um destes “grandes homens” foi Giuseppe Mazzini, influente pensador e motivador do processo de Unificação Italiana. Suas concepções prefiguram-se temporalmente em coincidência com o período farroupilha, sendo inseridas neste movimento através dos ativistas italianos a ele ligados, como o próprio Garibaldi. Frente ao fracasso temporário das ações revolucionárias na Itália contra os regimes políticos calcados no absolutismo, inúmeros exilados partiram para o restante do mundo, inclusive para a América, onde alguns acreditavam ser um continente propício para fazer vingar os ideais republicanos. Particularmente no Rio Grande do Sul, estes exilados divulgaram o romantismo e o *Risorgimento*, embasados nas ideias de Mazzini. Dessa forma, em recente trabalho que pretendeu revisar as conclusões historiográficas acerca das relações entre as lideranças farroupilhas, José Plínio Guimarães Fachel faz a seguinte reflexão:

Mas será que sendo Rossetti o redator do jornal oficial *O Povo*, e Tito Lívio Zambecari sendo secretário e chefe de Estado Maior de Bento Gonçalves e Garibaldi, tendo

---

<sup>7</sup> Ibid.p. 87.

<sup>8</sup> Ibid.p. 106.

comandado a flotilha que atacou Laguna, suas influências poderiam ser nulas?<sup>9</sup>

Partindo deste mesmo pressuposto, o presente trabalho se propõe a compreender a inserção do ideário romântico de Mazzini na Guerra Farroupilha a partir de Luigi Rossetti, pois o maior número de documentos do período farrapo que restaram para a atualidade são de autoria deste italiano.

São objetivos específicos desta pesquisa:

- Identificar a influência das ideias mazzinianas no pensamento de Rossetti;
- Expor as dissensões entre as lideranças farroupilhas. Identificando as divergências internas, pode-se entender melhor como possa ter sido inserido o pensamento de Mazzini no seio destas lideranças.

Para se alcançarem tais objetivos, foram utilizadas variadas fontes primárias e documentais. Dentre estas, manifestos, proclamações e cartas expedidas pelas lideranças farroupilhas que constam na Coleção Alfredo Varela, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Boa parte destes documentos foi publicada com o título de “Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul”, que já contam com 17 volumes. Os documentos referentes a Bento Gonçalves possuem publicação especial.<sup>10</sup> As demais fontes primárias utilizadas, concernentes aos farroupilhas, foram “Proclamação da República Rio-Grandense”<sup>11</sup>, “Projeto de Constituição da República Rio-Grandense”<sup>12</sup> e “Acordo de Ponche Verde”.<sup>13</sup> Ainda o jornal O Povo<sup>14</sup> foi de extrema valia para

<sup>9</sup> FACHEL, Jose Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2002. p. 29.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. 1835/1845*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

<sup>11</sup> Constante em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Rep%C3%BAblica\\_Rio-Grandense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_Rio-Grandense)

<sup>12</sup> Projeto de Constituição da República Rio-Grandense. In.: *O Mensageiro, O Americano, Estrella do Sul e Projeto de Constituição da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

<sup>13</sup> Constante em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Poncho\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Poncho_Verde)

<sup>14</sup> O Povo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. Este jornal se encontra no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

se avaliar a inserção das ideias de Mazzini no movimento farroupilha, por conter artigos, comunicados e proclamações escritas por Rossetti.

Sobre os textos de Giuseppe Mazzini, teve-se a oportunidade de trabalhar com seus “Escritos Políticos”<sup>15</sup> e com “Deveres do Homem”.<sup>16</sup> O primeiro título engloba grande parte dos escritos de Mazzini, incluindo documentos importantes de sua trajetória política, como “Instruções Gerais da *Giovine Italia*” e “Ato de Fraternidade da *Giovine Europa*”, por exemplo. “Deveres do Homem” foi escrito em Londres, no ano de 1860, sendo bastante posterior à Guerra Farroupilha. Porém, apresenta elementos de extrema valia para a compreensão do ideário de Mazzini e é perceptível que não ocorreram grandes alterações no pensamento do italiano ao comparar-se “Deveres do Homem” com seus textos anteriores. Outros dois livros foram de suma importância: “Memórias de José Garibaldi”<sup>17</sup> e “La Rivoluzione Riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e Giovan Battista Cuneo”.<sup>18</sup> As “Memórias”, de Garibaldi, foram decisivas para a compreensão do contexto farroupilha no momento de sua estada no Rio Grande, bem como suprimiram lacunas de outras documentações. O livro de Salvatore Candido foi de suma importância para se chegar às conclusões apresentadas ao longo da dissertação.<sup>19</sup>

Percebendo a viabilidade dessa empreitada e visando organizar o momento inicial de trabalho, além da aquisição de bibliografia pertinente para o conjunto de temas abordados neste estudo, surgiu a necessidade de listar os principais líderes do movimento farroupilha, bem como os personagens italianos que lutaram na trajetória sulista, tendo em vista um futuro mapeamento organizacional da vida dessas personagens, bem como de suas

---

<sup>15</sup> MAZZINI, Giuseppe. *Scritti Politici*. Torino: Einaudi, 1976. O Povo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. Este jornal se encontra no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>16</sup> MAZZINI, Giuseppe. Deveres do Homem. In.: *Coleção Pensadores Italianos*. Vol. XXVI. São Paulo: Editora Brasileira, 1952.

<sup>17</sup> GARIBALDI, Giuseppe. *Memórias de José Garibaldi*. Transcritas por Alexandre Dumas. Rio Grande: Of. Do Intransigente, 1907.

<sup>18</sup> CANDIDO, Salvatore. *La Rivoluzione Riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e Giovan Battista Cuneo*. Firenze, 1973.

<sup>19</sup> A tradução livre da bibliografia e das fontes primárias em italiano é de responsabilidade da autora da presente dissertação.

mútuas relações. Dando continuidade ao estudo e visando não incorrer em conclusões errôneas, foi imprescindível levar em conta dois elementos principais. Primeiramente, analisou-se não somente o ideário do próprio Giuseppe Mazzini, como necessariamente a apreensão deste ideário por Luigi Rossetti, ligado às organizações *Giovine Italia* e a *Giovine Europa*. Somente tendo isso em mente se pôde passar para a inserção do ideário mazziniano no próprio movimento rio-grandense. Dessa maneira, neste trabalho, buscou-se o mapeamento de duas formas de apreensão: em primeiro lugar, a de Luigi Rossetti acerca do ideário de Mazzini e, posteriormente, a das lideranças farroupilhas acerca do ideário de Rossetti. O entendimento da forma de apreensão do ideário de Mazzini por Rossetti é viável, haja vista a existência de muitas de suas cartas e escritos no jornal *O Povo*, que restaram para a posteridade. Em segundo lugar, como já exposto, foi necessário perceber a cisão existente no seio das lideranças farroupilhas para não incorrer em conclusões extremadas de superestimar ou anular a influência dos ideais mazzinianos no movimento.

É importante salientar que se esteve ciente da limitação das atuações dos ativistas mazzinianos na Guerra Farroupilha. Garibaldi e Rossetti tomaram conhecimento do movimento farroupilha a partir da prisão de Zambecari e Bento Gonçalves, na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e rumaram para o Sul por acreditarem que este movimento era aparentemente coerente com suas ideias radicais. Assim sendo, levou-se em consideração que Zambecari, após a prisão no Rio de Janeiro, não retornou mais para o Rio Grande do Sul; que Garibaldi se afastou do movimento em 1841, rumando para o Uruguai e sendo ressarcido de sua atuação com soldo de guerra, o que não significa que sua participação como mercenário o destituiria de sua luta em prol do ideário de Mazzini; e que Rossetti desistiu de ser redator do jornal *O Povo*, em seu número 47, por dissidências com parte das lideranças farroupilhas (“minoría”), mas não se ausentou da guerra, já que rumara a Laguna, onde ocupara o destacado cargo de Secretário Interino do governo da breve República Juliana (29/07 a 15/11 de 1839), e morrera lutando pela causa farroupilha na Batalha do Passo do Vigário, em Viamão, no dia 24 de novembro de 1840.

Analisando a historiografia existente acerca da Guerra Farroupilha, são perceptíveis poucas pesquisas específicas sobre as influências mazzinianas no movimento rio-grandense. Que se atenham sobre Luigi Rossetti, existem os livros de Elmar Bones<sup>20</sup> e Eduardo Scheidt.<sup>21</sup> O primeiro apresenta considerações interessantes sobre a ligação de Rossetti com Mazzini e sobre a estada do italiano no Rio Grande. Porém, seu estudo não segue os moldes da academia, já que não foi sua pretensão especificar a bibliografia e fontes primárias utilizadas em notas de rodapé. O livro de Scheidt é relativo à sua tese de conclusão de doutoramento, compondo-se de um trabalho bastante significativo no que concerne à introdução do ideário mazziniano nas áreas platinas durante a primeira metade do século XIX. No entanto, tal estudo difere da presente pesquisa, pois não centra seu foco de atenção em Luigi Rossetti. Ressalta, também, os papéis de Pedro de Angelis e, principalmente, de Gian Battista Cuneo como divulgadores do ideário mazziniano no Prata.

Acerca da presença dos italianos na trajetória farroupilha, existe uma vasta gama de autores que apenas citam seus “grandes feitos”. Dentre esses autores, pode-se destacar Augusto Tasso Fragoso<sup>22</sup>, Brasil Gerson<sup>23</sup>, Cláudio Moreira Bento<sup>24</sup>, Coelho de Souza<sup>25</sup>, Dante de Laytano<sup>26</sup>, Eduardo Duarte<sup>27</sup>, Morivalde Calvet Fagundes<sup>28</sup>, Ramiro Fortes Barcellos<sup>29</sup> e Walter Spalding<sup>30</sup>.

---

<sup>20</sup> REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: o editor sem rosto & outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Copesul/LP&M, 1996. O livro possui como autores Carlos Reverbel e Elmar Bones. Porém, se constitui de duas partes: uma referente à formação da imprensa rio-grandense, escrita por Reverbel, e outra concernente a participação de Rossetti como editor do jornal O Povo, de autoria de Bones.

<sup>21</sup> SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1827-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

<sup>22</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

<sup>23</sup> GERSON, Brasil. *Garibaldi e Anita: guerrilheiros do liberalismo*. São Paulo: José Bushatsky, 1971.

<sup>24</sup> BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed A nação/DAC/SEC-RS, s/d.

<sup>25</sup> SOUZA, Coelho de. *Revolução Farroupilha: sentido e espírito*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

<sup>26</sup> LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1935.

<sup>27</sup> DUARTE, Eduardo. Garibaldi, Rossetti e Zambecari. In.: *Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense*. Vol. II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.

<sup>28</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. 3ª. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

<sup>29</sup> BARCELLOS, Ramiro Fortes de. *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2ª. Ed. Facsimilada. Porto Alegre: CORAG, 1987.

Nas obras de tais autores, é ressaltada a figura de Giuseppe Garibaldi como formador da frota naval farroupilha e, conseqüentemente, é descrita a memorável trajetória por terra dos lanchões “Rio Pardo” e “Seival” através de 60 milhas de campo, da foz do Capivari à foz do Tramandaí, onde ganhou o Atlântico. De forma secundária, aparecem Lívio Zambecari, salientando-se sua proximidade a Bento Gonçalves e participação no início da formação do movimento farroupilha, e Luigi Rossetti, com sua presença como editor-chefe do jornal farrapo com maior número de publicações, O Povo, e sua participação na breve República Juliana.

Sobre a influência dos italianos nesta “guerra rio-grandense”, as obras que merecem análise podem ser divididas em duas categorias. Primeiramente, obras que exaltam e superestimam a influência desses italianos na construção do ideário farroupilha. Em segundo lugar, estudos que salientam a “brasilidade” do movimento, fazendo ressalvas à influência estrangeira ou anulando as influências mazzinianas para com a revolta rio-grandense.

A respeito das obras que superestimam a presença do ideário mazziniano na trajetória farroupilha, percebe-se o foco historiográfico na figura de Livio Zambecari devido à sua proximidade com Bento Gonçalves e participação no princípio da guerra. O primeiro livro editado sobre a história farroupilha (1860) foi de um italiano residente em Montevidéu, o comerciante Luigi Nascimbene.<sup>31</sup> Esse livro foi, recentemente, traduzido para o português e, curiosamente, não foi referenciado pela historiografia rio-grandense. Segundo Nascimbene:

Bento Gonçalves ruminava na sua mente, como poderia libertar a sua pátria [...] E vendo o Conde como amigo dos seus amigos o procurou. [...] convidou o Conde a uma excursão ao campo do outro lado do rio [...] foram em dois e retornaram como num só. Pode-se dizer que este foi o primeiro passo para um futuro diverso, a união dos dois foi o verdadeiro princípio de um plano de operações, porque Bento Gonçalves era como matéria, que por ser árida demais, não podia produzir a fermentação, pois faltava-lhe apenas certo grau de umidade vivificante que o Conde soube espargir como orvalho fecundo, dando vida e

---

<sup>30</sup> SPALDING, Walter. *Farrapos*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.  
\_\_\_\_\_. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

<sup>31</sup> NASCIMBENE, Luigi. *Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. Editorial, primavera de 2009.

movimento. Então marcharam unidos para um objetivo pré-fixado.<sup>32</sup>

Na mesma linha de pensamento de Nascimbene, temos na historiografia rio-grandense, como principal divulgador, Alfredo Varela, cujos seis volumes de “História da Grande Revolução” se tornaram clássicos acerca da Guerra Farroupilha. Essa obra, editada em 1933, estava marcada pelo forte movimento regionalista que tomou o Estado no início do século XX, amplamente divulgado pelo governo borgista.<sup>33</sup> Varela exalta a presença de italianos no movimento sulista e escreve acerca dos serviços prestados por Zambecari à Província Rio-Grandense:

Ganhou um lugar de honra, na galeria dos amigos do país, como o benemérito apóstolo em que obteve o máximo realce. Tamanho foi, a ponto de pensarem alguns, haver sido ele o verdadeiro pai espiritual da Revolução Continental. [...] Se não foi o que acima registra e consigna um positivo exagero, brilha a influência dele, entre as de máxima preponderância, no magno acontecimento.<sup>34</sup>

Sobre a confecção da bandeira rio-grandense, Varela coloca que esta teria sido idealizada por Zambecari: “Aparece em publico, enfim, a que Zambecari desenhara, anos antes, em Buenos Aires, a pedido de seus amigos continentistas”.<sup>35</sup> Essa simples frase gerou uma grande polêmica no âmbito historiográfico rio-grandense.

Tendo participado do “Álbum do cinquentenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul’ (1925)”<sup>36</sup> e inspirando-se nos escritos de Alfredo Varela, o jornalista Mansueto Bernardi escreveu no jornal “Correio do Povo”:

[...] numa equânime reavaliação de méritos e serviços, se coloquem Rossetti, Zambecari e Anzani, ao lado de Garibaldi, máxime tendo-se em conta que a ação dos dois primeiros se exerceu precipuamente no terreno do pensamento, sempre dominador de tudo.<sup>37</sup>

---

<sup>32</sup> Ibid. p. 142.

<sup>33</sup> GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 21-23.

<sup>34</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Vol. II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933. p. 57.

<sup>35</sup> Grifado no original. Ibid.vol. III. p. 347.

<sup>36</sup> Encontra-se na Biblioteca Pública de Porto Alegre.

<sup>37</sup> BERNARDI, Mansueto. *Jornal Correio do Povo*, 20 de setembro de 1935. p. 24.

Acerca da figura de Zambecari, cita o depoimento do escrivão Manuel Lobo Ferreira Barreto, que relatou em 20/10/1836:

[...] antes da revolução de 20 de setembro, se havia preparado uma bandeira da República que a Revolução pretendia estabelecer na Província do Rio Grande e que esta bandeira, lhe afirmara, a ele testemunha, o dito D. Carlos, e outros membros da sua família, que tinha sido mandada fazer por Francisco Modesto Franco, e que o plano e emblema da mesma bandeira tinha sido delineado por um italiano de nome Lívio Zambecari [...] [que teria vindo da região platina] para dirigir como sempre dirigiu a Revolução desta Província, desde o dia 20 de setembro de 1835 até o dia 4 de outubro de 1836, em que ele dito Zambecari foi preso junto com o Coronel Bento Gonçalves, de quem o mesmo italiano foi sempre inseparável.<sup>38</sup>

A partir deste depoimento, Bernardi embasa sua crença na criação da bandeira rio-grandense por Zambecari. Em seu livro “A Guerra dos Farrapos”, responde a Souza Docca, Alfredo Pinheiro Corrêa da Câmara e José Zeferino da Cunha, que o criticaram por sua posição acerca da importância de Zambecari no meio farrapo:

Tudo, pois, indícios e provas, tudo induz à convicção de que seja realmente Zambecari o autor da bandeira, já pela ação espiritual por ele exercida entre os conjurados, já pelas suas aptidões artísticas, pois desenhava e pintava bem, já, finalmente, devido ao seu título nobiliárquico e fidalga ascendência, pelos seus presumíveis conhecimentos da heráldica e de simbologia.[...] Bem sei que a atribuição a outrem da autoria da bandeira em nada deslustraria os grandes merecimentos do conde Lívio Zambecari e os serviços por ele prestados à causa revolucionária de 35.<sup>39</sup>

Ainda, acerca da valorização da influência de Zambecari para o movimento farroupilha, Joaquim Francisco de Assis Brasil discorre que, no Rio Grande do Sul dos idos dos anos de 1830, as convicções de pensamento mais difundidas seriam as da “federação”, tendo o republicanismo se alastrado na Província Rio-Grandense por meio de Zambecari:

[...] fez-se amar de todos os patriotas do Rio Grande, e pode ser considerado o seu verdadeiro e real diretor mental. Assim

<sup>38</sup> PORTO, Aurélio. *Notas ao processo dos farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933. Vol. 1. p. 226-227. Apud. BERNARDI, Op.Cit. p. 24.

<sup>39</sup> BERNARDI, Mansueto. *A Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, 1981. p. 36-37.

explica-se o influxo que exerciam no Rio Grande as doutrinas da *Joven Italia* de Mazzini: apareciam ali através de Zambeccari.<sup>40</sup>

Além de discorrer de forma literária sobre a “heroica” atuação de Garibaldi no Rio Grande, Lindolfo Collor igualmente ressalta a importância da atuação de Zambeccari em solo rio-grandense:

Foi graças à sua atividade que o plano da revolução rio-grandense se impregnou de maneira tão profunda das ideias de Mazzini e do romantismo político da ‘Jovem Itália’ [...] Mas Zambeccari, na qualidade de um dos principais atores do movimento revolucionário e de redator do programa que tinha servido como base das operações, tomara com os patriotas as medidas oportunas para não se reduzirem as coisas a mera representação cênica.<sup>41</sup>

Em outro extremo à superestimação da influência dos italianos no movimento farroupilha, Walter Spalding, em sua obra “A Epopéia Farroupilha”<sup>42</sup>, difere de sua escrita descritiva em “Farrapos” e “Revolução Farroupilha”<sup>43</sup> e expõe os italianos como fortes elementos de cooperação dentre os imigrantes que lutaram pela causa dos sulistas: “Desses estrangeiros, os de maior influência por seu devotamento, atuação e cultura, foram os italianos, os carbonários companheiros de Mazzini, pregador da *Nuova Italia* [...]”.<sup>44</sup> Salienta a importância da participação de Garibaldi, Zambeccari, Rossetti e Luigi Carniglia, mas faz ressalvas à sua importância para com a formação do ideário farrapo, principalmente acerca da figura de Zambeccari:

Alfredo Varela, que foi um dos que muito lhe exagerou a importância e valor, diz que Zambeccari foi chefe do Estado Maior do Exército Farroupilha, que muito batalhou pela implantação da República desde o início do movimento, e que muito influenciou com suas ideias em todo o movimento. Apesar dessas afirmativas de Alfredo Varela, documento algum encontramos que as autorizasse.<sup>45</sup>

<sup>40</sup> Grifado no original. ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Edição facsimilada. Porto Alegre: CIA União de Seguros Gerais, s/d. p. 55-56.

<sup>41</sup> COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1958. p. 47-50.

<sup>42</sup> SPALDING, Walter. *A Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Ed. Biblioteca do Exército, 1963.

<sup>43</sup> Ambas as obras supracitadas.

<sup>44</sup> Grifado no original. SPALDING. Op. Cit. p. 249.

<sup>45</sup> Ibid. p. 250.

De maneira mais incisiva, respondendo diretamente à superestimação das influências mazzinianas na Guerra Farroupilha, Aurélio Porto expressa que:

Tem-se dito e repetido, sem focar com precisão devida o fenômeno sociológico da Grande Revolução, que esta tem por agentes a cultura, as ideias e a pregação prática de alguns estrangeiros, especialmente italianos, Zambecari, Rossetti e outros, que disseminaram as conquistas avançadas do século. Erro crassiano de apreciação. Os pregadores da República, ideal latente na alma coletiva do Rio Grande, são esses que precedem qualquer influência estranha, espalhando o fogo sagrado, que se tornará incêndio no decênio memorável.<sup>46</sup>

Neste mesmo sentido, Othelo Rosa faz ressalvas à participação dos italianos, colocando que os estrangeiros não acrescentaram nada de novo ao círculo farroupilha, pois ressalta que vários homens da Província Rio-Grandense possuíam grande erudição. Deste modo, questiona: “Subordinar-se-iam, homens de tal quilate, no campo ideológico, à tutela de um Manuel Ruedas, ou mesmo do conde Tito Livio Zambicari?”.<sup>47</sup> Acerca da hipótese de Zambecari ter desenhado a bandeira rio-grandense, Rosa relata que não há consenso sobre este fato e acrescenta:

De qualquer forma, isso não conferiria ao conde italiano nenhuma função diretora. Serviu, por algum tempo, a República; propagou-a pela imprensa, ao lado dos jornalistas da terra; fez amigos no Rio Grande; merece a nossa simpatia, até certo ponto nossa gratidão.<sup>48</sup>

E prossegue, acentuando que promovê-lo a chefe do movimento seria um excesso. Acrescenta:

Vários nomes de estrangeiros aparecem na revolução farroupilha. Seria, sem dúvida, uma denegação de justiça recusar-lhes o reconhecimento dos serviços que prestaram à causa republicana de 1835; mas proclamá-los como ‘influências’ na preparação e surto da insurreição, capazes mesmo de lhe traçarem diretrizes e normas e, não raro, de lhe imporem caminhos e destinos, é uma evidente demasia, que muito se aproxima das fronteiras do absurdo.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> PORTO. Op. Cit., 2º vol. p. 332.

<sup>47</sup> ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. p. 126.

<sup>48</sup> Ibid. p. 128.

<sup>49</sup> Ibid.p.122.

Ciente desse embate historiográfico, o historiador Moacyr Flores opina sobre a contribuição de Zambeccari, Garibaldi e Rossetti na Guerra Farroupilha: “[...] foi nula por ser antagônica aos princípios liberais dos farroupilhas e suas atuações militares classificam-se como mínimas no contexto bélico da República Rio-Grandense”.<sup>50</sup>

Após essa exposição sucinta, é perceptível que, para se compreender como possa ter se inserido o ideário de Mazzini no movimento rio-grandense, faz-se necessário delegar atenção às divergências entre os grupos “majoritário” e “minoritário” das lideranças farroupilhas. Também é mister compreender o momento da chegada e estada dos italianos em solo sulista, já que, ao longo de quase dez anos, o contexto farroupilha sofreu várias modificações para adaptar-se à situação de guerra.

A esta altura, é imprescindível uma reflexão acerca de referenciais teóricos que esclareçam e embasem o presente estudo. Primeiramente, explica-se que o termo “italiano” está sendo utilizado para designar os homens que, nascidos na Península Itálica, emigraram de sua terra de origem. É importante salientar que, durante o decênio farroupilha, a Unificação Italiana estava em processo e, portanto, não se pode falar em uma população italiana propriamente dita. De maneira semelhante, utiliza-se a palavra “farroupilha” para designar os homens ligados ao movimento revoltoso, já que o termo “rio-grandense” abrangeria todos os habitantes da Província e, bem se sabe, nem todos aderiram à causa dos insurgentes.

Pelo título “Revolução Farroupilha” ficou comumente conhecido o movimento rio-grandense contra o Império Brasileiro. Entretanto, optou-se pela nomenclatura “Guerra Farroupilha”, por acreditar no caráter revoltoso do movimento, mas não plenamente “revolucionário”. É fato conhecido, no entanto, que o conflito teve longo tempo de duração e grande número de homens envolvidos em combate. Existiram fases do levante farroupilha. Da tomada de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, até a Proclamação da

---

<sup>50</sup> FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. p. 49.

República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, o movimento se organizou como uma revolta contra a opressão do Governo Regencial. Após esse período, os insurgentes buscaram criar e organizar um novo Estado. Em fevereiro de 1845, alguns líderes farroupilhas assinaram as cláusulas da paz de Ponche Verde e, a partir desse momento, o caráter da guerra sulista não foi o de uma revolução, pois não houve modificações profundas na vida daqueles que viviam na Província, ou seja, não houve grandes alterações nas esferas política, econômica e social. Entretanto, o legado histórico de uma “paz honrosa” com o governo imperial minou a imaginação de homens do final do século XIX. Quando da instauração da República no Brasil, a experiência republicana da Guerra Farroupilha foi passível de uma releitura pelas lideranças políticas rio-grandenses, a fim de construir uma identidade regional.

Outra preocupação da presente pesquisa é expressa por Chiaramonte:

É já lugar comum dos trabalhos explicar ao leitor a precaução que demandam as mudanças de significados das palavras ao longo do tempo. Seu descuido [...] é fonte de uma das formas mais comuns de anacronismos, a de ler os textos de épocas passadas como se os vocábulos possuíssem a mesma acepção na atualidade.<sup>51</sup>

Um dos principais cuidados e objetivos deste trabalho foi o de esclarecer, ao longo do texto, o sentido atribuído às expressões utilizadas na época por Mazzini e pelas lideranças do movimento farroupilha.

Ademais, deve-se esclarecer que esta pesquisa se insere no ramo da história política e, portanto, para se compreender a construção do ideário político-nacional nos contextos italiano e rio-grandense do início do século XIX, faz-se pertinente uma reflexão acerca do debate historiográfico concernente à aplicação dos conceitos de “nação” e “nacionalismo”. A este respeito, Hobsbawm ressalta a insatisfatoriedade tanto de critérios objetivos, como língua, passado, espaço territorial e etnicidade em comum, quanto de critérios subjetivos, como a consciência ou a escolha de pertencer a uma nação, para se compreender a terminologia em questão. Dessa forma, discorre: “[...] A

---

<sup>51</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997. p. 113.

palavra 'nação' é atualmente tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco".<sup>52</sup>

Como exemplo deste debate historiográfico, pode-se expor a opinião de alguns renomados autores. De acordo com Ernest Gellner, "o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra".<sup>53</sup> Montserrat Guibernau conceitua o nacionalismo como o "[...] sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida e têm vontade de decidir sobre seu destino político comum".<sup>54</sup> Comumente, a finalidade do nacionalismo é a da construção de uma nação. Na visão de Benedict Anderson, a nação é "[...] uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana".<sup>55</sup> Em seu livro "Nações e nacionalismo", Gellner acaba por não oferecer uma conceitualização clara de nação, apesar de debater os pontos positivos e negativos das definições cultural e voluntarista. Guibernau vê a nação como "[...] um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar".<sup>56</sup>

Estar ciente deste debate, acerca da "nação" e do "nacionalismo" no âmbito da historiografia, é imprescindível para tal pesquisa. No entanto, visou-se compreender, também, a particularidade de utilização de outros conceitos políticos, nos contextos italiano e rio-grandense. Como exemplos, pode-se citar a busca do entendimento daquilo que representava a ideia de "federação" e "confederação", tanto para Mazzini, quanto nos textos oficiais da Guerra Farroupilha.

---

<sup>52</sup> HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 18.

<sup>53</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993. p. 11.

<sup>54</sup> GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 56.

<sup>55</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

<sup>56</sup> GUIBERNAU. Op. Cit. p. 56.

Além da reflexão conceitual acerca de “nação” e “nacionalismo”, é importante salientar que se está abordando o campo das ideias políticas e que se está ciente do alto grau de subjetividade que permeia um estudo dedicado a esta área. Em especial, a presente pesquisa se direciona para a problemática da “circulação de ideias”. Abarcam-se os processos de seleção, adaptação e instrumentalização que o ideário europeu sofreu ao ser inserido no espaço americano. Já foi muito comum encontrar-se na historiografia abordagens que deram maior ênfase à transposição de ideias da Europa para a América no sentido de uma “importação”, por parte dos americanos, que se daria de forma passiva, ou seja, instrumentalizada com o mesmo significado que adquirira no continente europeu. Indo de encontro a este ponto de vista, Mary Louise Pratt defende que as ideias políticas estariam em movimento constante entre a América e a Europa, sendo “importadas” e “exportadas” em ambos os sentidos continentais.<sup>57</sup> Pratt chega a esta conclusão embasada em Benedict Anderson quando ele expressa que o modelo do Estado-Nação teria sido, primeiramente, desenvolvido no continente americano, sendo posteriormente “assimilado” pelos europeus.<sup>58</sup> Desta forma, Pratt utiliza o conceito de “transculturação”<sup>59</sup>, pelo qual as ideias europeias não foram puramente “importadas” pela América, já que, ao chegarem ao espaço americano, foram selecionadas de forma a reproduzirem as visões locais preponderantes.<sup>60</sup> Portanto, quando chegam à América, essas visões misturam-se ao contexto local, situação denominada por Pratt como “zonas de contato”<sup>61</sup>, gerando algo novo, ou seja, o resultado da “transculturação”.

De forma semelhante a Pratt, apesar de trabalharem com épocas distintas, Néstor García Canclini<sup>62</sup> e Serge Gruzinski<sup>63</sup> também questionaram a passividade dos americanos em relação à introdução da cultura europeia. Canclini estuda a manifestação da modernidade na América Latina e utiliza o

---

<sup>57</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

<sup>58</sup> Ibid. p. 241.

<sup>59</sup> A autora esclarece que este conceito foi cunhado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, na década de 1940. Ibid. p. 30.

<sup>60</sup> Ibid. p. 318-321.

<sup>61</sup> Ibid. p. 27.

<sup>62</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. (nueva edición). Buenos Aires: Paidós, 2001.

<sup>63</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

termo “hibridização” por acreditar que ele vai além de englobar mesclas de elementos étnicos e religiosos, mas também abarca produtos de tecnologias avançadas e processos sociais “modernos” e “pós-modernos”.<sup>64</sup> Abordando a integração cultural indígena em relação às novas formas de arranjo social emergidas na América Latina com o início da colonização ibérica, Gruzinski faz uso do conceito de “mestiçagem”. Ela se daria com a mescla de elementos culturais autóctones e daqueles trazidos pelo colonizador. Expressando seu ponto de vista acerca do trabalho destes três autores, Eduardo Scheidt assim se expressa:

Em suma, a forma inovadora com que Pratt, Gruzinski e García Canclini analisam teoricamente seus objetos torna suas obras referências importantes para o nosso estudo das ideias políticas. Em todas elas, há uma valorização da América Latina, tomada como espaço de construção de elementos culturais, rompendo com a tradicional visão de ‘importação’ e mera reprodução de culturas estrangeiras. De diferentes maneiras, seja utilizando os conceitos de ‘transculturação’, ‘mestiçagem’ ou ‘hibridização’, os autores são unânimes em caracterizar o fenômeno da construção cultural como um processo a partir da mescla de elementos estrangeiros com latino-americanos, resultando na formação de culturas originais, em sintonia com os contextos locais específicos.<sup>65</sup>

Por fim, a partir das discussões dispostas acima, deve-se levar em conta que o século XIX foi permeado pela disseminação do nacionalismo e pela construção de nações potenciais em escala mundial. Neste contexto, incluem-se os territórios italiano e brasileiro, que sofreram uma série de revoltas em seus processos particulares de formação de Estados nacionais. O ideário político que foi expresso nos escritos de Giuseppe Mazzini e nos das lideranças farroupilhas, como a ideia de nação, de democracia, de república e de federalismo, dentre outras, tiveram amplo destaque nos mais variados contextos do século XIX. Em cada caso, como na inserção de Mazzini no contexto de Unificação Italiana e no das lideranças farroupilhas em meio à guerra contra o Império Brasileiro, essas ideias foram assimiladas e

---

<sup>64</sup> Ibid. p. 22.

<sup>65</sup> SCHEIDT. Op. Cit. p.13.

instrumentalizadas de forma a legitimar os interesses particulares de cada grupo que pretendia chegar e se manter no poder.

No primeiro capítulo da presente dissertação apresentar-se-á os primórdios da união política da Península Itálica, evidenciando sua decorrência no *Risorgimento* e na conseqüente unificação deste território em torno de um Estado-Nação. Isso foi imprescindível para, em seqüência, se expor o contexto em que se deu a formação do ideário de Giuseppe Mazzini e da fundação de seus movimentos “*Giovini*”. A partir de documentação primária, cujo original encontra-se escrito em italiano, pôde-se entender as ideias que permearam a vida do pensador italiano e que o direcionaram à luta pela disseminação dos preceitos republicanos e democráticos.

No segundo capítulo, optou-se por expor o contexto brasileiro em recuo estendido no tempo, visando compreender os fatores que deram origem à eclosão da Guerra Farroupilha, não apenas no contexto imediato de 1835. Tais fatores se fazem importantes para a compreensão das exigências dos revoltosos para com o Império Brasileiro e, conseqüentemente, das divergências ocorridas entre as lideranças farroupilhas. Com esse mesmo intuito, compararam-se as reivindicações iniciais dos revoltosos com o que ficou acertado no acordo de Ponche Verde, em fevereiro de 1845. Ainda apresentou-se um retrospecto da trajetória do decênio farroupilha, o que serviu para comprovar que as dissensões entre os insurgentes não estavam claras no início da revolta, apesar de sempre terem existido posições destoantes entre os líderes do movimento. Isso corrobora para a hipótese de que o ideário mazziniano possa ter recebido melhor aceitação por parte dos farroupilhas que viriam, posteriormente, ao ano de 1842, compor o grupo “majoritário” da cúpula de poder. Ao mesmo tempo, a exposição dos acontecimentos, dos quase dez anos de luta armada, permitiu mapear os momentos em que os italianos Livio Zambecari, Luigi Rossetti e Giuseppe Garibaldi se engajaram e permaneceram lutando pela causa rio-grandense.

O terceiro capítulo é a parte central da dissertação. Nele está a análise da documentação primária referente à presença de Luigi Rossetti no

movimento farroupilha. Apresenta-se uma breve biografia do italiano e, ao longo do capítulo, fica nítido seu ideário particular, imerso no romantismo mazziniano. Ao se intercalarem as cartas de Rossetti com seus escritos no O Povo, percebem-se suas primeiras impressões acerca da insurreição rio-grandense, suas relações com as lideranças do movimento, relutâncias e adaptações ao buscar difundir os princípios republicanos e democráticos de Mazzini em meio ao contexto farroupilha. Deste modo, no decorrer do texto serão expostos os indícios da influência de Rossetti no meio sulista, bem como se fará o enfoque sobre a inserção do ideário mazziniano na insurreição rio-grandense.

Por fim, serão apresentadas considerações finais, com o intuito de ressaltar algumas conclusões a que se chegou na presente investigação histórica. Ainda, será um momento de reflexão acerca das ações empreendidas na composição da dissertação, seguida de comentários sobre a possibilidade da continuidade e aprofundamento da pesquisa em questão.

## Capítulo 1 – O *Risorgimento* e a luta de Giuseppe Mazzini

“Que a cada homem e a cada povo  
cabe uma missão **particular**,  
a qual, enquanto constitui a **individualidade**  
daquele homem ou daquele povo,  
concorre necessariamente ao cumprimento  
da missão **geral** da humanidade”.<sup>66</sup>

No século XIX, a Itália passou por um processo histórico cujo objetivo seria o de unir o território peninsular sob a bandeira de um Estado-Nação. Conhecido como *Risorgimento*<sup>67</sup>, esse processo histórico iniciou por volta de 1815 e findou por volta de 1870, quando da criação de um reino unificado, que elevou a Península à categoria de Estado. Para se compreender esse complexo processo, é necessário recuar no tempo e, a partir da Antiguidade, buscar a trajetória dos acontecimentos ocorridos no território itálico que, tomados em conjunto, acabam por oferecer o mapeamento de um quadro mais preciso das origens que corroboraram para a formulação do que veio a ser conhecido como o *Risorgimento*.

### 1) Os primórdios da Unificação Italiana: da Roma Antiga ao processo do *Risorgimento*

Durante a Antiguidade, o território hoje compreendido como Itália foi habitado por diversos povos como os etruscos, os gregos e os itálicos. Por volta do século VIII a.C., a política da região sofreu uma grande modificação em sua estrutura com a instauração da monarquia que, a partir da cidade de Roma, organizou o território de forma centralizada. Em 509 a.C., quando Tarquínio, o Soberbo, foi expulso de Roma, iniciava-se um período crucial para a história ocidental, a República Romana (509-27 a.C.). Nesse período, Roma sofreu uma

---

<sup>66</sup> Grifado no original. Ato de irmandade/fraternidade da *Giovine Europa*. IN.: MAZZINI, 1976. Op. Cit. p. 175.

<sup>67</sup> Em português, diz-se “Ressurgimento”, porém o termo em italiano significa “Ressurreição”. Devido a esta mudança de significado, optou-se pela utilização do termo original em italiano.

grande modificação, passando de uma cidade-estado para um grande Império, que, inicialmente, visou conquistar o território peninsular em sua totalidade e, posteriormente, a orla mediterrânea.<sup>68</sup>

Até o segundo século d.C., Roma conheceu seu apogeu, mas o século III iniciou com crises sucessórias internas, bem como marcou o começo das incursões de povos das zonas limítrofes do Império, os bárbaros (como eram chamados todos aqueles cuja língua falada não fosse o latim), sobre as regiões de domínio romano. Governantes como Diocleciano<sup>69</sup> e Constantino<sup>70</sup> buscaram lançar mão de ações para manter a ordem e a união do Império Romano. Porém, no fim do século IV, a situação agravou-se de forma tal que Teodósio foi o último imperador a reinar sobre toda a extensão romana. Com sua morte, em 395, o Império foi dividido em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente, sendo governados, respectivamente, por seus filhos Honório e Arcádio. Não resistindo às invasões bárbaras, a parte ocidental sucumbiu no ano de 476, com a deposição de Rômulo Augusto.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, o território itálico foi desmembrado, o que provocou uma involução política da Península. No período que se segue, nem mesmo os ataques desferidos pelos sarracenos, germanos e normandos foram passíveis de gerar coesão entre seus habitantes. Desde o final do século VI, a Península esteve sob o jugo dos lombardos e, no século VII, passou para as mãos dos francos. Os governos de Pepino, o Breve (714-768), e de seu filho Carlos Magno (747-814) propiciaram a formação dos Estados Pontifícios (756), que se mantiveram sob direta autoridade papal e independente até a Unificação Italiana (1870). A Baixa Idade Média foi palco do embate nem sempre diplomático entre duas forças cosmopolitas que visavam à hegemonia sobre a região itálica e demais áreas cristãs da Europa: a Igreja

---

<sup>68</sup> ANTONELLI, Giuseppe. *Storia di Roma Antica*. Roma: Tascabili Economici Newton, 1996. p. 39-46.

<sup>69</sup> Em 285 criou a Tetrarquia, um sistema de governo que dividia as áreas do império em setores orientais (*pars Orientis*) e ocidentais (*pars Occidentis*). Mesmo que a Tetrarquia não tenha se consolidado, em um momento de crise serviu para trazer um pouco de estabilidade ao Império Romano.

<sup>70</sup> Juntamente com Licínio, governante da parte oriental do Império, assinou o Édito de Milão, que tirava o cristianismo da ilegalidade, oficializando-o como uma das religiões oficiais romanas. Tendo em vista os percalços pelos quais passava Roma, Constantino optou por transferir a capital do Império para a parte oriental, remodelando a cidade de Bizâncio e renomeando-a por Constantinopla.

Católica – cujo catolicismo fora reconhecido como única religião oficial por Teodósio, em 390 – e o Sacro Império Romano-Germânico – fundado por Otão, o Grande, em 962.

A partir do século X, o território peninsular conheceu um processo de ampliação das atividades comerciais e forte desenvolvimento urbano. As cidades do Norte começaram a possuir maior independência umas das outras, constituindo-se como importantes polos político-econômicos. Desde o século XIV, as atividades comerciais estiveram em franco crescimento. O comércio marítimo com os árabes foi grandemente responsável pelo enriquecimento de repúblicas de Veneza, Gênova, Pisa e Amalfi. Ainda no âmbito econômico, Florença se pronunciava devido às atividades bancárias.<sup>71</sup> Esse contexto de prosperidade econômica, aliado à herança direta da Antiguidade Clássica, propiciou o início de uma onda de novas ideias que influenciaram as mais diversas artes e se expandiram por toda Europa. O Renascimento, como o próprio nome denuncia, repudiava o Medievo e traduzia os novos tempos vividos como uma retomada dos áureos tempos da Roma Antiga. Pode-se dizer que esta tentativa de “releitura” dos antigos romanos foi bastante original e trouxe, principalmente, para as letras e para a pintura, novas formas de expressão e de tradução da vida cotidiana.

Em princípios da Idade Moderna, a região peninsular italiana estava organizada administrativamente em torno de cinco Estados regionais: Reino de Nápoles, Estados Pontificais, Ducado de Milão, República de Florença e República de Veneza. A partir deles, uma série de principados, ducados e cidades, cujo surgimento remontava aos tempos feudais, que rivalizavam entre si. Em virtude desta falta de coesão política e militar que a tornava vulnerável, a Península se vê cercada pela pressão expansionista das grandes monarquias. A influência de alguém como Lourenço de Médici (1449-1492)<sup>72</sup> havia impedido

---

<sup>71</sup> Para estudo aprofundado sobre a supremacia veneziana no século XIV, ver: PIGOZZO, Federico. *Treviso e Venezia nel Trecento: La prima dominazione veneziana sulle podesterie minori* (1339-1381). Venezia: Istituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 2007.

<sup>72</sup> Lourenço Médici, chamado O Magnífico, foi estadista da República Florentina no período renascentista do *quattrocento*. Protetor e amante das artes, impulsionou as primeiras impressas italianas. Procurava proteger o eixo formado por Florença, Milão e Nápoles das ambições venezianas e da ambigüidade papal. O clima de relativa paz, que conseguiu durante seu governo, favoreceu o desenvolvimento do Renascimento.

uma invasão, até que sua morte abriu caminho para o ataque de Carlos VIII, causando a expulsão dos Médici de Florença. Assim, durante o período renascentista<sup>73</sup>, desde fins do século XV, os contemporâneos de Nicolau Maquiavel (1469-1527)<sup>74</sup> presenciaram as ferrenhas disputas pela região itálica, primeiramente pelos franceses e, posteriormente, com a paz de Cateau-Cambrésis (1559), a esfera de influência da Espanha.<sup>75</sup>

A partir do século XVII, essa conjuntura mudou, seja acerca do pensamento político, seja sobre o âmbito administrativo. No campo das ideias<sup>76</sup>, o Iluminismo, disseminado pela Europa a partir do meio francês, gerou uma nova concepção da relação entre o Estado e o indivíduo, sendo que o primeiro deveria existir para proporcionar o bem-estar ao segundo. Dessa forma, a existência da monarquia e até mesmo da nobreza no antigo regime começaram a parecer cada vez menos importantes no seio das sociedades. Neste sentido, o termo nação vai perdendo sua relação à imagem real, com uma modificação bastante significativa, começando a exprimir a noção de coletivo de pessoas que habitam uma determinada extensão territorial, com fronteiras estabelecidas e que obedecem a um mesmo governo. No que tange ao quesito administrativo, juntamente com o Iluminismo, as influências do despotismo esclarecido corroboraram para uma dinamização da Península Itálica ao dismantelar as estruturas feudais, favorecer o desenvolvimento

---

<sup>73</sup> Ver: BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>74</sup> O escritor florentino Nicolau Maquiavel (em italiano Niccolò Machiavelli) ficou conhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna por ter escrito com realismo acerca dos papéis do Estado e do governo. No capítulo XXVI de seu livro *O Príncipe*, expressa sua esperança pelo surgimento de um príncipe forte o bastante para retirar a Itália, humilhada e invadida, das mãos dos “bárbaros” invasores estrangeiros: “Assim, como que reduzida a um sopro de vida, a Itália espera por aquele que pense as suas feridas e ponha fim aos saques da Lombardia, aos tributos do reino e da Toscana, e cure as suas chagas há já tanto tempo enfistuladas. Vê-se que ela roga a Deus que lhe mande alguém que a vingue destas bárbaras crueldades e insolências; vê-se, ainda, que ela está pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que alguém a empunhe”. Por fim, encerra o texto com um célebre verso patriótico de Petrarca, em língua original: “Virtù contro furore. Prenderà l’arme, e fia el combatter corto; Chè l’antico valore, Nell’italici cor non è ancor morto.” In.: MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Circulo do Livro, s/d. p. 147-148.

<sup>75</sup> Um interessante estudo acerca de Florença e Roma em fins do século XV e princípios do XVI é feito por: LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

<sup>76</sup> Neste sentido, são importantes os escritos de John Locke (1632-1704), Charles de Montesquieu (1689-1755), François-Marie Arouet – mais conhecido por seu pseudônimo ‘Voltaire’ (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond D’Alembert (1717-1783) e Immanuel Kant (1724-1804), dentre outros.

econômico e promover a burguesia, preparando o terreno para o desenvolvimento de um espírito nacionalista. O impulso modernizador se deu a partir de Nápoles e Milão e, de forma mais tênue, da Toscana e Florença. Apoiadas pela burguesia urbana, essas regiões alavancaram o desenvolvimento da liberdade de comércio e da disseminação do ensino em todos os seus níveis, incentivaram a criação de uma pequena propriedade camponesa e puseram fim à Inquisição. Porém, boa parte da aristocracia e da massa campesina aceitou mal as modernizações. Ao mesmo tempo, Viena, Veneza, Piemonte e Roma não se inseriram neste clima de reformas.<sup>77</sup>

Em 1789, o processo da Revolução Francesa abriu novos horizontes às aspirações de unidade itálica, haja vista, dentre outros provimentos, o apoio dos jacobinos à formação de uma República italiana. No âmbito europeu, permeada pelo ideal de “liberdade, igualdade e fraternidade”, lançou bases de uma ideia de nação enquanto comunhão de cidadãos unidos por vínculos de preocupação cívica.<sup>78</sup> No caso itálico, essa concepção seria impulsionada com maior intensidade ao longo do período de dominação napoleônica. Nas palavras de Marvin Perry:

Durante as guerras da Revolução Francesa, a França havia ocupado a Itália. Os franceses eliminaram muitas barreiras ao comércio entre os Estados italianos; construíram estradas que melhoraram as ligações entre as várias regiões e introduziram um sistema padrão de lei sobre a maioria das terras. Os franceses tinham outorgado também constituições aos Estados italianos, assembleias representativas e o conceito do Estado como uma comunidade de cidadãos.<sup>79</sup>

Em 1796, iniciaram-se as campanhas militares de Napoleão Bonaparte (1769-1821) no espaço italiano. Após conseguir vitórias consideráveis sobre os piemonteses e austríacos, Napoleão criou a República Cisalpina e Italiana e Reino da Itália, constituindo-se de um primeiro laboratório de Estado nacional da Península, embora com capital em Paris. Estabeleceu uma legislação civil similar à francesa, construiu ferrovias importantes para o desenvolvimento

---

<sup>77</sup> BRANDALISE, Carla. *Risorgimento e Revolução: as ideias de Giuseppe Mazzini*. Trabalho Manuscrito: PPG-História-UFRGS, 2008. p. 3-4.

Acerca do período Iluminista na Itália, ver: CAPANETTO, Dino. *L'Italia del settecento: illuminismo e movimento riformatore*. Torino: Loescher, 1980.

<sup>78</sup> BRANDALISE. Op. Cit. p. 5.

<sup>79</sup> PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 507.

industrial, proviu um mercado interno quase livre de taxas alfandegárias e promoveu a criação de destacamentos militares compostos por italianos como auxiliares aos destacamentos franceses em suas guerras expansionistas. Essas atitudes, aliás, maturam a ideia de consciência nacional.<sup>80</sup>

Em escala europeia, Napoleão havia iniciado uma grande mudança social que atacava os privilégios da aristocracia e do clero, apressando a modernização social e política da Europa do século XIX. Com essas reformas, tinha um duplo objetivo: promover a eficiência administrativa e conseguir o apoio dos povos conquistados. Porém, seu princípio de governo se baseava em explorar os territórios sobre sua influência em favor da França, transformando-os em seus satélites.<sup>81</sup> Igualmente, como ocorrera no restante da Europa, nas áreas itálicas, a empolgação inicial dos setores burgueses em relação ao governo de Napoleão foi logo substituída por um sentimento de ódio e rejeição aos franceses.<sup>82</sup> A partir desse movimento de repúdio à governança napoleônica, a concepção da unidade nacional italiana começa a adquirir novas tonalidades que, após o Congresso de Viena (1815), corroboram paulatinamente para o surgimento de um sentimento nacionalista.

## 2) Da Restauração à Unificação: o *Risorgimento*

Após a derrota de Napoleão em Leipzig, os representantes das grandes monarquias europeias se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815), visando restabelecer a situação política anterior à Revolução Francesa, ou seja, a restauração das antigas monarquias e a reinstalação da aristocracia no poder.<sup>83</sup> Porém, o período de dominação napoleônica sobre o território

---

<sup>80</sup> MARQUES. A difícil trajetória do Risorgimento. In.: *Revista História Viva*. São Paulo: Duetto Editorial. Ano V. N°.: 25. p. 34.

<sup>81</sup> PERRY. Op. Cit. p. 456.

<sup>82</sup> Acerca do período de governo napoleônico na Península Itálica ver: ALBONICO, Aldo; RASOLI, Gianfausto. *Itália y America*. Laterza, 1994. p. 103-137.

Para estudo aprofundado sobre a mesma temática ver:

CAPRA, Carlo. *L'età rivoluzionaria e napoleônica in Itália 1796-1815*. Torino: Loescher, 1986.

<sup>83</sup> Representando a Áustria, o "arquiconservador" príncipe Klemens von Metternich (1773-1859) se destacou como a figura central do Congresso de Viena, do qual também participaram representantes da Grã-Bretanha (Robert Stewart, visconde de Castlereagh – 1769-1822), da Rússia (czar Alexandre I – 1777-1825), da Prússia (príncipe Karl von Hardenberg – 1750-1822) e da França (príncipe Charles Maurice de Talleyrand-Périgord – 1754-1838). Dentre as

italiano havia plantado a semente da formação da consciência nacional<sup>84</sup>, impossibilitando um regresso total ao passado. Pelo acordo feito no Congresso de Viena, a área itálica foi dividida nos seguintes pequenos Estados:

- a. O Piemonte, a noroeste, e a ilha de Sardenha constituíam o Reino Sardo-Piemontês, autônomo e soberano, governado por uma dinastia italiana, a casa de Savóia;
- b. O Reino Lombardo-Veneziano e os Ducados de Parma, Módena e Toscana, governados pelos príncipes Habsburgo subservientes à Áustria, ao norte;
- c. Os Estados Pontificais, governados pelo papa, na região central;
- d. O Reino das Duas Sicílias, governado pela dinastia de Bourbon, ao sul.

Essa fragmentação da Península representou uma involução aos tempos pré-napoleônicos, gerando um amplo descontentamento por parte da burguesia italiana que foi banida do centro do poder governativo. Também, no setor econômico, a concorrência de produtos italianos no exterior acabou sendo grandemente prejudicada. Dessa forma, a série de descontentamentos gerada devido às condições impostas pela Restauração e a semente plantada pelas ações napoleônicas no território italiano levaram a uma série de levantes revoltosos. Era o começo do *Risorgimento*.

Inicialmente, não tendo forças para manter uma oposição legal frente aos governos vigentes na Península, a burguesia liberal descontente agregou-se em seitas secretas que se alimentaram do ideário romântico-nacionalista, buscando promover as lutas em prol da construção da unidade italiana. A mais conhecida destas seitas foi a *Carbonaria*. Nascida por volta de 1810, viera dos escombros da franco-maçonaria, com a qual possuía afinidades de pensamento, como a defesa dos ideais liberais e o combate à intolerância

---

principais propostas firmadas pelo Congresso pode-se ressaltar a criação da Santa Aliança (1815) - não aderida pela Inglaterra - com o objetivo de reprimir a onda liberal e democrática lançada pela Revolução Francesa.

<sup>84</sup> Como dito anteriormente, Bonaparte fundou, em 1797, a República Cisalpina (formada pela Lombardia e partes dos estados pontifícios), situação que perdurou até 1804. Àqueles habitantes das regiões do Norte havia sido deixado o futuro embrião do Estado nacional Italiano.

religiosa e ao absolutismo. A *Carbonaria* surgiu em Nápoles, fundada por Joaquim Murat (1767-1815), que, mesmo sendo cunhado de Napoleão Bonaparte, lutava contra a espoliação francesa sobre o território italiano.<sup>85</sup> As reuniões entre seus membros se davam em cabanas de carvoeiros<sup>86</sup> e os *carbonari* utilizavam uma escrita codificada para corresponderem-se.<sup>87</sup> Seus quadros saíam das camadas burguesas da sociedade, sendo universitários e intelectuais (a chamada *intelligentsia*)<sup>88</sup>, cuja direção de combate se aproximava daquela da maçonaria, ou seja, opor-se à intolerância religiosa, ao absolutismo, defendendo os ideais liberais. O objetivo do movimento era claro, o de conquistar a unidade política da Península Itálica. Suas ações, no entanto, eram esparsas e mal organizadas, além de possuírem pouca ligação com as massas populares, já que, sendo uma organização secreta, não faziam propaganda acerca de suas atividades. A maioria do povo italiano se constituía de camponeses analfabetos que tinham grande apego à sua região local e fortes ligações com a estrutura social imposta no Antigo Regime, portanto extremamente religiosos e devotos ao papa. A falta de apoio popular foi um dos fatores mais diretamente responsáveis pelo fracasso das ações dos *carbonari*.<sup>89</sup>

Os primeiros complôs *carbonari* transcorreram entre os anos de 1820-21. Em março de 1820, claramente incitados pelas agitações ocorridas pouco antes na Espanha, membros do exército e da *Carbonaria*, liderados pelo General Guglielmo Pepe (1773-1855), forçaram o rei Fernando I de Habsburgo-Lorena (1793-1875) a firmar uma constituição e um governo parlamentar. Aliado ao sucesso dos insurgentes em Nápoles, a Sicília também se revolta. Entretanto, os desentendimentos entre os revolucionários napolitanos e sicilianos acabaram por enfraquecer o movimento, abrindo passagem para que

<sup>85</sup> BRANDALISE. Op. Cit. p. 16.

<sup>86</sup> Em italiano *carbonaro* significa carvoeiro.

<sup>87</sup> O alfabeto *carbonaro* previa uma letra substituindo outra, segundo a seguinte regra de conversão:

Alfabeto original: A|B|C|D|E|F|G|H||L|M|N|O|P|Q|R|S|T|U|V|Z

Alfabeto Criptado: O|P|G|T||V|C|H|E|R|N|M|A|B|Q|L|Z|D|U|F|S

In.:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto\\_carbon%C3%A1rio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_carbon%C3%A1rio)

<sup>88</sup> Um estudo aprofundado acerca das pretensões dos diferentes grupos e discursos que permearam o desenrolar do *Risorgimento* é feito por: BANTI, Alberto M. *La nazione del Risorgimento*. Torino: Giulio Einaudi editore s.p.a., 2000.

<sup>89</sup> BRANDALISE. Op. Cit. p. 17.

Metternich, chanceler austríaco, colocasse um fim nas duas revoltas. Aproveitando-se da partida das tropas austríacas para Nápoles, em março de 1821, os *carbonari* também se insurgiram em Piemonte, inicialmente contando com certo apoio do príncipe herdeiro Carlos Alberto de Savóia-Carignano (1798-1849) que, instaurado regente, concede a proclamação de uma constituição em moldes liberais. Carlos Alberto, porém, acaba por desempenhar um papel ambíguo ao longo da insurreição, aproximando-se dos contrarrevolucionários. O rei Vitor Emanuel I de Savóia (1759-1824) pede socorro à Áustria para esmagar os insurgentes, tarefa que acaba sendo cumprida por seu irmão Carlos Félix (1765-1831).<sup>90</sup> Da mesma forma que nos territórios napolitanos e sicilianos, os revoltosos piemonteses que sobreviveram foram condenados à morte ou forçados ao exílio.<sup>91</sup>

Quase dez anos depois, em 1830, na França, deflagrou-se uma revolta contra a governança de Carlos X (1757-1836) que, derrubado do poder, foi substituído por Louis-Philippe d'Orléans (1773-1850), apoiado pela alta burguesia. Inspirando-se nesse contexto, os *carbonari* iniciaram uma sublevação, em 1831, a partir de Módena, expandindo-se para Bolonha, Parma e Romagna. A revolta de Módena baseara-se nos projetos do *carbonaro* Enrico Misley, que obteve apoio de parte da *Carbonaria* e de uma importante figura do *Risorgimento*; o *ex-carbonaro* Ciro Menotti (1798-1831). Mas, em fevereiro de 1831, antes que estourasse o levante, Francisco IV mandou prender vários revoltosos, inclusive Menotti. Contudo, isso não contém a insurreição que culmina, em fevereiro, com a proclamação da destituição do Pontifício Romano e a constituição das Províncias Unidas Italianas, unindo Módena, Parma e a Emília-Romagna.<sup>92</sup> A França, no entanto, não apoiou o movimento, as massas populares permaneceram indiferentes à causa e ocorreram desavenças entre os revolucionários. Destarte, juntamente com as tropas pontificais, os

---

<sup>90</sup> Ibid. p. 17-18.

<sup>91</sup> As informações que seguem no presente subcapítulo, quando não acompanhadas de notas de rodapé, não foram diretamente extraídas do pensamento de uma única obra. Compõem-se da leitura dos seguintes autores: AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 9-32 e 219-241; DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución, 1815-1848*. Madrid: Siglo XXI, 1985. p. 172-185; \_\_\_\_\_. *La Europa Remodelada, 1848-1878*. Madrid: Siglo XXI, 1985. p. 287-330; LEPRE, Aurélio. *Il Risorgimento*. Torino: Loescher, 1978. p. 127-280; PERRY. Op. Cit. p. 500-501 e 509-513; SMITH, Denis Mack. *Storia d'Italia*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2000. p. 3-33.

<sup>92</sup> BRANDALISE. Op. Cit. p. 18-19.

austríacos conseguiram restabelecer a antiga ordem. Novamente, como ocorrera nos levantes de 1820-21, revoltosos morreram, salientando-se o nome de Ciro Menotti, ou exilaram-se.

Após ser libertado por ter participado das rebeliões de 1831, Giuseppe Mazzini exilou-se em Marselha, onde fundou a *Giovine Italia*<sup>93</sup>, uma nova organização secreta com o intuito de unificar a Península Itálica, porém, sob a forma de um governo republicano.<sup>94</sup> Mazzini rompeu com os *carbonari*, pois acreditava que eles fracassaram por planejarem apenas levantes locais e não possuírem apelo popular à causa. Deste modo, em 1833, tentou organizar um levante no Reino Sardo-Piemontês, que não chegou a se concretizar. Mazzini não desiste e, em 1834, organizou outro ataque à casa de Savoia, partindo das sedes de seus adeptos na Suíça. Nesta revolta se destacou um comandante da marinha sarda ligado a Mazzini, Giuseppe Garibaldi (1807-1882). A expedição acabou malograda e os envolvidos fugiram para o exílio. Muitos vieram para o Brasil, dentre eles o próprio Garibaldi, que, posteriormente, lutou ao lado dos insurgentes rio-grandenses na Guerra Farroupilha. Ainda no ano de 1834, estando em Berna, Mazzini fundou a *Giovine Europa*, uma organização nos moldes da *Giovine Italia*, mas de viés mais amplo, por acreditar que o ideal republicano-democrático deveria se alastrar por toda Europa, como condição *sine qua non* para triunfar como forma de governo em uma Itália unificada. Novos levantes foram tramados por Mazzini nos anos de 1837, 1841 e 1843-44, porém falharam como os anteriores.<sup>95</sup>

No ano de 1848, eclodiu uma revolta na França que derrubou Louis-Philippe do poder, chegando ao fim o “reinado dos banqueiros”. Instaurou-se um governo provisório que proclamou a República e estabeleceu o sufrágio

---

<sup>93</sup> Na língua italiana atual, traduz-se a palavra jovem para *giovane*. No presente trabalho, optou-se por utilizar o termo da forma originalmente utilizada nos escritos de Mazzini, ou seja, *giovine*.

<sup>94</sup> Ao conteúdo democrático das associações de Mazzini opunham-se homens que pleiteavam reformas políticas menos radicais na sociedade italiana. Neste sentido, desejavam a unidade política da Península sob um regime monárquico constitucional, organizado ao redor do trono de Sardenha-Piemonte. Também, havia os *neoguelfos*, cuja nomenclatura tem origem nos políticos do Medievo que visavam a manutenção do poder temporal europeu nas mãos dos papas romanos. Estes *neoguelfos* tinham como líder Vicenzo Gioberti (1801-1852), sendo seu objetivo aliar-se a Áustria para constituir uma monarquia constitucional sob governo papal.

<sup>95</sup> Versão aprofundada acerca destes períodos da vida de Mazzini está exposta em SARTI, Roland. *Giuseppe Mazzini: la politica come religione civile*. Roma: Editora Laterza, 2005. p.57-153.

universal. Desse governo participaram tanto socialistas quanto burgueses liberais, porém os primeiros ficaram com um poder reduzido, o que gerou uma série de manifestações populares. Temerosos, os liberais burgueses pediram a intervenção do General Louis-Eugène Cavaignac (1802-1857) para impor ordem no país. O General reprimiu fortemente as manifestações, ocasionando milhares de mortes. Após o massacre, realizaram-se eleições para a presidência da República, sendo vencedor Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão. Em dezembro de 1852, ele conseguiu o apoio necessário para realizar um plebiscito que decidiu pelo fim da República e pela instauração do Império na França. Iniciava, assim, o segundo Império Napoleônico, que durou até 1870 e teve fortes reflexos na formação do Estado unificado italiano.<sup>96</sup>

Os acontecimentos do ano de 1848, chamados de “a primavera dos povos”, espalharam-se rapidamente da França pelo restante da Europa e pela América<sup>97</sup>, chegando à Itália, onde se destacaram duas correntes nas lutas pela unificação: a dos republicanos, lideradas por Mazzini e Garibaldi (que retornara da América), e a dos monarquistas, lideradas pelo conde Camillo Benso de Cavour (1810-1861), primeiro ministro de Sardenha e Piemonte. Primeiramente, a insurreição irrompeu na Sicília, estendendo-se para Nápoles, Toscana, Estados Pontificais e Sardenha-Piemonte, onde todos os respectivos governantes se sentiram compelidos a realizar reformas liberais. Na sequência, as revoltas atingiram as terras dos Habsburgos, ao norte, onde a população milanesa envolveu-se diretamente nas batalhas, conseguindo a retirada dos austríacos. Da mesma forma, a população veneziana declarou-se livre da Áustria, formando uma República. Inspirado nessa onda de bons resultados, o rei Carlos Alberto declarou guerra contra a Áustria, com o intuito de adquirir os territórios da Lombardia e de Veneza. Porém, as forças reacionárias austríacas se recuperaram e reafirmaram sua autoridade, retomando um a um os territórios insurretos. Ao mesmo tempo, Luís Napoleão foi em auxílio do Papa Pio IX (1792-1878), entrando em Roma, destruindo a incipiente República local

---

<sup>96</sup> AGULHON. Op. Cit. p. 33-34.

<sup>97</sup> Essa onda liberal chegou ao Brasil, onde eclodiu a chamada Revolução Praieira (1848-1850), que visou separar Pernambuco do restante do país, dentre outros objetivos.

e permitindo que o Sumo Pontífice retornasse ao poder. Sendo assim, a Itália continuava sob domínio austríaco, mantendo-se fragmentada.

O fracasso das rebeliões de 1848 comprovou a ineficácia do modelo mazziniano de revoltas armadas pelas massas despertadas para uma potencial unificação do território itálico. Isso porque as massas não estavam profundamente engajadas na causa de unidade nacional, bem como não tinham condições de competir com as forças armadas austríacas.<sup>98</sup> Caberia ao conde de Cavour, um político cauteloso e prático, arquitetar a unidade da Península. Visando melhorar a imagem de Sardenha-Piemonte no âmbito internacional, lançou uma série de reformas econômicas, em pouco tempo transformando seu Estado em progressista e moderno. Habilmente, em 1855, uniu-se à França e à Inglaterra na Guerra da Crimeia (1853-1856) contra a Rússia, país com o qual não possuía nenhuma desavença, procurando receber a atenção dos dois primeiros países para a questão itálica. Assim sendo, na assinatura do Tratado de Paris (30 de março de 1856), que pôs fim à guerra, Cavour denunciou a Áustria por ocupar terras italianas e, conjuntamente, encorajou o sentimento antiaustríaco entre os peninsulares.

Em 1859, quando a Áustria declarou guerra à Sardenha-Piemonte nem Cavour poderia prever o que aconteceria. O conflito espalhar-se por Parma, Modena, Toscana e Romagna, onde os governos insurretos votaram pela união com o Reino Sardo-Piemontês. A amplitude da revolta foi tal que tanto a França quanto a Áustria não arriscaram uma ação militar. Dessa maneira, estava unificada boa parte do norte italiano. Coube a Giuseppe Garibaldi, novamente retornando do exílio, conquistar o sul da Península, na primavera de 1860, com seu exército de mais de mil voluntários, os “mil de Garibaldi” ou “mil camisas vermelhas” como foram chamados por usarem este tipo de vestimenta. Mesmo possuindo ligações com o ideário republicano de Giuseppe Mazzini, Garibaldi preferiu entregar as terras que havia conquistado à Casa de Savoia do que perpetuar a desunião da Península. Vitor Emanuel foi proclamado rei da Itália, em 17 de março de 1861, sendo que a capital foi transferida de Turim para Florença, em 1865, quando Cavour já havia falecido.

---

<sup>98</sup> PERRY. Op. Cit. p. 509.

Ainda restava a anexação de Veneza e Roma ao país recém-nascido. A primeira foi integrada ao Reino da Itália, com a assinatura da Paz de Viena (1868), onde, apesar das lutas travadas por Garibaldi, a Prússia teve papel decisivo, coagindo a Áustria à renúncia do Vêneto. Já a anexação de Roma, questão de honra para os italianos que queriam torná-la sua capital, ficou mais complicada. Em setembro de 1870, Vitor Emanuel tomou a cidade do Vaticano e a proclamou capital do Reino de Itália. Não aceitando a situação nem as compensações oferecidas por Vitor Emanuel, o papa Pio IX declarou-se prisioneiro no Vaticano. Essa situação ficou conhecida como “Questão Romana”, só obtendo resolução em 1929, quando Benito Mussolini (1883-1945), assinou com o Papa Pio XI (1857-1939) o Tratado de Latrão, pelo qual seria criado o Estado do Vaticano. Por fim, os territórios do Trentino, Tirol Meridional, Trieste e Ístria permaneceram sob domínio austríaco, sendo nomeadas “Províncias irridentas”. Apenas ao final da Primeira Guerra Mundial, algumas partes dessas áreas foram incorporadas à Itália.

## 2.1) O processo de formação da identidade nacional italiana

No plano das ideias, o Romantismo foi a base do *Risorgimento*, não se dando de forma unilateral e se constituindo como um movimento intensamente pluralista e de difícil conceitualização. No presente trabalho, por Romantismo compreende-se um movimento cultural, surgido no final do século XVIII e disseminado no século XIX, que repudia o racionalismo pregado pelos iluministas<sup>99</sup>, exaltando os sentimentos humanos e o caráter individual do ser.<sup>100</sup> Além de influenciar a música, a pintura, a escultura, o teatro e a literatura, o Romantismo influenciou o modo de vida das pessoas do século XIX, trazendo à tona a discussão sobre a brevidade da vida e expressando que se deveria deixar aflorar as emoções humanas espontâneas. Também, o

---

<sup>99</sup> Um estudo acerca do embate entre os pensamentos iluministas e românticos é feito por Ernst Cassirer, no capítulo intitulado “A Filosofia do Iluminismo e os seus Críticos Românticos”. In.: CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003. p. 210-221.

<sup>100</sup> ESPINAR, Jaime. *El Romanticismo*. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1947. p. 5-8.

Romantismo se opõe ao ideal iluminista de ateísmo, exaltando a figura divina e retomando a fé. Para os românticos, a religião não era ciência e silogismo, mas uma expressão apaixonada e autêntica da natureza humana. Da mesma forma, os românticos se contrapunham à visão mecanicista da natureza, vendo-a como um conjunto de elementos que deveriam ser apreciados com emoção, conjuntamente com a busca de uma unidade mística para com ela. Em suma, a vida deveria ser alimentada pela imaginação poética.<sup>101</sup>

O romantismo do século XIX teve extrema relação com o ideário nacionalista, estando acompanhado da convicção de que o mais puro sentimento de lealdade do indivíduo deveria ser dirigido à nação. Os nacionalistas defendiam a autonomia das nações, voltando seu discurso às pretensões de povos dominados por forças estrangeiras – como era o caso da Península Itálica – de unirem-se na forma de um Estado nacional. Em direção a essa finalidade, os nacionalistas demonstravam grande orgulho pela história e pelas tradições do seu povo, utilizando o ideário romântico do engrandecimento de um passado histórico, bem como da escolha da nação por Deus. Assim, em um momento em que o cristianismo estava enfraquecido, o nacionalismo se tornou a força espiritual que deu ao indivíduo uma coesão comunitária e uma razão digna de autossacrifício. Criou novos mitos, mártires, e datas “sagradas” (comemorativas) que estimularam a reverência. Ofereceu uma missão, o progresso da nação, à qual o povo podia se dedicar.<sup>102</sup> Porém, deve-se atentar para o fato de que o nacionalismo não substituiu a religião. O que ocorreu, portanto, foi uma sacralização da ideia de nação.

O próprio conceito de nação, provindo da Revolução Francesa, fora alterado com o surgimento do “princípio das nacionalidades”, mais especificamente no contexto dos movimentos surgidos na década de 1830. De acordo com Eric Hobsbawn, este “princípio” possuía critérios:

Na prática havia três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação [...] O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente

---

<sup>101</sup> MOMIGLIANO, Attilio. *História da literatura italiana*. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira, 1948. p. 368-370.

<sup>102</sup> PERRY. Op. Cit. 467-473.

durável. [...] O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. Isso era a base da exigência italiana e alemã para a existência de nações, embora os seus respectivos ‘povos’ não tivessem um Estado único com o qual pudessem se identificar. Em ambos os casos, a identificação nacional era fortemente linguística, mesmo que [...] a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria [...] e que o resto falasse vários idiomas, com frequência incompreensíveis mutuamente. [...] O terceiro critério, [...] era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo [...].<sup>103</sup>

O ideário romântico, portanto, convergiu para uma proposta de soberania dos povos. Porém, é necessário esclarecer que o processo de Unificação Italiana merece algumas ressalvas. A respeito desse tema, Hobsbawm coloca que os italianos “[...] tinham toda sorte de identidades, mas nenhuma baseada numa língua que eles falavam e num Estado que passara a existir sobre suas cabeças. [...] Não havia nada de primordial na italianidade [...]”.<sup>104</sup>

A unificação da Península só foi concluída no ano de 1870, com a proclamação de Roma como capital da Itália. Mais do que fatores externos, deve-se compreender esta tardia unidade em suas causas endógenas. Primeiramente, considerar que o *campanilismo* (o apego ao campanário de seu povoado) é uma forte herança do Império Romano, que acabou por dotar o indivíduo de um sentimento de pertencimento e identidade maiores à região local do que a Roma. Somado a isso, as divisões político-econômicas pelas quais passara o território itálico ao longo dos séculos sedimentavam esta devoção à região local em detrimento das ideias de unidade nacional. Outra característica particular da sociedade italiana foi a presença da Igreja Católica que, de acordo com suas pretensões políticas, conseguiu evitar a consolidação de todo tipo de poder hegemônico na Península.<sup>105</sup> Indiretamente, no entanto, a crença religiosa no catolicismo acabou por ser um vínculo de aproximação entre a população do espaço itálico, juntamente com a área geográfica que, por

<sup>103</sup> HOBBSAWN, Eric j. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 49-50.

<sup>104</sup> HOBBSAWN, Eric. J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In.: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 273.

<sup>105</sup> MARQUES, Luiz. O apelo à imaginação. In.: *Revista História Viva*. Op. Cit. p. 39.

suas fronteiras naturais, também é em si um fator de unidade. De acordo com Denis Mack Smith: “a Itália era uma unidade territorial muitos séculos antes de se tornar um Estado-Nação – diferentemente dos Países Baixos, que, politicamente, eram um Estado antes de ser uma nação ou uma entidade geográfica”.<sup>106</sup> Mesmo assim, a crença religiosa em comum e o território delimitado pela natureza não foram elementos suficientemente fortes para gerar uma coesão das massas a ponto de levar à construção de um Estado-Nação.

Durante o *Risorgimento*, as artes tiveram papel fundamental para a construção de um sentimento de italianidade. De acordo com Luiz Marques:

O sonho de uma Itália unida já existia desde o século XIV [com Petrarca, Cola di Rienzo e, posteriormente, Maquiavel], mas a dominação estrangeira e o regionalismo impediram que esse projeto se concretizasse até o século XIX. Foi durante as campanhas do *Risorgimento* que a arte ajudou a criar uma identidade nacional italiana moderna.<sup>107</sup>

Influenciada pelo romantismo, a literatura, através de poesias, romances e obras históricas, serviu para a construção de uma língua nacional a partir do toscano. Na Idade Média, os escritos de Francesco Petrarca (1304-1374)<sup>108</sup> e, destacadamente, os de Dante Alighieri (1265-1321)<sup>109</sup> corroboraram

<sup>106</sup> SMITH. Op. Cit. p. 03.

<sup>107</sup> MARQUES. Op. Cit. p. 38.

<sup>108</sup> Petrarca nasceu em Arezzo, na Toscana, destacando-se como estudioso e poeta humanista. É considerado o inventor do soneto. Petrarca enalteceu a pátria na *Canzone all'Italia*, de 1346, e, um ano depois, aproximou-se do tribuno romano Cola di Rienzo esperando que seu plano de formação de uma confederação de tiranos viesse a dar uma forma qualquer de unidade à Península. Como outros eruditos de sua época, celebrou a grandeza da antiga Roma, escolhendo como personagem símbolo de um possível renascer italiano o general romano Cipião, o africano (poema “África”), desaparecido no século II a.C.; o homem que afastara o perigo de Roma cair em mãos inimigas e que derrubara Anibal na batalha de Zama, em 202 a.C.

<sup>109</sup> Dante Alighieri, nascido em Florença, ao invés de utilizar o latim, escreveu seus textos em língua vernácula italiana. Inspirou-se na *Eneida* de Virgílio, em busca da antiga Roma. Assim, escreveu a *Divina Comédia*, dividida em três tomos: *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso*. No Canto VI do Purgatório, Dante discursa sobre a decadência da Itália: “Ah serva Itália, lar do pesar, nau sem piloto em grande tempestade, não és nenhuma rainha de Províncias, mas um bordel! Como foi presta, aquela alma gentil, só pelo doce nome de sua terra a fazer festa ao encontrar seu concidadão. Mas agora, não vives sem guerra, e mesmo aqueles que moram dentro das mesmas muralhas, vivem devorando uns aos outros. Busca, miserável, no teu interior e nas tuas costas, se há algum lugar que esteja em paz segura. [...] Vem, ó cruel, vem ver o sofrimento de teus nobres. Vem para a tua Roma que chora, viúva e só, e que dia e noite chama: ‘Ó César meu, por que me abandonaste?’ Mas vem ver como a gente se ama! E, se não tens piedade de nós, vem para te envergonhares de tua fama. É lícito pensar, ó sumo Jove, que foste na Terra por nós crucificado, que teus justos olhos não mais nos olham? Ou é

para uma posterior construção de uma língua literária italiana. No século XIX, poetas como Alessandro Manzoni<sup>110</sup> criam novos símbolos nacionais ao evocarem um passado idealizado, exaltando as glórias do Império Romano e do Renascimento. Novos termos são inseridos no campo das letras, como “nação” e “pátria”<sup>111</sup>, e romances como os de Walter Scott<sup>112</sup> e Alexandre Dumas<sup>113</sup>, dentre outros, trazem a temática da guerra ao cotidiano dos italianos, ressaltando os “heróis” como personagens valorosos, corajosos e cheios de honra, com os quais os indivíduos podiam identificar-se. Ainda no âmbito das letras, a imprensa jornalística foi de extrema importância para disseminar o ideário de Unificação Italiana, destacando-se a figura de Mazzini e seus periódicos editados no continente europeu, de acordo com a expansão de seus movimentos *gioviní*.

O papel da música não foi menos importante que o das letras. Escreve Marques: “Foi por meio da ópera que a Itália encenou uma espécie de psicodrama de sua identidade nacional”.<sup>114</sup> Assim, a ópera “Nabucco”, de Giuseppe Verdi<sup>115</sup>, teve uma de suas estrofes – “Va, pensiero, sull’ali dorate” – tornando-se hino dos nacionalistas da Península, em especial dos milaneses, pelos ideais patrióticos em oposição à dominação austríaca. A ópera acabou

---

parte de um grande plano que preparas para o nosso bem e que somos incapazes de compreender? Todas as cidades da Itália estão dominadas por tiranos”. ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Purgatório. Canto VI. In.: [www.stelle.com.br](http://www.stelle.com.br)

<sup>110</sup> Alessandro Francesco Tommaso Manzoni (1785-1873) foi um dos mais importantes nomes da literatura italiana. Escreveu *I promessi sposi*, traduzida para o português com o título “Os noivos”.

<sup>111</sup> RIALI, Lucy. *Garibaldi: L’invenzione di un ero*. Roma-Bari, Editori Laterza, 2007. p. 09.

<sup>112</sup> Sir Walter Scott, (1771-1832), nascido em Edimburgo, foi um dos grandes criadores do romance histórico. Escreveu mais de duas dezenas de obras, dentre as quais deve-se citar: “*A Senhora do Lago*” (1810), “*Rob Roy*” (1818), “*Ivanhoe*” (1819) e “*A vida de Napoleão Bonaparte*” (1827), dentre outros.

<sup>113</sup> O francês Alexandre Dumas (1802-1870) escreveu romances e crônicas históricas com muita aventura que estimulavam a imaginação do público francês e de outros países nos idiomas para os quais foram traduzidos. Dentre suas obras mais famosas figuram “*O Conde de Monte Cristo*” (1844), “*Os três Mosqueteiros*” (1844), “*A Rainha Margot*” (1845), “*A Condessa de Charny*” (1853). Seu filho, também chamado Alexandre Dumas (1824-1895), seguiu seus passos, sendo autor do romance “*A Dama das Camélias*” (1848), que inspirou a Ópera “*La Traviata*” de Giuseppe Verdi.

<sup>114</sup> MARQUES. Op. Cit. p. 42.

<sup>115</sup> Giuseppe Fortunino Francesco Verdi (1813-1891) foi um compositor de óperas do período romântico italiano, sendo na época considerado o maior compositor nacionalista da Itália. Sua ópera “*Nabucco*” (1842) falava a respeito da dominação dos hebreus por Nabucodonosor, o que gerou uma identificação com o sentimento do povo italiano, sob a repressão dos austríacos e franceses. O famoso coro “*Va, pensiero, sull’ali dorate*” (Voa, pensamento, com asas douradas) foi considerado um símbolo nacional pelos italianos.

por representar à Itália do *Risorgimento* uma identidade com o discurso nacional-patriótico. De acordo com Lucy Riall:

A tese fundamental da ópera de Banti é que as testemunhas risorgimentistas produziram, neste período dos escritores e dos artistas românticos, símbolos, imagens e metáforas que os patriotas italianos, como Mazzini, puderam fazer próprios.<sup>116</sup>

As artes plásticas também corroboraram para a construção da identidade nacional italiana. O drama histórico se faz presente em obras de Giovanni Fattori (1825-1908)<sup>117</sup>, Cesare Bartolena (1830–1903)<sup>118</sup> e Telemaco Signorini (1835-1901)<sup>119</sup>, dentre outros. O passado italiano glorificado aparece na pintura e tal foi a sua importância que, em 1859, o governo provisório da Toscana lançou como tema de um concurso de pintura as guerras de independência contra o estrangeiro.<sup>120</sup>

Ao se analisar a trajetória do *Risorgimento*, percebe-se que esse processo atingiu em maior parte as camadas altas da sociedade itálica, nunca tendo se constituído de um movimento das massas populares. Comprova-se que, no caso italiano, a instauração do Estado adveio antes da construção da nação e do sentimento nacionalista, sendo que o meio artístico teve papel fundamental para a construção de uma identidade nacional que comportasse os membros das mais variadas regiões itálicas. Isso, porém, não significou uma

---

<sup>116</sup> RIALL. Op. Cit. p. 11.

<sup>117</sup> Nascido em Livorno, Fattori tornou-se, em 1855, promotor do movimento dos *macchiaioli* (os tachistas, jovens contestadores da tradição neoclássica e romântica). Indo ao encontro da liberdade de expressão, abandonou o estilo acadêmico e substituiu os grandes quadros de batalhas (como *O campo italiano após a batalha de Magenta*, de 1861) por cenas da vida militar, cheias de potência e rudeza insólitas na época e por paisagens.

<sup>118</sup> Também, nascido em Livorno, Bartolena frequentou o Caffè Michelangelo, local de encontros habituais dos *macchiaioli*, mas não chegou a aderir ao movimento. Grande parte de seus trabalhos encontra-se no Museu Civico “Giovanni Fattori”, como *S. Raffaele arcangelo*, *Ritratto del vescovo Gavi* e *Partenza dei volontari dal Calambrone*. Cabe ressaltar que trabalhou como retratista da casa real de Savóia.

<sup>119</sup> Pertencente a corrente dos *macchiaioli*, Signorini nasceu em Florença e interessou-se em expressar temas sociais em suas pinturas, como em *La sala delle agitate*, ambientado num manicômio. Em 1859, participou das fileiras garibaldinas e, em 1867, participou da fundação do periódico *Il Gazzettino delle Arti e del Disegno*, no qual prestou uma vasta gama de colaborações.

<sup>120</sup> MARQUES. Op. Cit. p. 43.

homogeneização cultural, visto que, ainda hoje, é bastante visível a diversidade das áreas norte e sul da Península.

### 3) A luta de Giuseppe Mazzini

Influenciado pelo romantismo, Giuseppe Mazzini se inseriu no contexto do *Risorgimento* dando corpo e forma aos objetivos dos primeiros mártires da luta pela Unificação Italiana do *ottocento*, como Ciro Menotti.<sup>121</sup> Pregava a revolução em oposição à restauração das monarquias absolutistas e defendia a participação popular nas esferas governamentais.<sup>122</sup> Como grande ativista político, Mazzini dedicou sua vida à criação de uma Itália unida e republicana, bem como à expansão do ideário republicano-democrático no cenário europeu do século XIX. Como romântico, buscou o que acreditava como “verdade” mediante o sentimento e a intuição elevados. Imaginava que uma Itália desperta conduziria à regeneração da humanidade e que uma “Terceira Roma” introduziria uma nova era de nações livres, de liberdade pessoal e de igualdade. Essa era representaria um grande progresso para a humanidade, com a paz, a prosperidade e a felicidade universal substituindo o materialismo e o interesse individual. Com grande carisma e eloquência, Mazzini atraiu a *intelligentsia* e a juventude, infundindo o *Risorgimento* com intensidade espiritual.<sup>123</sup>

#### 3.1) Breve biografia<sup>124</sup>

Mazzini nasceu em Gênova, em 22 de maio de 1805, e morreu em Pisa, em 10 de março de 1872. Em 1830, tornou-se membro da *Carbonaria*. A

---

<sup>121</sup> Como explicitado anteriormente, Menotti foi filiado a *Carbonaria* desde 1817 e sua forte ligação com o ideário democrático o fez lutar arduamente contra a opressão austríaca sobre o território italiano, sendo considerado precursor não só das revoltas de 1831, mas também do *Risorgimento*. Desta forma, sua imagem ficou para a posteridade como a de um destemido herói romântico, um grande patriota.

<sup>122</sup> BALZANI, Roberto. Il problema Mazzini. In.: *Ricerche di Storia Politica*. N° 2, anno 8. Roma: giugno 2005. p. 159-182.

<sup>123</sup> PERRY. Op. Cit. 507-509.

<sup>124</sup> Para um estudo aprofundado da vida e obra de Mazzini ver: SARTI. Op. Cit.; BALZANI. Op. Cit.

sua atividade revolucionária o obrigou a refugiar-se em Marselha, onde concluiu que “[...] o mau êxito das tentativas passadas cabe, não à debilidade, mas à péssima direção dos elementos revolucionários – o segredo da potência está na constância e na unidade dos esforços”.<sup>125</sup> Acreditava, portanto, que os *carbonari* haviam fracassado por terem tramado apenas revoltas locais, não tendo nenhum planejamento organizado para a união da região itálica. Dessa forma, Mazzini fundou a *Giovine Itália*, em Marselha, durante 1831, disponibilizando um programa para seus futuros participantes.<sup>126</sup> Tratava-se de uma organização constituída por revolucionários dedicados, muitos deles estudantes. Essa luta sagrada, para Mazzini, exigiria heroísmo e sacrifícios, sendo que, para manterem contato, seus membros utilizavam codinomes, na maioria provindos da história da Península no Período Medieval. As ações da *Giovine Italia* não discreparam de forma contundente daquelas postas em prática pela *Carbonaria*, já que Mazzini recorreu ao mesmo modelo de organização conspiratória, não conseguindo atingir as massas populares.

O lema da *Giovine Italia* era “Deus é o povo”. Suas bases se assentavam nas premissas “liberdade, independência, igualdade, unidade e humanidade” e o seu objetivo era claro: a união dos estados itálicos em uma República unitária, vista por Mazzini como condição *sine qua non* para libertar o povo italiano dos invasores estrangeiros. Nesse sentido, para ingressar na *Giovine Italia*, o indivíduo deveria prestar o seguinte juramento:

Eu, cidadão italiano, [...] juro consagrar tudo e sempre com todas as minhas potências morais e físicas à pátria e a sua regeneração; consagrar o pensamento, as palavras, a ação, a conquistar a independência, a união e a liberdade da Itália.<sup>127</sup>

É interessante notar que Mazzini tinha noção da desagregação em que se encontrava não só o território, mas a população da Península Itálica. Assim, salienta:

A *Giovine Italia* é a fraternidade dos italianos crentes em uma lei de *progresso* e de *dever*; os quais, convencidos que a Itália é chamada a ser nação – que pode com força própria criar-se tal

---

<sup>125</sup> MAZZINI, 1976. Op. Cit. p. 63.

<sup>126</sup> Ibid. “Instruções Gerais da *Giovine Italia*”. p. 57-70.

<sup>127</sup> Ibid. p. 58.

[...] restituí-la em nação de livres e iguais *una, independente, soberana*.<sup>128</sup>

Quando este povo italiano estivesse “desperto” para a consciência nacional, teria uma missão<sup>129</sup> provinda de Deus para com a humanidade: a de fazê-la progredir, como já houvera demonstrado em seu passado. Esse era o dever da Itália e, para segui-lo, o povo deveria ser educado. De tal maneira, os membros da *Giovine Italia* possuíam a incumbência de ensinar acerca da revolução para o povo, gerar-lhe a semente da consciência cidadã, ou seja, criar-lhe a noção de coletividade, a nação italiana. Ainda Mazzini ressalta a “restituição” da Itália como nação, já que houvera o tempo romano de união dos peninsulares sobre um mesmo governo. A “promoção ilimitada da instrução pública”<sup>130</sup> foi um dos objetivos principais da *Giovine Italia*, estando inserida no juramento que deveria ser prestado aos ingressantes na organização.<sup>131</sup> Essa finalidade educadora aparece muitas vezes nas “Instruções Gerais da *Giovine Italia*”, já que “as revoluções se preparam com educação, se maturam com prudência, se cumprem com a energia, se fazem santas com direção ao bem comum”.<sup>132</sup> Os próprios escritos de Mazzini são claramente didáticos e doutrinários, pois repetem muitas vezes o enunciado das assertivas, a fim de (re) explicar continuamente suas ideias, para fixá-las na mente do leitor. Com essa mesma intenção de difusão das ideias do movimento, eram publicados periódicos com o próprio nome da organização, sendo provável que não tenham saído mais de seis fascículos entre 1831 e 1834.

Outras associações políticas foram fundadas por Mazzini com o intuito de propagar o ideário republicano, como a *Giovine Francia*, a *Giovine Germania*, a *Giovine Polonia*, a *Giovine Spagna* e a *Giovine Svizzera*. Mas, alçou vãos mais altos ao perceber que o ideal republicano só sobreviveria e seria colocado em prática se fosse ampliado no cenário europeu. Dessa forma, criou a *Giovine Europa* (Berna, abril de 1834), visando à transformação da

---

<sup>128</sup> Grifado no original. Ibid. p. 63.

<sup>129</sup> Ibid. “Da *Giovine Italia*”, p. 89.

<sup>130</sup> Ibid. “Instruções Gerais da *Giovine Italia*”, p. 57.

<sup>131</sup> Ibid. p. 58.

<sup>132</sup> Ibid. p. 88.

Europa numa irmandade de povos livres.<sup>133</sup> Está disposto no “Ato de Fraternidade da *Giovine Europa*”:

A *Giovine Germania*, a *Giovine Polonia* e a *Giovine Italia* [fundadas até aquele momento], associações republicanas tendem a um fim idêntico que abraça a humanidade abaixo de um império de uma mesma fé de liberdade, de igualdade e de progresso, unem fraternidade, agora e para sempre, por tudo isso que concerne o fim geral.<sup>134</sup>

Como dito anteriormente, a Guerra Farroupilha teve seu desenrolar contemporâneo a esse espírito da *Giovine Europa*, ou seja, foi concomitante à tentativa de Mazzini de ampliar a expansão do ideário republicano, que concorreria à missão e dever dos povos na Terra: a de instauração de uma nova era de liberdade e igualdade.<sup>135</sup> A tentativa de Mazzini, de expandir o republicanismo para além da Península Itálica, influenciou uma geração de ativistas italianos que lutaram na Guerra Farroupilha, como Giuseppe Garibaldi, Livio Zambecari e Luigi Rossetti, dentre outros.

Conhecido como “o eterno proscrito”, Mazzini ficou exilado de sua terra natal por longos períodos, sempre continuando a perseguir o seu objetivo de unificação e propagação do ideário republicano. Contudo, sua importância foi mais no âmbito do pensamento do que da prática, sendo que, depois do fracasso dos levantes de 1848, durante a qual esteve à frente da breve experiência da República de Roma, os nacionalistas começaram a ver no Reino Sardo-Piemontês um rumo mais eficaz para a unificação da Península. Em 1870, Mazzini foi novamente preso e condenado ao exílio, retornando com nome falso a Pisa, onde viveu até sua morte em 1872, jamais tendo aceito a monarquia.

---

<sup>133</sup> SARTI. Op. Cit. p. 29-114.

<sup>134</sup> MAZZINI, 1976. Op. Cit. p. 176.

<sup>135</sup> Ibid. “Da iniciativa revolucionária na Europa”. p. 185-187.

### 3.2) O ideário mazziniano

Até este ponto, utilizaram-se os seguintes textos de Mazzini: “Instrução Geral da *Giovine Italia*”, (escrita em agosto de 1831), “Da *Giovine Italia*” (Marselha, 1831), “*Giovine Europa: Ato de Fraternidade*” (abril de 1834) e “Da iniciativa revolucionária na Europa” (Paris, janeiro de 1835).<sup>136</sup> Apesar de bastante posterior à Guerra Farroupilha, daqui para frente se aprofundará a análise com o acréscimo do texto “Deveres do Homem” (Londres, 1860)<sup>137</sup>, já que, como dito anteriormente, este documento apresenta grande parte das ideias que Mazzini apregoou e que nortearam sua luta em prol da República.

“Deus, Humanidade, Pátria e Família” foram fundamentos que regeram o pensamento de Mazzini e sobre os quais os deveres dos homens deveriam se dirigir. Nos escritos mazzinianos, tais fundamentos se entrelaçam em grau de significância, pois deveriam caminhar juntos para propiciar o progresso da raça humana, o melhoramento do homem e das instituições, no sentido de uma moral apurada e baseada nos preceitos de Deus, a qual gerasse a harmonização da vida terrena. Por conseguinte, e como dito anteriormente, os escritos de Mazzini possuem um tom doutrinador e em “Deveres do Homem” ele discorre sobre o modo como se deveria agir e conviver em sociedade. A vida humana deveria ir ao encontro da verdade, que não teria outra origem senão o próprio Deus, vivente em nossa consciência particular e na consciência da humanidade. A fonte de inspiração para a convivência social deveria provir de Deus e o ser humano deveria estar ciente de que sua passagem na Terra é transitória, pois constitui apenas uma etapa do desenvolvimento de sua vida, já que a alma é imortal. Assim, esclarece:

Sem Deus, onde está o Dever? O povo entender-vos-á e repetirá convosco: ‘Cremos em Deus Padre, Inteligência e Amor, Criador e Educador da Humanidade’. E com estas palavras, vencereis, vós e o Povo.<sup>138</sup>

<sup>136</sup> Inseridos em: MAZZINI, 1976. Op. Cit.

<sup>137</sup> MAZZINI, 1952. Op. Cit.

<sup>138</sup> Ibid. p. 357-358.

Porém, não deve-se cair no erro de compreender a religiosidade de Mazzini como uma aproximação sua com o catolicismo. Pelo contrário, ele lançou fortes críticas à Igreja Católica, a qual via como instituição “tirânica” de poder, muito mais do que fonte de espiritualidade. Em verdade, o ideário mazziniano é mais aproximado de um pensamento jansenista<sup>139</sup>, porém com um tipo particular de visão acerca da imagem divina: a igualdade dos seres humanos residiria, como um todo, no cristianismo.<sup>140</sup> Até mesmo Lutero fora citado nos textos de Mazzini, quando este salienta: “Jovens meus irmãos [...] Fé em Deus, na retidão, e em nós! – era o grito de Lutero, e comovera uma metade da Europa”.<sup>141</sup>

Além da presença da figura de Deus, a passagem acima nos traz outro elemento, o povo, cuja intensa presença nos escritos mazzinianos denota a suma importância que lhe é delegada. Pelo tom utilizado nos textos de Mazzini, nota-se que este povo deve tornar-se uma nação, ou seja, adquirir a consciência de pertencente a determinada população. No momento em que o povo conscientiza-se de sua unidade em determinada sociedade, passa a constituir-se como nação: “Convencido que onde Deus quis que existisse nação, há forças necessárias para criá-la – o povo é depositário daquelas forças – que ao dirigi-la pelo povo e com o povo está o segredo da vitória”.<sup>142</sup>

Deus e povo são os componentes centrais de seu ideário. O primeiro como ser supremo, cujo poder e bondade são de intensidade inimaginável, devendo ser adorado e suas palavras compreendidas e postas em prática; o segundo, o ser humano visto em sua forma coletiva, pois o homem deveria se projetar no grupo e fugir do individualismo destruidor da harmonia social. Em Deus e para a Humanidade reside o programa da *Giovine Europa*, com vistas ao início de um novo tempo, cuja liberdade, fraternidade e igualdade seriam

---

<sup>139</sup> O *jansenismo* foi um movimento religioso, de viés político, que se desenvolveu principalmente na França e na Bélgica, nos séculos XVII e XVIII, em reação a certas evoluções da Igreja Católica e ao absolutismo real. Sua origem resulta das ideias do bispo de Ypres, o holandês Cornelius Jansen, como uma versão modificada do calvinismo. A difusão do jansenismo se deu através da obra mais famosa de Jansen, “*Augustinus, seu doctrina Sancti Augustini de humanae naturae, sanitate, aegritudine, medicina adversus Pelagianos et Massilienses*”, onde buscou expressar com clareza a doutrina de Santo Agostino.

<sup>140</sup> MAZZINI, 1976. Op. Cit. “Da iniciativa revolucionária na Europa”. p. 185.

<sup>141</sup> Ibid. “Da *Giovine Italia*”. p. 91.

<sup>142</sup> Ibid. “Instruções Gerais da *Giovine Italia*”. p. 70.

alcançadas com a associação “[...] de todos: associação dos iguais. [...] Não pode existir liberdade se não entre homens iguais: igualdade dos povos: solidariedade e capacidade de iniciativa para todos”.<sup>143</sup>

A busca da harmonia na sociedade está permeada pela existência da lei, já que, para Mazzini, ela é inerente à condição humana, visto que “não há vida sem lei”.<sup>144</sup> A norma, no entanto, não pode ser constituída arbitrariamente pelos homens e seus governantes, mas provir de Deus:

Sem Deus, qualquer que seja o sistema civil que desejeis adotar, só tereis como base a Força, cega, brutal, tirânica. [...] Se não reina uma mente suprema sobre todas as mentes humanas, quem pode salvar-nos do arbítrio dos nossos semelhantes, quando se acham mais poderosos do que nós? Se não existe uma lei santa e inviolável, não criada pelos homens, que norma teremos para julgar se um ato é justo ou injusto?<sup>145</sup>

A lei de Deus é a lei da verdade e seu conhecimento é imprescindível para criarmos a situação de progresso necessária para a construção de uma vida plena em comunidade. A compreensão desta lei está presente no instinto humano e foi sendo apresentada, paulatinamente, ao longo da história da humanidade. E é a própria humanidade que, ganhando vida própria, é assemelhada por Mazzini a um homem que aprende sempre e cuja tradição repassa esta lei divina à sociedade. Por conseguinte:

[...] para conhecer a lei de Deus, tendes necessidade de interrogar não só a vossa consciência, mas a consciência, o consenso da Humanidade; para conhecer os vossos deveres, tendes necessidade de interrogar as necessidades atuais da Humanidade. [...] Deus, Pai e Educador da Humanidade, revela no espaço e no tempo a sua lei à Humanidade. Interrogai a tradição da Humanidade, o consenso dos vossos irmãos, não no círculo estreito de um século ou de uma seita, mas em todos os séculos e na maioria dos homens passados e presentes.<sup>146</sup>

A humanidade, conseqüentemente, é a intérprete da lei de Deus, designada diretamente por ele. No entanto, Mazzini fala em humanidade como um todo coeso, sem compreender as especificidades de cada sociedade. Seu

<sup>143</sup> Ibid. “Da iniciativa revolucionária na Europa”. p. 187.

<sup>144</sup> MAZZINI, 1952. Op. Cit. p. 358.

<sup>145</sup> Ibid. p. 357.

<sup>146</sup> Ibid. p. 363-364.

pensamento, portanto, poderia ser compreendido como o de um “internacionalista humanitário”.

A premissa mazziniana de que Deus revelaria sua lei aos homens através do tempo parece bastante vaga, pois cada grupo social tem tradições próprias e visões particulares acerca da moralidade, da religiosidade e de sua vida em sociedade. A humanidade – o ser humano em sentido coeso – os deveres dos homens deveriam ser consagrados como principal e primeira importância. É com o pensamento voltado para a coletividade que os indivíduos devem agir, pois sua vida foi dada por Deus para que eles fizessem uso de suas faculdades particulares em benefício do melhoramento do conjunto humano e da descoberta da verdade divina, passada de geração a geração. Mazzini salienta aos homens:

Amai a Humanidade. A cada obra vossa no círculo da Pátria ou da Família perguntai a vós mesmos: Se o que faço fosse feito por todos, beneficiaria ou prejudicaria a humanidade? Se a consciência vos responder: ‘Prejudicaria’, desisti, mesmo quando vos parecer que da vossa ação possa resultar uma vantagem para a Pátria ou para Família.<sup>147</sup>

Pátria e família, juntamente com Deus e a humanidade, formam os pilares da moralidade do ser humano. Nenhuma ação humana deveria ir de encontro às necessidades da pátria e da família. O povo seria a união de todas as famílias de determinada sociedade. Esse povo, no caso italiano, deveria estar motivado por um profundo amor pela pátria. Deveria derrubar os príncipes da casa de Habsburgo e criar uma República popular. Mazzini acreditava que uma revolução bem-sucedida, que modificasse o sistema governamental monárquico, deveria vir de toda a massa popular; do povo. Em suas próprias palavras:

Vi que a Pátria Una, dos iguais e dos livres, não sairia de uma aristocracia que jamais teve entre nós uma vida coletiva e iniciadora, nem da Monarquia que se insinuou, no século XVI, sobre as pegadas do estrangeiro e sem missão própria, - entre

---

<sup>147</sup> Ibid. p. 369.

nós, sem pensamento de Unidade ou de emancipação, - mas somente do povo da Itália, - e assim o disse.<sup>148</sup>

É a partir da Pátria que Deus lançou o germe das nações sobre a Terra e delegou ao indivíduo o sentimento de pertencimento à sua comunidade. Assim, define:

A Pátria é uma comunhão de livres e de iguais irmanados em concórdia de trabalho para um fim único. Deveis fazê-la e mantê-la como tal. A Pátria não é um agregado, é uma associação. [...] A Pátria não é um território; o território é apenas a base. A Pátria é a ideia que surge sobre aquele; é o pensamento de amor, o senso de comunhão que reúne num só todos desse território.<sup>149</sup>

Neste sentido, a Pátria estaria além da “terra de nascimento”, sendo uma ideia catalisadora de identidade e união social. Em sua acepção reduzida estaria a família, descrita de forma romântica por Mazzini como a “Pátria do coração”.<sup>150</sup> Para ele, muito mais do que a Pátria, a família é o berço da condição humana, é um elemento que perseverará enquanto durar a humanidade. A relação entre Pátria e família é intrínseca, pois “[...] são dois pontos extremos de uma linha única”<sup>151</sup> e seus papéis sociais concorrem à mesma finalidade: a educação dos filhos da nação; do cidadão. Da mesma maneira que a Pátria deve oferecer a instrução formal aos indivíduos, assim também os pais devem ensinar os filhos sobre seus deveres como cidadãos, contar-lhes histórias acerca dos feitos dos grandes homens das antigas Repúblicas e os nomes daqueles que amaram e lutaram pela Itália no passado.

Como parte integrante e imprescindível no seio familiar, Mazzini ressalta a figura da mulher, iniciadora do futuro particular dos indivíduos. A partir da mãe, da esposa, da irmã e da amiga, os homens são ensinados sobre o amor, a esperança, a força, a inspiração e fé no futuro, aspectos imperiosos para o melhoramento e progresso da condição humana. Além de delegar este papel fundamental à figura feminina na sociedade, Mazzini vai além de uma visão romântica e esclarece que a superioridade intelectual do homem perante

---

<sup>148</sup> Ibid. p. 345. Mazzini discorre mais densamente sobre o tema em “Programa da Itália do Povo”. Ibid. p. 305-313.

<sup>149</sup> MAZZINI, 1952. Op. Cit. p. 373-375.

<sup>150</sup> Ibid. p. 375.

<sup>151</sup> Ibid. p. 376.

a mulher é apenas um velho preconceito que existe para manter a opressão, pois, segundo ele, a própria história nos ensina que os opressores se baseiam em argumentos criados por eles próprios para atingir seus objetivos.<sup>152</sup> Assim sendo, a última frase de seus escritos no “Deveres do Homem” remete à imagem feminina: “A emancipação da mulher deveria ser continuamente emparelhada por vós com a emancipação do operário e dar ao vosso trabalho a consagração de uma verdade universal”.<sup>153</sup>

Compreendendo os homens em sua totalidade, Mazzini disserta acerca de suas características, vendo-os como seres livres, educáveis, sociáveis, passíveis de associação entre si e, finalmente, progressivos. É esta última característica que sagra toda a transformação necessária à sociedade para sua emancipação. De acordo com Mazzini, a “ideia de progresso” possui seu germe nos escritos de Dante Alighieri, portanto “[...] desenvolvida, verificada na História, confirmada pela ciência, tornou-se bandeira do futuro. [...] Hoje sabemos que a lei da Vida é o Progresso”.<sup>154</sup> O progresso é o fim ao qual ruma a humanidade, já “que a humanidade é chamada a proceder, por um *progresso contínuo* e sob o império da lei moral universal, ao desenvolvimento *livre e harmônico* das próprias faculdades, e ao cumprimento da própria missão no universo”.<sup>155</sup>

Para atingir a finalidade do progresso, os homens devem adotar uma postura de rompimento com o egoísmo individualista, agregando-se ao coletivo, já que ele está intrinsecamente atrelado à associação e harmonia da humanidade.<sup>156</sup> Mazzini critica a organização social apregoada pelo ideário liberal, tanto em seu âmbito econômico quanto político, pois ambos gerariam disparidades gritantes na sociedade, ludibriando o povo a partir do discurso que anuncia a possibilidade de oportunidades de crescimento financeiro e de igualdade de todos perante a lei. Neste sentido, expressa no primeiro capítulo de “Deveres do Homem”:

---

<sup>152</sup> Ibid. p. 376-377.

<sup>153</sup> Ibid. p. 415.

<sup>154</sup> Ibid. p. 383-384.

<sup>155</sup> Grifado no original. MAZZINI, 1976. Op. Cit. “Ato de Fraternidade da *Giovine Europa*”. p. 175.

<sup>156</sup> Ibid. “Da iniciativa revolucionária na Europa”. p. 195, e “Da *Giovine Italia*”. p. 83, 88 e 90.

Desde cinquenta anos, tudo quanto se faz pelo progresso e pelo bem contra os governos absolutos ou contra a aristocracia do sangue, foi feito em nome dos Direitos do homem, em nome da liberdade como meio e do *bem-estar* como finalidade da vida. [...] Melhorou a condição do *povo*? [...] Não, a condição do povo não melhorou; antes piorou e piora em quase todos os países, e especialmente aqui, onde escrevo, o preço das coisas necessárias à vida vem progressivamente aumentando, o salário do operário em muitos ramos de atividade vem progressivamente diminuindo [...] Por que, pois, não melhorou a condição do povo? Por que o consumo dos produtos, em vez de repartir-se igualmente entre todos os membros das sociedades europeias, concentrou-se nas mãos de poucos homens pertencentes a uma nova aristocracia? Por que o novo impulso comunicado à indústria e ao comércio criou, não o *bem-estar* da maioria, mas o luxo de alguns?<sup>157</sup>

A esses questionamentos, Mazzini responde salientando que o ser humano é o reflexo do tipo de educação que recebe e, destarte, agirá da maneira que foi ensinado a agir. Para ele, a Revolução Francesa, a partir dos chamados “direitos do indivíduo”, abriu um leque de possibilidades chamadas de “liberdades”: “[...] liberdade individual, liberdade de ensino, liberdade de crença, liberdade de comércio, liberdade em tudo e para todos”.<sup>158</sup> Todavia, esse tipo amplo de “liberdades” não passou da forma verbal, já que sua aplicabilidade não se estendera para a população como um todo. De nada adiantaria a liberdade de ensino para quem não tivesse tempo para os estudos, dada a necessidade de trabalhar para sustentar-se. De nada serviria a liberdade de comércio para quem não tivesse condições materiais para investir. Logo, conclui que a vasta gama de liberdades, aberta com a Revolução Francesa, não seria mais do que ilusória.

Portanto, finda-se uma era com a Revolução Francesa, visto que:

A velha Europa está morrendo. As velhas coisas acenam ao desaparecimento. Todas aquelas grandes instituições políticas e religiosas, gigantes da Idade Média, que pelo espaço de seis ou oito séculos sustentaram a dominação do mundo, ameaçam visivelmente ruinar: o tempo da sua vida é consumado. [...] A Revolução Francesa deve ser considerada não como um programa, mas como um apanhado; não como iniciação de uma

<sup>157</sup> Grifado no original. MAZZINI, 1952. Op. Cit. p. 348-349.

<sup>158</sup> Ibid p. 349.

época nova, mas como a última fórmula de uma época que está por concluir-se.<sup>159</sup>

Mazzini não destitui a Revolução Francesa de sua importância, haja vista a presença das palavras “liberdade, igualdade e humanidade” (esta última substituindo “fraternidade”) na primeira página do “Ato de Fraternidade da Giovine Europa”.<sup>160</sup> Porém, expressa que os acontecimentos atrelados ao ano de 1789 marcaram o fim de um ciclo centrado no “indivíduo” para abrir caminho a um novo pensamento, cujo foco social volta-se para o “conjunto”, para o “todo” da sociedade.

Consequentemente, Mazzini via que a educação liberal, apregoadora do “bem-estar”, era plenamente errônea, pois ensinava o egoísmo e a avidez dos bens materiais. Essa doutrina se constituía como falsa e traidora da parte mais ampla da população que fora instruída de acordo com seus preceitos. Em verdade, essa doutrina se ajustava aos interesses daqueles que detinham maior poder político-econômico e servia para que eles adquirissem cada vez mais poder e riqueza em detrimento da maioria da população, iludida por ter sido ensinada nos moldes dos “direitos dos indivíduos”.

Desse modo, a crença nos deveres do homem, viria a substituir a velha ideia dos direitos do indivíduo. O dever seria um princípio educador, que faria do ser humano um ser coletivo, em busca de uma real felicidade, em detrimento do egoísmo e da adoração material. Porém, de maneira hábil, Mazzini salienta:

Quando digo que o conhecimento dos *direitos* não basta aos homens para operar melhoria importante e durável, não peço que renunciéis a esses direitos; digo somente que não passam de uma consequência de deveres cumpridos e que é preciso começar por estes para alcançar aqueles.<sup>161</sup>

Portanto, o dever está acima dos direitos civis, mas não deve suplantar o conhecimento desses últimos. Os homens devem ter noção de seus direitos, mas têm que se dedicar aos seus deveres na sociedade e, consequentemente,

---

<sup>159</sup> MAZZINI, 1976. Op. Cit. “Da iniciativa revolucionária na Europa”. p. 178 e 187.

<sup>160</sup> Ibid. p. 175.

<sup>161</sup> Grifado no original. MAZZINI, 1952. Op. Cit. Ibid. p. 353.

ao “progresso da alma”. Este último seria a finalidade da vida de cada membro da sociedade, ou seja, tornar-se uma pessoa melhor.

\* \* \*

Até então, pôde-se perceber proximidades entre o ideário mazziniano e o marxista, pois tanto um quanto o outro rumaram para uma busca de ampliação de suas propostas para além das fronteiras da Alemanha e da Itália, formando associações políticas, com o intuito de otimizar a mudança da estrutura social que, imposta pelas camadas altas da sociedade, atribuía uma situação degradante à maior parte da população.<sup>162</sup> Assim como Marx, Mazzini repudiou o sistema de valorização do capital em detrimento do ser humano, bem como a expansão de um pensamento individualista, nocivo à convivência social harmônica. No entanto, o próprio Mazzini se coloca diretamente em sentido oposto ao ideário socialista como um todo, rejeitando os sistemas que chama saint-simonismo<sup>163</sup>, fourierismo<sup>164</sup> e comunismo<sup>165</sup>. Dirigindo-se diretamente ao comunismo, Mazzini lança-lhe fortes críticas, dizendo que ele chega ao extremo oposto das premissas que prega, negando ao indivíduo sua “real liberdade”. Questiona qual seria o tipo de liberdade e igualdade a serem conquistadas, já que acredita que a equidade na distribuição de trabalho é impossível de ser calculada por sua natureza diversa: duração, grau de

---

<sup>162</sup> Em 21 de fevereiro de 1848, Karl Heinrich Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) publicam o *Manifesto do Partido Comunista* (em alemão *Manifest der Kommunistischen Partei*), conhecido historicamente como um dos maiores tratados políticos de influência mundial. Analisando várias formas de opressão social ao longo da história, Marx e Engels chegam ao século XIX lançando duras críticas ao “modo de produção capitalista”, conclamando o proletariado (a classe oprimida) a tomar consciência de sua força, enquanto maioria da sociedade, tomar o poder das mãos da burguesia (classe opressora) e instaurar o socialismo (nele o poder público perderia seu caráter opressor e a divisão de classes desapareceria), que seria uma fase anterior ao estabelecimento do comunismo. O quarto e último capítulo do Manifesto acentua o tom de união transnacional em detrimento do ideário nacionalista amplamente difundido no século XIX.

<sup>163</sup> Relativo ao francês Claude-Henri de Rouvroy ou Conde de Saint-Simon (1760-1825), um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico.

<sup>164</sup> Referente ao socialista francês François Marie Charles Fourier (1772-1837), que criticou ferrenhamente o capitalismo de sua época, bem como foi contrário à industrialização, à civilização urbana, ao liberalismo e à família baseada no matrimônio e na monogamia. Também ficou conhecido como um dos pais do cooperativismo.

<sup>165</sup> MAZZINI, 1952. Op. Cit. p. 397.

dificuldade, dispêndio de vitalidade necessária, nível de insalubridade, etc. A repartição dos produtos, também, tenderia a ser injusta por não levar em consideração as necessidades particulares dos indivíduos, resultantes de sua fisiologia diversa e do empenho pessoal no desenvolvimento de seu trabalho. Igualmente, questiona se caberia ao Estado ser o árbitro das decisões sobre as necessidades individuais e conclama os operários a refletirem se essa não seria uma renovação da antiga escravidão ou uma nova ditadura hereditária, como nas antigas castas.<sup>166</sup> Ainda, discordava da visão marxista sobre o tipo de organização que deveriam ter os revolucionários para chegar ao poder, visto que acreditava em uma forma “voluntarista” de se dar a revolução, ou seja, confiava que esta deveria partir espontaneamente do povo. Marx também criticara Mazzini, expressando que as ideias deste último nada mais representavam senão o velho pensamento burguês de constituição de uma República.<sup>167</sup>

Analisando a sociedade, Mazzini afirma:

Hoje, o capital – e essa é a chaga da sociedade econômica atual – é o déspota do trabalho. Das três classes que constituem economicamente a Sociedade, – *capitalistas*, isto é, detentores dos meios ou instrumentos do trabalho, terras, feitorias, numerário, matérias-primas – *empreiteiros*, chefes de serviço, comerciantes, que representam ou deveriam representar a inteligência – e *operários*, que representam o trabalho manual, – só a primeira é dona do campo, dona de promover, retardar, acelerar, dirigir para certos fins o trabalho.<sup>168</sup>

Essa premissa permite que se compreenda que, para Mazzini, a sociedade estava organizada em sentido piramidal, com a pequena parcela do topo do triângulo – os capitalistas – sendo detentora dos recursos necessários para manter a opressão social, organizando a situação do trabalho da maneira que melhor lhe conviesse. A segunda classe de indivíduos – os empreiteiros – poderia ser entendida como uma pequena burguesia, que não detinha as posses da alta burguesia, mas lhe prestava serviços. Em sua maioria, o grupo de pessoas inseridas nesta classe tinha acesso ao ensino (por isso chamada

<sup>166</sup> Ibid. 400-402.

<sup>167</sup> Esta crítica foi exposta em uma entrevista concedida por Marx a R. Landor, no ano de 1871. O conteúdo pode ser conferido na íntegra em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/26/020.html>

<sup>168</sup> Grifado no original. MAZZINI, 1952. Op. Cit. p. 396.

*intelligentsia*), o que propiciou que desta camada social saísse o grosso da massa de indivíduos adeptos ao pensamento de Mazzini e que, conseqüentemente, engajaram-se em suas fileiras de luta. Por último, se encontrava a grande maioria da população – os operários –, relegada às piores condições de trabalho e de sobrevivência.

Era necessária a mudança desta condição degradante de extrema desigualdade social. A visão de Mazzini para colocar em prática esta transformação difere do marxismo, seguindo um rumo próprio que pode ser compreendido como um “socialismo romântico”. Primeiramente, a propriedade privada não deveria ser abolida, pois “o princípio, a origem da propriedade, está na natureza humana e representa a necessidade da vida material do indivíduo, que ele tem o *dever* de manter”.<sup>169</sup> Destarte, a propriedade individual não iria de encontro à comunidade como um todo, pois seria inerente à condição humana e necessária para o progresso. No entanto, estaria mal constituída por três razões: primeiro, porque o fruto do trabalho do operário não estaria distribuído de forma justa entre ele o capitalista; segundo, porque a propriedade tenderia a ser monopolizada por poucos, estando inacessível à maioria; terceiro, porque o sistema vigente de impostos tenderia a manter o privilégio de riqueza dos capitalistas, impossibilitando às classes pobres de compor suas economias.

Para Mazzini, portanto:

Não é necessário abolir a propriedade porque hoje é de poucos; é preciso abrir caminho para que a maioria possa adquiri-la.

É preciso encaminhar a sociedade para bases equitativas de remuneração entre o proprietário ou capitalista e o operário.

É preciso modificar o sistema dos impostos, de maneira que não atinjam a soma necessária à vida e deixem ao homem do povo a faculdade de economias suscetíveis de produzir, aos poucos, a propriedade.

E para que isso suceda, é preciso suprimir os privilégios políticos concedidos à propriedade e fazer que todos contribuam para a obra legislativa.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> Grifo meu. Ibid. p. 398.

<sup>170</sup> Ibid. p. 399-400.

Mazzini expressa o que seria preciso para tornar a sociedade mais harmônica e igualitária, oferecendo uma solução para tal. O “remédio” seria a união do capital e do trabalho nas mesmas mãos. De certa forma, esta solução nos remete a abolição da mais-valia explicitada por Marx, pela qual o trabalho seria associado e haveria “[...] a repartição entre os trabalhadores dos frutos do trabalho, ou seja, do resultado da venda dos produtos, em proporção do trabalho realizado e do valor desse trabalho [...]”.<sup>171</sup> Mazzini acreditava em uma associação livre, voluntária e organizada entre os homens de maneira nuclear e não diretamente vinculada ao Estado, a qual seria administrada com base na fraternidade republicana. Chega a apontar a fonte do capital necessário para a formação das associações: as economias e o espírito de sacrifício de cada um. Essa solução encontrada para o problema da grande desigualdade social denota um alto grau de utopia. Aqueles que possuíssem mais riquezas deveriam compreender altruisticamente que o auxílio para a construção das associações seria um desígnio da providência divina, rumando para a emancipação humana. Esses homens de posses deveriam facilitar as vias de crédito:

[...] com antecipações, ou fundando Bancos que dêem crédito ao trabalho futuro, à força coletiva dos operários, ou admitindo-vos em participações nos benefícios de suas empresas, estágio intermediário entre o presente e o futuro, do qual obtereis, provavelmente, o pequeno capital necessário à associação independente.<sup>172</sup>

Em resumo, Mazzini apregoava que, para rumar ao progresso e à emancipação, os homens deveriam reunir-se em associações. Porém, a falta de liberdade da maioria da população não estava relacionada apenas ao sistema econômico, mas, acima de tudo, ao arcaico aparelho político atrelado à monarquia. Viver em uma sociedade em que a população como um todo não tivesse voz ativa no poder seria uma situação extremamente degradante à condição humana, pois “[...] deixando que sua liberdade seja violada, o homem trai a própria natureza e se rebela contra os decretos de Deus”.<sup>173</sup> Ao mesmo tempo, instaurar um governo no qual a população tivesse direta participação no

---

<sup>171</sup> Ibid. p. 403.

<sup>172</sup> Ibid. p. 407.

<sup>173</sup> Ibid. p. 385.

poder deveria ser um dos deveres em que os homens teriam a obrigação de empenhar-se com todas as suas forças. Todos os membros da sociedade deveriam sentir-se integralmente representados no sistema governamental, de forma que “a Nação inteira deve ser, pois, direta ou indiretamente, legisladora. Cedendo a alguns homens essa missão, substituíis pelo egoísmo de uma classe a Pátria que é a união de todas”.<sup>174</sup> Nesta premissa, é suscitado o viés republicano-democrático do ideário mazziniano ao compreender que a representação do povo na sociedade se daria a partir de sua representação nas instâncias de poder. A ideia de republicanismo-democrático significava para Mazzini a eleição de todos os governantes, não sendo aceitável nem mesmo um sistema monárquico-constitucional. Assim sendo, a democracia se colocaria no sentido de dar voz e fazer os indivíduos participantes, sem exclusões, do regime governativo ao delegarem este direito a outrem por meio do voto.

Por fim, a conclusão dos “Deveres do Homem” expressa de forma clara, direta e sintetizada o ideário mazziniano:

O que atualmente tira vida à Humanidade é a falta de uma fé comum, de um pensamento, adotado por todos, que reúna Terra e Céu, Universo e Deus [...] Cabe-vos uma solene missão: provar que somos todos filhos de Deus e irmãos n’Ele. Só cumprireis melhorando-vos e cumprindo o Dever. E o principal, o mais essencial de todos, é aquele que tendes para com a Pátria. Constituí-la é uma dívida vossa; e é também vossa necessidade. Os encorajamentos, os meios dos quais vos falei, só podem partir da Pátria una e livre. O melhoramento das vossas condições sociais só pode descer da vossa participação na vida política da Nação. Sem voto, jamais tereis representantes verdadeiros das vossas aspirações e das vossas necessidades. Sem Governo popular, que em Roma escreva e desenvolva o Pacto Italiano, fundado sobre os consensos orientados para o progresso de todos os cidadãos do Estado, não há para vós esperança de melhoria. [...] Vossa emancipação só pode fundar-se sobre o triunfo de um princípio: a unidade da Família Humana.<sup>175</sup>

A extrema religiosidade de Mazzini fica clara: a crença em Deus é a base que rege a possibilidade de melhoria da condição humana. E os homens têm uma missão solene para com Deus, que será cumprida seguindo os

---

<sup>174</sup> Ibid. p. 374.

<sup>175</sup> Ibid. p. 413-414.

deveres apresentados ao longo de sua escrita. Além disso, o ser humano tem uma dívida ontológica: necessita e deve formar uma Pátria una e livre. E sua missão fecunda na Terra está atrelada à sua participação direta nesta Pátria, na sua Nação, através do voto que representaria todos os cidadãos na constituição de um governo popular. As questões sociais e políticas, portanto, caminham na mesma direção, não podendo ser dissociadas. Destarte, o melhoramento da moral humana serviria para triunfar sobre o individualismo liberal na plena instauração de um progresso harmônico das condições política, econômica e social. Essa nova moral, baseada na religiosidade e no coletivismo rumaria, enfim, não apenas para a unidade da Península Itálica ou para a difusão da libertação de nações oprimidas, mas para um bem maior: o princípio de emancipação e unidade da “família humana”.

## Capítulo 2 – A Guerra Farroupilha no contexto da formação do Estado brasileiro

*“Camaradas! Gritemos pela primeira vez:  
Viva a República Rio-grandense!  
Viva a independência!  
Viva o exército republicano rio-grandense!”<sup>176</sup>*

Concomitante ao desenrolar do *Risorgimento*, o ideário republicano que inspirou Mazzini se expandiu para o continente americano e se adaptou à realidade local, propiciando a eclosão de movimentos sociais em prol da cisão do vínculo metrópole-colônia. A esse respeito, István Jancsó faz a seguinte ressalva:

A nação no sentido moderno, identificando sua soberania com a do Estado, era um projeto a ser inventado na América, na medida em que não repousava sobre antecedentes históricos que levassem a identificar as divisões administrativas dos impérios ibero-americanos como territórios cujo controle soberano era passível de ser reivindicado e exercido em nome de ancestrais direitos nacionais, a exemplo do que se dava, àquele tempo, na Europa.<sup>177</sup>

O caso brasileiro se destacou neste cenário como exceção à regra de independentização sul-americana, já que se constituiu como única experiência monárquica. Nesse contexto, o Brasil foi assolado por uma política imperial extremamente centralizadora e autoritária, organizada a partir da capital Rio de Janeiro. Dessa forma, houve um sufocamento das autonomias regionais, que não se desfez com a abdicação de Dom Pedro I (7 de abril de 1831) e se perpetuou no período regencial (1831-1840). Ao longo da tensa situação de consolidação da unidade brasileira, surgiu uma série de revoltas provincianas no Brasil, dentre as quais a chamada “Revolução Farroupilha”, na Província de

---

<sup>176</sup> Proclamação da República Rio-Grandense de 11 de setembro de 1836.

<sup>177</sup> JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 21.

São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1845).<sup>178</sup> Para se compreender os fatores que levaram à eclosão e perpetuação por dez anos da revolta rio-grandense, é necessário um recuo ao ano de 1808, quando a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil, demarcando o início de um longo e conturbado processo de formação do Estado brasileiro.

### **1) O contexto brasileiro antecedente e concomitante ao desenrolar da Guerra Farrroupilha**<sup>179</sup>

A vinda da família real portuguesa para o Brasil deu margem ao desenvolvimento de uma conjuntura diferenciada daquela vivenciada pelas colônias hispânicas. De acordo com José Murilo de Carvalho, “a presença da Corte nos últimos anos do período colonial teria tornado possível a solução monárquica no Brasil e, em consequência, a unificação do país e um governo relativamente estável”.<sup>180</sup> O governo de Dom João VI organizou a estrutura administrativa da monarquia portuguesa no Brasil, colaborando com o encaminhamento da emancipação política do país. No âmbito econômico, a presença da família real portuguesa possibilitara a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o que representara, na prática, o fim do antigo modelo de monopólio comercial para com sua metrópole. Em 1810, foi firmado o Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, que fixava em 15% a taxa alfandegária sobre produtos ingleses no Brasil, enquanto Portugal pagava 16% e outros países 24%. Só em 1816 ocorreu equiparação da taxa de Portugal e Inglaterra.

A Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, foi seguida de um tenso período de consolidação da formação de Estado brasileiro. É importante ressaltar a falta de engajamento popular no contexto de independência do país. O chamado “grito de Independência” foi proferido por

---

<sup>178</sup> Acerca da situação governamental pós-independência ler PICCOLO, Helga I.L. *A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional*. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 30-60.

<sup>179</sup> Além das referências bibliográficas apresentadas, o presente capítulo possui passagens de reflexão pessoal da autora, com base em sua experiência profissional como professora dos níveis de ensino Fundamental e Médio.

<sup>180</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 12.

Dom Pedro e, portanto, o desatar dos laços que unem Brasil e Portugal não se deu por um levante da população. Escreve Maria Eurídice Ribeiro:

[...] o desejo de separação do Brasil não veio ligado a um projeto de união. Nesse sentido, não foi o espírito de nação que levou à emancipação. A ideia de pátria, presente em certos casos, também não deve ser levada em conta. Os acontecimentos de 7 de Setembro de 1822 são antes uma resposta à política das Cortes de Lisboa do que à expressão de uma autêntica vontade nacionalista. O Estado guardou por algum tempo seus aspectos lusitanos. A pátria não tardou a ser invocada; a nação adveio bem mais tarde. Em síntese, o Estado forjou a pátria e a nação. A monarquia concedeu-lhes representatividade.<sup>181</sup>

O papel que a monarquia desempenhou inicialmente na constituição do Estado brasileiro se colocou no sentido de garantir a unidade do território, afastando as ideias de separatismo e de republicanismo. Em comparação ao contexto de guerras civis em que se encontravam as colônias americanas que se emanciparam da Espanha, a monarquia brasileira, representada na figura de Dom Pedro I, passava a ideia de manter em si a estabilidade de que o país necessitava naquele momento. Desta forma,

[...] a opção pela monarquia favoreceu a manutenção da integridade territorial, pois o princípio dinástico teria permitido a gestão com menos conflitos de unidades maiores e mais homogêneas, ao dispensar a necessidade da criação de um verdadeiro sentimento de comunidade entre seus habitantes. A questão da manutenção da unidade territorial brasileira é, naturalmente, muito mais complexa e não pode ser explicada apenas a partir de um princípio ou causa. Em todo caso, não parece haver dúvidas de que a escolha da monarquia facilitou esse processo.<sup>182</sup>

Para manter a unidade territorial era necessário gerar uma identidade para a nascente “nação” brasileira, visando distanciar-se da ideia da “Mãe Portugal”, ou seja, de uma nação portuguesa. A ideia de “ser brasileiro” foi forjada em contraposição ao “ser português”. Porém, o significado do “ser brasileiro” e do “ser português” não era tão óbvio quanto parece. Segundo Gladys Sabina Ribeiro:

---

<sup>181</sup> Ibid. p. 31.

<sup>182</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafaña Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 52-53.

Continuavam, assim, existindo os 'bons' portugueses, como D. Pedro, o 'grande Mediador', naquela ocasião [da independência] considerado 'brasileiro', porém, a sua contrapartida era certa: os 'maus' portugueses e os 'maus' brasileiros, sendo que estes últimos eram retratados como homens que se vendiam. [...] 'Maus' portugueses e brasileiros natos eram, assim, 'portugueses'. 'Ser português' não era atributo do nascido em Portugal; era, sim, 'ser absolutista' ou ter posições suspeitas, configurando o 'portuguesismo', entendido como adesão aos princípios das Cortes lisboetas, mesmo que estes fossem também liberais e constitucionalistas. [...] Paralelamente a esta valoração do "brasileiro", tentava-se criar o sentimento de pertencer a alguma comunidade que tivesse identidade de interesses. [...] Desta forma, além de fabricarem novos significados para as palavras "brasileiro" e "português", tomando-as uma visível construção política, buscavam, nas características da terra de nascimento ou adesão, sinais que expressassem o amor ao Brasil.<sup>183</sup>

No âmbito internacional, o reconhecimento da independência aumentou o déficit do caixa brasileiro. Por sua vez, a Inglaterra mediou a aceitação da autonomia política do Brasil por parte de Portugal, que exigira dois milhões de libras esterlinas para tal, dinheiro que fora emprestado pela própria Inglaterra, ampliando a dívida externa. Vários outros países exigiram igualdade à Inglaterra de 15%, sendo um dos motivos pelos quais, no Primeiro Reinado, a taxa de exportação foi bem mais baixa que a taxa de importação no Brasil.

Não bastassem os problemas de cunho financeiro, o novo Imperador logo demonstrou sua tendência ao autoritarismo desenhando uma tensa situação política. Apoiado pelo Partido Brasileiro no momento de sua permanência no Brasil, em detrimento da ordem dada pelas Cortes de Lisboa, agora Dom Pedro I se aproximaria do Partido Português. Inconformado com a proposta de diminuição de seus poderes e a concomitante ampliação do legislativo, Dom Pedro dissolve a Assembleia em 12 de novembro de 1823, apoiado pelas tropas imperiais e pelo Partido Português. Por fim, em 25 de março de 1824, é outorgada a primeira Constituição brasileira, conferindo mais poder ao Imperador através da existência do Poder Moderador. Esse excesso

---

<sup>183</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 60-61 e 62-63. Acerca desta temática, também é importante o estudo de ROWLAND, Robert. A construção da identidade nacional no Brasil independente. In.: JANCSÓ. Op. Cit. p. 365-388.

de autoridade imperial satisfizes os anseios do Partido Português, mas desgostou o Partido Brasileiro. Apesar disso, a existência da Constituição demonstrava que o absolutismo propriamente dito não poderia instaurar-se no novo país, ou seja, demonstrava que era necessário conciliar a continuidade dinástica com uma ideia de soberania popular.<sup>184</sup> Entretanto, o problema da divisão espacial do território brasileiro evidencia o traço centralista da Constituição de 1824:

As Províncias funcionavam unicamente como circunscrições territoriais da unidade geral. A divisão do território circunscrevia-se apenas à dimensão administrativa, não possuindo nenhuma substância política. Ou, dito de outro modo, a atividade política tinha por condição a lealdade à integridade territorial do Estado e implicava a renúncia absoluta à própria representação dos espaços políticos regionais.<sup>185</sup>

Essa situação foi uma das causas para que tivesse início uma guerra decisiva para o delineamento atual da fronteira sul, para a história da região e para a posterior eclosão da Guerra Farroupilha. No ano de 1816, Dom João enviara tropas para invadir a região rio-platense, especialmente Montevidéu, incorporando esse território ao brasileiro, com o nome de Província Cisplatina. Em 1825, liderado por Antônio de Lavalleja, surgiu um movimento nesta Província, com o fim de libertá-la do Império Brasileiro. Iniciava a Guerra da Cisplatina. A postura de Dom Pedro nesta guerra foi claramente antiliberal. De acordo com Maria Eurídice Ribeiro:

A guerra da Cisplatina com a Argentina foi o resultado extremo de uma política desajeitada, marcada pela cegueira da Corte no Rio de Janeiro. Não traduzia os interesses da nação brasileira, mas os do Estado, que permanecia, fundamentalmente, português. Desejando manter a Cisplatina, D. Pedro continuava a política expansionista portuguesa que objetivava colocar a fronteira meridional do Brasil às margens do Prata. Para tanto, o governo devia mostrar-se surdo aos argumentos da nação. Um passado histórico repleto de diferenças separava os uruguaios dos brasileiros. Tratava-se de um contrassenso conceber os primeiros no interior da nação brasileira. Todavia, tal constatação não impediu que se procurasse consolidar a nação mobilizando seus contornos geográficos. A diplomacia recorria ao discurso comum na época – os ‘limites naturais’. A ideia de Império submetia o

---

<sup>184</sup> RIBEIRO, Maria Eurídice. Op. Cit. p. 73.

<sup>185</sup> MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ. Op. Cit. p. 295.

conceito de nação exprimindo-se por meio de uma política expansionista que não hesitou em recorrer às armas. Enfim, a política externa do primeiro reinado ignorava os interesses da nação para ater-se aos objetivos do Estado português do passado, e convocava a pátria para a guerra.<sup>186</sup>

A guerra terminara apenas em 1828, quando da assinatura do Tratado do Rio de Janeiro que, mediado pela Inglaterra, fundara a República Oriental do Uruguai. O desfecho da Guerra da Cisplatina, desfavorável para o Brasil, desgastou ainda mais a imagem de Dom Pedro, haja vista a grande quantia de dinheiro empregado no conflito. Foi uma agravante dos problemas financeiros já enormes do país devido às regalias de baixas taxas alfandegárias delegadas a vários países pelo reconhecimento da independência.

Após a promulgação da Constituição de 1824 e do início da Guerra da Cisplatina, ficaram ainda mais fortes as tensões existentes entre o Partido Português e o Partido Brasileiro. A situação se agravara com a morte de Dom João VI, em 1826, e, em meio a grande turbulência, Dom Pedro abdica ao trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara, com apenas cinco anos de idade, no dia 7 de abril de 1831, rumando para a Europa a fim de reivindicar o trono português. Em si, a abdicação representa a decadência do grupo político que apregoava o absolutismo em face da crescente onda liberal que entrou no cenário nacional durante a década de 1830. Porém, os liberais não eram um grupo homogêneo. Dentre suas várias nuances, duas vertentes eram bastante nítidas: a dos moderados (também chamados de chimangos, em grande parte, eram a favor de uma monarquia constitucional de fato) e a dos exaltados (ou farroupilhas que, em maior número, se compunham de republicanos). Como a massa popular não tinha forte voz ativa na sociedade, de acordo com o líder liberal mineiro Teófilo Benedito Ottoni, o 7 de abril foi para o povo uma verdadeira “jornada dos tolos”, o dia dos enganados ou “la journée des dupes”.<sup>187</sup> A partir de 1834, após a morte de Dom Pedro I, duas alas começaram a se destacar no cenário político nacional: a dos progressistas e a dos regressistas. Os progressistas queriam um governo forte e centralizado no

---

<sup>186</sup> RIBEIRO. Maria Eurídice. Op. Cit. p. 57-58.

<sup>187</sup> Uma biografia de Teófilo Benedito Ottoni encontra-se em: SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Vol. II. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal. Edições Eletrônicas, 1999. p. 428-448.

Rio de Janeiro, mas aceitavam algumas reivindicações dos exaltados, como uma maior autonomia das Províncias, o que foi instaurado pelo Ato Adicional de 1834. Já os regressistas, não aceitavam isso e lutavam pelo fortalecimento do poder legislativo instaurado no Rio de Janeiro. A partir de 1840, esses grupos são substituídos pelos partidos Liberal e Conservador, que dominaram a cena política ao longo do Segundo Reinado.<sup>188</sup>

Quando Dom Pedro I abdicou do poder, a Assembleia Nacional estava de férias. Os poucos políticos que estavam no Rio de Janeiro resolveram eleger uma regência provisória para governar o país até a eleição de uma permanente. Em três meses de governo, começou o avanço liberal (que durou até 1837), já que, como principais medidas, determinou a volta do Ministério dos Brasileiros – demitido por Dom Pedro em 5 de abril de 1831 –, a suspensão parcial do uso de poder moderador pelos regentes, anistia para as pessoas presas por motivos políticos e a convocação dos deputados e senadores para eleger, em Assembleia Geral, a Regência Trina Permanente. Essa última foi eleita em 17 de julho de 1831, sendo composta pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. De modo geral, essa regência representava mais o grupo dos moderados, tendo como oposição os liberais exaltados e os restauradores. Um dos personagens de maior destaque nesta regência foi o Padre Diogo Antonio Feijó, que recebeu o cargo de ministro da Justiça.

Durante a Regência Trina Permanente foi instituído o Ato Adicional de 1834, que dispunha, dentre outros itens, sobre a criação de Assembleias Legislativas nas províncias, com poderes para criar leis sobre as questões locais. Essa maior autonomia das províncias era um avanço liberal, porém não se dera plenamente, já que os Presidentes provinciais continuaram sendo nomeados pelo governo do Rio de Janeiro, demonstrando a manutenção da centralização de poder no sudeste. Apesar disso, é necessário levar em conta que a instauração do Ato Adicional aponta para a importância que as

---

<sup>188</sup> Interessante estudo acerca do panorama político-partidário durante o período imperial é feito por José Murilo de Carvalho, no capítulo “Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia”. In.: CARVALHO. Op. Cit. p. 181-208.

lideranças regionais adquiriram em escala nacional. Faz-se importante a seguinte compreensão:

[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem-informada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação. Para se compreender o processo no qual se constituiu o Estado brasileiro é imprescindível que a análise não fique restrita à elite articulada em torno do governo central e ao discurso por ela formulado. Torna-se necessário compreender a complexidade das relações entre centro e regiões, examinando tanto um pólo quanto o outro [...] Ao contrário do que apontam Carvalho e Mattos, as elites regionais constituíram-se também em elite política, cujo desejo de autonomia não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional. A vitória deste projeto determinou, desde então, a decisiva influência dos grupos regionais no jogo político nacional. Isso foi possível mediante um pacto federalista, concretizado nas reformas liberais da década de 1830 e que não foi essencialmente alterado com a revisão conservadora da década seguinte.<sup>189</sup>

De acordo com o Ato Adicional, foram convocadas novas eleições para a escolha de uma Regência Una. O vencedor foi o Padre Diogo Antonio Feijó, pertencente à ala dos progressistas moderados. Com a saúde abalada, Diogo Feijó não resiste à pressão dos regressistas – devido, em parte, às revoltas que eclodem em seu mandato: Cabanagem, no Pará, e Farroupilha, no Rio Grande do Sul – e renuncia ao cargo dois anos antes de terminar sua governança. Em seu lugar, instalou-se o senador regressista pernambucano Pedro de Araújo Lima, que se manteve no poder após novas eleições que confirmaram o seu nome. A regência de Araújo Lima caracterizou-se pela violenta repressão às revoltas internas e pela redução das autonomias provinciais. Para tal, foi instaurada a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, que previa limitar a autonomia provincial e promover uma nova centralização de poder no Rio de Janeiro.

---

<sup>189</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In.: JANCSÓ, István (org.). Op. Cit. p. 432-433.

A crítica exposta na citação refere-se às seguintes obras:

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Os políticos progressistas, opondo-se ao governo dos regressistas, passaram a defender a ideia de que a melhor maneira de manter a unidade do território brasileiro e acabar com as revoltas era transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara, ainda menor de idade. Assim, surgiu o Clube da Maioridade, grupo político que lutava pela antecipação da maioria de “Pedrinho” junto à Assembleia Nacional. Em 1840, ela aprovou a tese da antecipação da maioria e Pedro de Alcântara, com 15 anos incompletos, foi aclamado imperador em 23 de julho, recebendo o título de Dom Pedro II. No início da década de 1840, além da Lei Interpretativa do Ato Adicional, foram instauradas medidas conhecidas pela centralização política e administrativa, caracterizando o período como o de um “regresso conservador”. Dentre essas medidas estão a reformulação do Código de Processo Criminal de 1832 (1841), a volta à atividade do poder moderador e o restabelecimento do Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional de 1834.<sup>190</sup>

Das revoltas surgidas no Período Regencial, ainda mantinha-se em atividade a Guerra Farroupilha, que preocupava o Império pelo território que abrangia – próximo ao Uruguai e Argentina –, bem como pela instauração de uma República independente do Brasil. A fim de impedir a perda de fato da Província Rio-Grandense, Dom Pedro II nomeou Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, como comandante-chefe do exército, delegando-lhe a missão de dominar os farroupilhas. Tendo êxito, o fim da revolta sulista deu-se com o Tratado de Ponche Verde, em 1º de março de 1845.

## **2) A Guerra Farroupilha**

Os fatores que deram origem à Guerra Farroupilha não podem ser entendidos apenas em caráter de imediatismo do ano de 1835. Deve-se levar em conta a situação política internacional que se delineava com o advento da independência dos Estados Unidos da América (1776), da Revolução Francesa (1789), do Período Napoleônico (1799-1815), do Congresso de Viena (1815), dos processos americanos de independência das colônias espanholas nas

---

<sup>190</sup> CARVALHO. Op. Cit. p. 235.

décadas de 1810-1820 – em especial a Argentina (1816) e o Uruguai (1828) – e dos anos pós-1830, que inauguraram uma série de revoltas europeias. No âmbito econômico, deve-se ter em mente que a Revolução Industrial, além de gerar novas formas de relações de produção e comercialização de bens, delegou a Portugal e, conseqüentemente ao Brasil, um atrelamento de maneira subordinada ao capitalismo inglês.

Em caráter local, deve-se compreender a formação do espaço rio-grandense, que esteve historicamente atrelado ao platino. Retrocedendo no tempo, ressalta-se o caráter tático que a região geográfica rio-grandense possuía em relação aos interesses portugueses no Rio da Prata. Como se sabe, o território, que no século XIX compreendia a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não pertenceria a Portugal de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Sendo assim, o trono espanhol tratou de ocupar a região através da instalação de missões jesuíticas. Elas foram responsáveis pela introdução do gado vacum na região, o que, posteriormente, propiciou a agregação do território sulista como uma economia subsidiária às demais do Brasil. Dado o desaguar de metais preciosos provindos do Peru, Portugal fundara, em 1680, a Colônia de Sacramento às margens do Rio de La Plata.

Não foi fácil manter Sacramento nas mãos lusas e, cada vez mais, os portugueses sentiram a necessidade de tomar posse oficialmente da área compreendida entre Laguna e o Prata. Note-se que a ideia de fronteira nessa região ainda era muito confusa, senão inexistente. Continuando suas ações, Portugal fundou, em 1737, o Forte Jesus-Maria-José, em Rio Grande, sob o comando do brigadeiro Silva Paes, e, em 1738, a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, com sede em Santa Catarina e subordinada ao Rio de Janeiro. Em 1750, tendo em vista os desentendimentos entre os tronos ibéricos acerca da posse do território em questão, foi firmado o Tratado de Madrid, pelo qual Portugal ficava com a região das Missões e a Espanha com a Colônia de Sacramento. O acordo entre as duas monarquias gerou a conhecida Guerra Guaranítica, na qual morreu um sem-número de indígenas, o que não significa – mesmo com a lacuna de estudos que aprofundem o assunto – a ausência desses braços na posterior Guerra Farroupilha. Muitos dos indígenas sobreviventes abandonaram as missões e vieram trabalhar como peões nas

estâncias rio-grandenses e rio-plantinas. O Tratado de Madrid não chegou a ser efetivado, sendo anulado pelo Tratado de El Pardo, em 1761. Achando-se Portugal fragilizada com a morte de Dom José I e a queda do ministro do Pombal, o trono espanhol reverteu a situação em seu favor ao impor aos portugueses, com o Tratado de Santo Idelfonso (1777), a perda de Sacramento e das Missões, em troca da recuperação de Santa Catarina e manutenção da paz. Nestas condições, seguiu-se um período de prosperidade na região rio-grandense, em especial acerca da produção pecuarista e charqueadora. Em 1801, as Missões Orientais foram reincorporadas ao domínio português por Manuel Santos Pedroso e José Borges do Canto. Dessa maneira, a fronteira oeste do Rio Grande estava delimitando-se e surgiam novas áreas para sesmarias. Quando Dom João VI enviou tropas ao território platino, em 1816, e o incorporou ao brasileiro como Província Cisplatina, já era perceptível a diferença entre as populações habitantes das duas Províncias, haja vista a vinda de imigrantes açorianos para o território rio-grandense e a política de concessão de sesmarias praticada pelo trono português.<sup>191</sup>

O conflito, que se delineara a partir da busca pelo desligamento da Banda Oriental<sup>192</sup>, mobilizou grande parte dos residentes no Rio Grande em uma intensa campanha militar. As relações político-econômicas e pessoais entre rio-grandenses e platinos, entretanto, continuaram fortes, sendo de suma importância no desenrolar do decênio farroupilha, já que:

Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentesco e *compadrios* estabelecidos, superam muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada [...] Mesmo tendo havido a Guerra da Cisplatina [...] estas alianças se recompuseram e a partir dos anos 30, e dificilmente acontecimentos no Estado Oriental ou no Rio Grande deixavam

---

<sup>191</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 7-24.

<sup>192</sup> Considerações sobre a formação dos Estados platinos são feitas por: CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los Estados Hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Rio de La Plata. In.: ANOS 90. Revista do Curso de Pós-Graduação em História. *Tendências recentes da historiografia*: anais do seminário. Porto Alegre: UFRGS, maio de 1993. n.º.1.

de fora caudilhos do outro lado da fronteira, o que seria uma característica durante todo o século XIX.<sup>193</sup>

No centro de negociações entre rio-grandenses e platinos encontravam-se homens emigrados da Península Itálica e residentes entre a Província de São Pedro e o Estado uruguaio. Esses homens atuavam nos dois lados da fronteira, visto que eram considerados como neutros em razões de comércio e, portanto:

Comerciantes de gado como Luigi Nascimbene, Napoleone Castellini e Natalio Rusca favoreceram contatos entre os Farrapos e várias facções de caudilhos uruguaio em guerra [...] Quando empregados pelos Farrapos em operações perto da fronteira, eles e outros atuavam como batedores. Nas zonas de criação de gado sob controle dos Farrapos, deslocavam-se ao longo dos corredores, atuando como coletores de taxas. Como agentes dos Farrapos no usualmente amistoso porto de Montevideú, colaboravam para a exposição e venda dos rebanhos dos estancieiros ainda fiéis ao Rio de Janeiro mas, ao mesmo tempo, faziam todo o possível para fortalecer o apoio popular e governamental à nova República do Rio Grande do Sul.<sup>194</sup>

A perda da Guerra da Cisplatina pelos brasileiros significou a perda do gado uruguaio, não mais dirigido às charqueadas rio-grandenses, mas aos “saladeros” platinos que passavam por uma rearticulação.<sup>195</sup> Durante o decênio farroupilha, os revoltosos não conseguiram manter em suas mãos Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e, assim sendo, a falta de um porto aquífero propiciou que Santana do Livramento se tornasse um “porto seco”, pelo livre comércio que se dava na fronteira. O próprio contrabando corria solto, tendo em vista que:

[...] os dois comandantes da milícia fronteira, Bento Gonçalves e Bento Manuel, futuros chefes da rebelião, possuíam estâncias nos dois lados da fronteira, facilitando as coisas para si próprios e para os demais estancieiros.<sup>196</sup>

---

<sup>193</sup> Grifado no original. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 140.

<sup>194</sup> LEITMAN. Op. Cit. p. 104.

<sup>195</sup> PESAVENTO. Op. Cit. p. 7-24 e 35-40.

<sup>196</sup> FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL. Op. Cit. p. 116.

No contexto interno brasileiro, a Guerra Farroupilha figura como parte da continuação do processo de independência, que não terminara em 1822. Neste sentido, a compreensão daquilo que se delineia a partir da vinda da família real para o Brasil, em 1808, e que culmina com a situação posterior à instauração do Ato Adicional de 1834, é necessária para se ter a dimensão real que os atores sociais daquele momento possuíram sobre a situação sulista. Primeiramente, a instalação da família real em solo brasileiro, fazendo da colônia a sede oficial portuguesa, sedimenta o modelo monárquico que se perpetuaria como forma de governo no país. Desde esse momento, a estrutura administrativa que foi instaurada por Dom João VI, centralizando o poder governamental no Rio de Janeiro, é seguida no pós-Independência, deixando desgostosas as mais variadas camadas sociais brasileiras, o que propiciou a formação e eclosão de movimentos revoltosos em todo o Brasil. Dentre as demais ações praticadas por Dom João, a fundação da Imprensa Régia, com a publicação do jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1808), foi de grande importância para que a troca de ideias e informações se desse mais rapidamente no território brasileiro. Apesar de iniciar como órgão governamental, a atitude de Dom João inaugurou uma nova era de comunicação que, posteriormente, foi de suma importância no período farroupilha, sendo amplamente utilizada como forma de expressão política, tanto por imperialistas quanto por revoltosos. No âmbito econômico, a redução da taxa de importação de produtos ingleses para 15%, com o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 e a consequente ampliação desta taxa para outros países como forma de reconhecimento da independência brasileira, significou uma prática que prejudicava as Províncias brasileiras. Uma das bandeiras reivindicadas pelos farroupilhas frente ao Império era exatamente acerca da entrada do charque platino em solo nacional, com custos mais baixos do que o produzido localmente.

Acerca do contexto da independência, faz-se importante analisar a célebre frase que Dom João proferiu ao seu filho, no momento em que se dirigira a Portugal: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros”. Fica nítido o

pensamento português que permeou o período que culmina na autonomia política do país, ou seja, o de que o desligamento político da colônia com sua metrópole seria inevitável, mas que deveria se dar de forma a manter o vínculo com a família real portuguesa. Dom João teve noção da situação que se expandia pelo continente americano e com clareza de objetivos salientou ao seu filho Pedro que a independência era inevitável, mas a forma que ela seria proferida e que os homens nela envolvidos ainda poderiam ser manipuláveis para favorecer a monarquia portuguesa. A maneira como foi conduzida a independência teve grande êxito, a ponto de muitos dos farroupilhas não poderem ser chamados de “republicanos”. Desde o início da regência do príncipe Dom Pedro I, forma-se um grupo de brasileiros como seus aliados. A criação e o apoio que Pedro recebera do chamado Partido Brasileiro denotam que se encontrou outro inimigo comum que não a monarquia para os brasileiros. A oposição às cortes neste primeiro momento foi fundamental para unir o príncipe português às camadas altas da sociedade brasileira.

A Proclamação da Independência, porém, não foi marcada pela participação popular. Não estavam presentes sentimentos nacionalistas ou patrióticos, e sim os interesses de uma parcela da sociedade nascida ou residente do país, em contraposição aos desmandos das cortes de Lisboa. Neste momento, o Estado brasileiro se forma e a monarquia dará o tom à manutenção da unidade territorial do país. A postura autoritária demonstrada por Dom Pedro I e as conseqüentes tensões que surgem entre os partidos Brasileiro e Português, no que tange à formulação do projeto e promulgação da primeira Constituição brasileira, denotam as contradições entre a prática absolutista e o pensamento liberal que se difundia pelo Brasil. Já que a questão crucial seria a manutenção do território, a Constituição de 1824 delega às Províncias um papel extremamente marginal em relação ao centro governamental. Neste contexto, a derrota brasileira na Guerra da Cisplatina colaborou para tencionar as relações entre o poder imperial e os rio-grandenses, visto que os estancieiros sulistas não receberam o devido ressarcimento sobre os prejuízos de guerra, além de reivindicarem o comando das forças militares que foram delegadas ao Marquês de Barbacena.

A Província do Rio Grande de São Pedro passa a ser vista pelos estancieiros sulistas como a “estalagem do Império”<sup>197</sup>, ou em outras palavras, apenas uma região tática para a manutenção da hegemonia brasileira sobre a região platina. Essa situação, ao invés de possibilitar um realce da Província Rio-Grandense no cenário nacional, delegava mais perdas do que ganhos a seus habitantes, já que deveriam deslocar boa parte de sua população para as batalhas, não eram devidamente ressarcidos pelas perdas materiais geradas por elas e não conseguiam o reconhecimento merecido às autoridades provinciais. Além disso, a criação da República Oriental do Uruguai permitiu à população da Província de São Pedro visualizar a viabilidade de organização de um novo país, cuja situação político-econômica era muito semelhante à rio-grandense.<sup>198</sup>

O agravamento da situação interna brasileira encaminhava-se para a abdicação de Dom Pedro I e abria espaço para uma onda liberal que passou a tomar conta do período regencial. A Guerra Farrroupilha eclodiu na Regência Una do padre Diogo Antônio Feijó (ligado aos progressistas moderados), no contexto pós-promulgação do Ato Adicional de 1834. Na prática, ele acabou não proporcionando grande autonomia para as Províncias, pois, apesar de ser permitido a elas legislarem sobre seus assuntos internos, não possuíam o direito de decidir acerca do destino dado aos impostos pagos, sendo os recursos enviados para o centro governamental. Dentre os fatores de cunho econômico que deram origem à revolta, estão os altos impostos delegados pelo governo central ao couro e charque sulistas (principais produtos da região). Esse fato impedia uma concorrência justa entre os produtos rio-grandenses e os platinos, já que os últimos possuíam entrada facilitada no Brasil através de taxas de importação mais baixas do que os impostos cobrados dos rio-grandenses – os platinos pagavam em torno de 4% acima do valor do produto, enquanto os rio-grandenses pagavam em torno de 25%. O sal também era

---

<sup>197</sup> Expressão popularizada pelo “Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes”, de 29 de agosto de 1838, assinada por Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida. CDBGS. Documento n°. 420. p. 282.

<sup>198</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 14-15.

importado no Brasil com altas taxas de impostos, o que encarecia a produção do charque sulista.<sup>199</sup> Porém, vale ressaltar:

No que concerne à indústria e ao comércio do charque, o produto do Uruguai era superior ao do Rio Grande do Sul. Mas o que escapava aos gaúchos da época eram as causas dessa superioridade. A empresa uruguaia baseava-se no trabalho assalariado, enquanto na Província continuava-se a utilizar o trabalho escravo.<sup>200</sup>

Em suma, é perceptível que as expectativas acerca de uma maior autonomia da Província do Rio Grande não se concretizaram após o 7 de abril, sendo mantida uma política extremamente centralizadora pelo governo regencial. Os Presidentes provinciais continuaram sendo delegados pelo Rio de Janeiro, apesar de criticados por estarem alheios aos problemas e interesses locais. Por fim, a deflagração da Guerra Farroupilha se deu com o crescente descontentamento dos liberais rio-grandenses acerca do governo de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que, apesar de se aproximar dos liberais (chamados “exaltados”), sucumbiu às pressões dos conservadores (“retrógrados”), mantendo a política endossada pelo governo regencial. Neste momento, de acordo com Helga Piccolo:

A denúncia da existência de um plano separatista serviu de pretexto para o rompimento entre a maioria liberal da Assembleia Legislativa e o Presidente da Província Antonio Rodrigues Fernandes Braga, criticado por ‘fazer o jogo dos retrógrados’, isto é, identificado com os que pretendiam sustar o processo aberto com a abdicação [...]<sup>201</sup>

## 2.1) O desenrolar da trajetória farroupilha

Em viagem ao Rio Grande do Sul, em princípios dos anos de 1830, Arsène Isabelle percebeu a tensão existente em território brasileiro:

<sup>199</sup> Estas assertivas são expressas por:

FREITAS. Op. Cit. p. 116;

LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992. p. 16.

<sup>200</sup> RIBEIRO, Maria Eurídice. Op. Cit. p. 62.

<sup>201</sup> PICCOLO. Op. Cit. p. 51.

[...] a maioria dos brasileiros parece ser pela república. Infelizmente estes mesmos estão em dissidência entre si, uns querendo adotar a forma *unitária*, outros a forma *federativa*; [...] A Província do Rio Grande, podendo viver sem as demais e sendo para ela muito útil, queria a federação, isto é, o isolamento quase completo; as outras protestam, o que faz com que ninguém se entenda. Essa dificuldade de se conciliar, a respeito da forma, retardará talvez o termo *movimento*, induzindo, provavelmente à anarquia os republicanos brasileiros.<sup>202</sup>

A partir deste depoimento, pode-se inferir que, no início dos anos de 1830, a situação que se delineava no Brasil era de agitação e polarização de ideias acerca da forma política que o Estado deveria adotar. Isabelle consegue perceber esta tensão, que para ele é tamanha a ponto de gerar mais anarquia do que resoluções. No caso do Rio Grande, o viajante salienta que a Província “poderia viver sem as demais”. Pode-se refletir se esta percepção de Isabelle seria devido à disseminação deste pensamento na Província sulista. Logo, é provável que tenha sido um fator de encorajamento de parte dos rio-grandenses para iniciar o movimento farroupilha, que eclodiu em 20 de setembro de 1835.

As ligações maçônicas, entre os futuros membros do movimento farroupilha, tiveram importância fundamental para o levante. Em 25 de dezembro de 1831 foi inaugurada a primeira loja maçônica oficial em Porto Alegre, nomeada *Philantropia e Liberdade*. Muitos dos líderes farroupilhas foram adeptos da maçonaria, dentre eles, Bento Gonçalves da Silva. Com o codinome de “Sucre”, Bento organizou outras lojas maçônicas no território rio-grandense, o que lhe havia sido permitido desde o ano de 1833. Haja vista o histórico europeu da maçonaria como disseminadora de ideias libertárias, é provável que ela tenha sido importante para abrir campo a essas ideias no meio rio-grandense, bem como preparar a entrada do ideário da *Giovine Italia*. Existem provas da influência maçônica dentre as lideranças farroupilhas, como, por exemplo, o símbolo utilizado no brasão de armas farroupilha, a marreta entre duas colunas em cima de montanhas.<sup>203</sup> A ligação entre líderes farroupilhas e maçons provindos de outras regiões, como a platina, é

---

<sup>202</sup> Grifado no original. ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 62-63.

<sup>203</sup> Um estudo acerca das relações maçônicas no contexto farroupilha é feito por FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

perceptível pela forma de tratamento entre seus membros que se chamavam de “compadres”, tendo em vista a ligação em uma “família espiritual” que se dava a partir da adesão do indivíduo a ela.<sup>204</sup> Além da maçonaria, outras sociedades se reuniam em solo rio-grandense sob a forma de agremiações ou gabinetes de leitura, dentre as quais vale ressaltar a importância do Gabinete de Leitura da Sociedade Continentino, que publicava o jornal O Continentino, que foi ferrenho em suas críticas ao Império. Estas agremiações, além de disseminarem o ideário republicano, serviram para suprir a falta de formação universitária entre os habitantes da Província de São Pedro.

Da eclosão até o fim do conflito farroupilha, o contexto político rio-grandense sofreu grandes transformações. Para se compreender os rumos tomados pelo movimento farrapo e as dissidências que ocorreram entre suas lideranças, é necessário analisar as modificações que se deram no transcorrer do decênio de 1835-45. Sendo assim, três momentos, cronologicamente demarcados, devem ser colocados:

1º - setembro de 1835 a setembro de 1836, isto é, da deposição de Fernandes Braga à proclamação da República Rio-Grandense;

2º - setembro de 1836 a maio de 1840, isto é, da proclamação da República Rio-Grandense à campanha da maioria de Dom Pedro II;

3º - maio de 1840 a fevereiro de 1845, isto é, da maioria à pacificação do Rio Grande do Sul.<sup>205</sup>

O primeiro momento se caracteriza pela formação do conflito, encabeçado por homens de destaque no cenário rio-grandense, como grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes e de representantes da cúpula militar. Primeiramente, buscou-se uma negociação com o governo brasileiro. Com a perpetuação da política centralista da regência imperial, a revolta culminou com a proclamação da República Rio-Grandense. De início, muitos dos líderes farroupilhas não eram nem republicanos nem separatistas, mas a

---

<sup>204</sup> MENEGAT, Carla. *O tramado, as penas e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 112-113.

<sup>205</sup> PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: *Revista de História*. Vol. 01. Porto Alegre, 1986/1987. p. 43.

impossibilidade de negociação com a governança regencial acabou por conduzir ao desfecho de uma República.

No momento de formação da revolta rio-grandense, o italiano Livio Zambecari<sup>206</sup> se fez presente e sua proximidade com Bento Gonçalves era tamanha que o chamavam de seu “secretário particular” ou um “secretário sem pasta”. Nascido em 1802, na cidade de Bolonha, Livio era filho do conde Francesco Zambecari e tinha um gosto apurado pelos estudos, obtendo conhecimentos em geografia, botânica e mineralogia, dentre outros. Como Mazzini, participou da *Carbonaria*. No início da década de 1820, devido às ações dos *carbonari*, foi sentenciado com pena de morte e precisou fugir da Itália, refugiando-se na Espanha. Exilou-se, ainda, na Inglaterra e na França. Em 1826, veio para a América e desembarcou em Montevidéu, em plena Guerra da Cisplatina, onde se colocou ao lado de Lavalleja, em oposição ao Império do Brasil. Em 1829, rumou para Buenos Aires, onde se aliou aos unitaristas, em oposição a Rosas. Com a derrota do grupo portenho, ao qual estava aliado, se deslocou para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, local onde residiam homens aos quais havia criado vínculos de amizade durante a Guerra da Cisplatina. Chegou à Província sulista em 1831 e dedicou-se a prestar serviços científicos, desenhando o mapa mais antigo de Porto Alegre (provavelmente feito em 1833).<sup>207</sup> Trabalhou com a medição de lotes urbanos e ruas da colônia de São Leopoldo e relacionou mais de mil e quinhentas espécies botânicas do Rio Grande. Também teve contato com as letras, participando das reuniões do Gabinete de Literatura da Sociedade Continentino e escrevendo em vários jornais de cunho liberal na Província. De acordo com Alfredo Varela, Zambecari teria sido o redator dos jornais O Continentino e O Republicano, além de colaborar com o Recopilador Liberal. Porém, não é possível identificar seus escritos; razão pela qual não lhe é delegado maior espaço no presente trabalho. No período inicial da Guerra Farroupilha, Zambecari teve participação atuante até ser preso, juntamente com Bento Gonçalves, na Batalha da Ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836.

---

<sup>206</sup> As seguintes informações sobre Zambecari foram extraídas de: VARELA. *História da Grande Revolução*. Vol. II. Op. Cit. p. 55-71.

<sup>207</sup> Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo particular, maço 08, lata 42 v. Em anexo.

Enviado para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, nunca mais voltou ao Rio Grande. O grau de importância de Zambecari na formulação do ideário que permeou o movimento farroupilha gerou um embate historiográfico no século XX, sendo que um dos principais alvos das discussões girou em torno de sua possível concepção da bandeira da República Rio-Grandense.<sup>208</sup>

Na noite do dia 18 de setembro de 1835, ocorreu uma reunião na Loja Maçônica Philantropia e Liberdade. Estavam presentes Bento Gonçalves, José Vasconcelos de Gomes Jardim<sup>209</sup>, José Mariano de Mattos<sup>210</sup>, Antônio Vicente da Fontoura<sup>211</sup>, Pedro Boticário<sup>212</sup>, Antônio Paulino da Fontoura<sup>213</sup>, Antônio de Sousa Neto<sup>214</sup> e Domingos José de Almeida<sup>215</sup>. Dois dias após a histórica reunião, Porto Alegre foi tomada pelos revoltosos, o que obrigara Fernandes Braga a fugir para a cidade de Rio Grande. Em seu lugar, Bento Gonçalves empossara o vice Marciano Ribeiro. Já a governança imperial nomeou José de Araújo Ribeiro como Presidente da Província Rio-Grandense, nome que não agradou aos farroupilhas, que prorrogaram o mandato de Marciano até 9 de dezembro. Como a capital Porto Alegre estava nas mãos dos revoltosos, Araújo Ribeiro rumou para Rio Grande, onde tomou posse efetiva de seu cargo. Bento tentara dar um tom conciliatório à situação, convidando Araújo Ribeiro para tomar posse em Porto Alegre, mas ele recusou a oferta. As tensões se agudizaram e os imperiais conseguiram retomar a capital, em 15 de julho de 1836.<sup>216</sup> Apesar do cerco que mantiveram à cidade, até o ano de 1840, nunca mais Porto Alegre caiu nas mãos dos farroupilhas, o que lhe rendeu o título de “mui leal e valorosa” por parte do Império.

O mês de setembro de 1836 se tornaria um marco para o movimento sulista. No dia 9 de setembro, os homens do General farroupilha Antônio de Sousa Neto conseguiram uma importante vitória sobre as tropas do Coronel

---

<sup>208</sup> Conforme exposto na introdução do presente trabalho.

<sup>209</sup> Primo de Bento Gonçalves que, posteriormente, seria Presidente por duas vezes da República Rio-Grandense: quando da prisão de Bento pelos imperiais (1836-1837) e após a renúncia de Bento à presidência (1843-1845).

<sup>210</sup> De cunho separatista.

<sup>211</sup> Contrário à ideia de separação.

<sup>212</sup> Republicano fervoroso.

<sup>213</sup> Irmão de Vicente e, provavelmente, com pensamento semelhante.

<sup>214</sup> Imperial que simpatizava com as ideias republicanas.

<sup>215</sup> Separatista e admirador da República.

<sup>216</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 75-82.

João da Silva Tavares em uma localidade próxima a Bagé, o Arroio do Seival.<sup>217</sup> Quase um ano transcorreu desde a tomada de Porto Alegre e, em 11 de setembro de 1836, após a empolgante vitória que ficou conhecida como o Combate do Seival, Antônio de Souza Neto proclamou a República Rio-Grandense, exclamando:

Bravos companheiros da 1ª Brigada de Cavalaria! São sem número as injustiças feitas pelo Governo. Seu despotismo é o mais atroz. [...] Em todos os ângulos da Província não soa outro eco que o de independência, república, liberdade ou morte. Este eco, majestoso, que tão constantemente repetis, como uma parte deste solo de homens livres, me faz declarar que proclamemos a nossa independência provincial, para o que nos dão bastante direito nossos trabalhos pela liberdade, e o triunfo que ontem obtivemos, sobre esses miseráveis escravos do poder absoluto. Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta Província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.<sup>218</sup>

Como se pode perceber, o governo imperial é atacado como “déspota”, já que não dera interesse à causa rio-grandense ao inviabilizar uma negociação com os homens oriundos das camadas altas da Província. Assim, o discurso acima se dá na anteposição de “homens livres”, que não aceitam ser “humilhados”, *versus* a governança imperial. Dá voz a um clamor em nome do total da população rio-grandense, o que se deve levar em consideração, tendo em vista o tenso contexto em que se encontrava a Província de São Pedro.

A partir desse momento, o movimento rio-grandense passava a ter um caráter separatista e a situação política rio-grandense começava a mudar de uma Província brasileira para um novo Estado, a República Rio-Grandense. A discussão agora seria acerca de um Presidente para a nova República, ao invés da substituição do governante provincial. Passava-se de uma revolta provinciana para a Guerra Farroupilha propriamente dita. A luta agora seria pela defesa da independência do novo Estado e de um exército defensor

---

<sup>217</sup> Ibid. p. 145.

<sup>218</sup> Constante integralmente em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Rep%C3%BAblica\\_Rio-Grandense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_Rio-Grandense)

(republicano) em oposição a outro agressor (imperial). Às cores da bandeira brasileira seria colocada uma faixa vermelha em diagonal, compondo o novo símbolo, de um novo país.

Nos nove anos seguintes, esses tempos iniciais de empolgação sofreriam modificações. Até o ano de 1840, pode-se perceber um período de ascensão farroupilha, dadas as vitórias no campo militar. Após esse período, é perceptível uma situação de decadência, culminando com as tensões entre as lideranças do movimento, que ficam mais claras a partir das reuniões da Assembleia Constituinte, em 1842. Nesta segunda fase da Guerra Farroupilha, da Proclamação até 1840, os insurgentes visam a organização do novo Estado, bem como a manutenção e sua sedimentação. Conhecem muitas vitórias militares contra os imperiais, embora ocorram momentos como a derrota na Batalha da Ilha do Fanfa, exatamente no momento em que Bento encontrava-se fazendo o cerco à Capital e recebera a notícia de que seu nome havia sido indicado como candidato único à presidência da nova República. Como Bento fora aprisionado no navio Presiganga e enviado posteriormente à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, José Gomes de Vasconcelos Jardim assumiu a presidência até seu retorno. Em fins de 1836, com Bento preso e com propostas de anistia feitas pelo governo imperial, o movimento perdia estímulo. O ano de 1837 mudaria esse quadro.

A dura repressão feita pelo então Presidente da Província, Brigadeiro Antero de Brito, aos adeptos da causa farroupilha desencadeou efeito contrário ao esperado e, no ano de 1837, os farrapos tiveram vários sucessos no âmbito militar. Parte desse cenário de vitórias se deu pelo retorno de Bento Manuel Ribeiro ao lado insurgente. Ele esteve aliado aos farroupilhas no início da revolta, mas voltou-se aos imperiais, apoiando Araújo Ribeiro em sua tumultuada instauração como Presidente da Província. Novamente, Bento Manuel retornava à causa farroupilha, haja vista sua ligação com Rivera, cuja prisão havia sido decretada pelo governo imperial brasileiro por colaborar com os revoltosos rio-grandenses.<sup>219</sup> Em janeiro, os farrapos ganharam o apoio de habitantes de Lages, em Santa Catarina, que se tornaria um ponto importante

---

<sup>219</sup> SCHEIDT. Op. Cit. p. 134.

de negociações, em que os farroupilhas compravam armas e munições. No mês de abril, Neto tomou o arsenal imperial de Caçapava e conseguiu muitas adesões de soldados locais. No mesmo mês, no dia 30, Rio Pardo, a mais populosa cidade da Província, foi tomada pelos farrapos. Em julho, chegava a Jaguarão o italiano Luigi Rossetti, que posteriormente se destacaria na imprensa farroupilha. Em outubro, recebeu-se, no Rio Grande, a notícia da fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar, em Salvador, local para o qual ele fora transferido após sua prisão no Rio de Janeiro. Bento veio a assumir o cargo do qual estivera alijado, o de Presidente da República Rio-Grandense, em 16 de dezembro.<sup>220</sup> Enfim, o ano de 1837 serviu para soerguer a autoestima dos farroupilhas e, em seu final, parecia que a República estaria passando por um período de consolidação. Para animar ainda mais os ânimos, em 6 de novembro eclodira a chamada Sabinada, na Bahia, outra revolta provinciana contra a governança imperial, mas de curta duração, findando em março do ano seguinte.

No ano de 1838, os farroupilhas conseguiram uma de suas maiores vitórias, em abril, na cidade de Rio Pardo, que formava com Rio Grande e Porto Alegre a “fronteira” de domínio imperial no território rio-grandense.<sup>221</sup> Os demais sucessos militares dos farrapos não tiveram grande importância estratégica e o sonho da retomada de Porto Alegre se mostrara cada vez menos possível. Na ocasião da tomada de Rio Pardo, encontrava-se uma Banda Imperial, sob as instruções do maestro mineiro Joaquim José Mendanha, que viria a compor a música do Hino Nacional da República Rio-Grandense, com letra posterior do republicano Serafim Joaquim de Alencastre. Em 1º de setembro, após várias prorrogações, iniciava a impressão do Jornal O Povo, tendo Luigi Rossetti como seu primeiro redator. No final de 1838, iniciara uma rebelião de cunho popular no Maranhão, conhecida como Balaiada. Para conter a revolta, o governo regencial nomeou Luís Alves de Lima e Silva como Comandante da Armas da Província. O fim da Balaiada ocorreu em 1841, quando Lima e Silva venceu os insurgentes na Vila de Caxias, recebendo seu primeiro título de nobreza, Barão de Caxias. Iniciava,

---

<sup>220</sup> FAGUNDES, Antonio Augusto. *Revolução Farroupilha: cronologia do Decênio Heróico*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. p. 51-60.

<sup>221</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 245-247.

assim, a trajetória de Lima e Silva como “O Pacificador”, que seria vivenciada pelos farroupilhas.

Com Piratini sob ameaça, a capital da República foi transferida para Caçapava, no mês de janeiro de 1839. Porém, é nesse ano que chega ao Rio Grande outro italiano de destaque na trajetória farroupilha: Giuseppe Garibaldi. Ele nasceu em Nice, em 22 de julho de 1807. Filho de Domingos Garibaldi, marinheiro genovês, desde cedo teve apreço pela vida de homem do mar.<sup>222</sup> No ano de 1834, participou dos fracassados levantes de Mazzini em Gênova e, sabendo que sua sentença de morte havia sido decretada, adotou o nome de “Pane” para ficar no Velho Mundo. Percebendo, no entanto, o perigo que estava correndo, acabou partindo para a América.<sup>223</sup> Em suas “Memórias”, transcritas por Alexandre Dumas, Garibaldi fala de seu apreço pelos soldados farroupilhas, salientando sua bravura. Pela forma como descreve Bento Gonçalves, percebe-se a admiração e proximidade que tivera com o General.<sup>224</sup> Também, relata que, em solo rio-grandense, iniciou seu aprendizado na cavalaria, a qual usaria posteriormente nas lutas pela unificação da Península Itálica:

A ginástica aprendi-a trepando pelos cabos dos navios e deixando-me escorregar pelas enxárcias; a esgrima defendendo a minha cabeça e tentando o melhor que podia quebrar a dos outros, e a equitação tomando exemplos dos primeiros cavaleiros do mundo, isto é, dos gaúchos.<sup>225</sup>

Em 1º de setembro de 1839, recebeu o título de Comandante da Marinha Farroupilha, sendo-lhe delegada a missão de construir a frota naval da República. Quando chegou à Fazenda do Brejo, às margens do Camaquã (propriedade de Antônia Gonçalves, irmã de Bento), Garibaldi deparou-se com dois lanchões que estavam sendo construídos sob a orientação do estado-unidense John Griggs. Com as cidades de Rio Grande e São José do Norte tomadas pelos imperiais e com a utilização portuária de Montevideu dificultada pela pressão que o Império fazia ao governo uruguaio, faltava um porto aos farroupilhas para escoar e receber mercadorias. Desta forma, iniciam-se os

---

<sup>222</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 23-30.

<sup>223</sup> Ibid. p. 43-46.

<sup>224</sup> Ibid. p. 70.

<sup>225</sup> Ibid. p. 24.

planos para tomar a cidade catarinense de Laguna, onde os insurgentes rio-grandenses possuíam contatos. Os planos seriam de atacar a cidade por via terrestre e marítima, mas os farrapos não dominavam portos na Província de São Pedro. Iniciava-se uma manobra genial e talvez uma das mais famosas da Guerra Farroupilha. Para conseguirem alcançar o mar, os lanchões Seival e Rio Pardo foram colocados sobre rodas e puxados por juntas de bois, do Rio Capivari (onde terminaria sua trajetória por águas internas rio-grandenses), até a barra do Tramandaí, onde ganharam o Atlântico. O Seival era comandado por John Griggs, enquanto o Rio Pardo estava sob as ordens de Garibaldi. No entanto, uma tempestade acarretou o naufrágio do Rio Pardo e poucos homens se salvaram, dentre os quais, o próprio Garibaldi. Os sobreviventes uniram forças com os homens do Seival e com os que vinham por terra, nas tropas do General David Canabarro.<sup>226</sup>

Os farroupilhas conquistam Laguna e proclamam a República Juliana, em 29 de julho. Sobre o tempo que permanecera em Laguna, Garibaldi relata que foram muito bem recebidos pelo povo de Santa Catarina. Ressalta o papel de Rossetti como Secretário Interino do governo da nova República. Ele afirma: “Infelizmente as nossas maneiras orgulhosas para com os habitantes e a insuficiência dos meios que tínhamos à nossa disposição fizeram perder o fruto desta”.<sup>227</sup> Os imperiais continuavam a avançar em grande número por terra e os catarinenses mostravam-se desgostosos com os rio-grandenses. Por fim, Canabarro mandou Garibaldi castigar o lugar, o que este cumpriu com muito desgosto. Segundo afirma em suas “Memórias”, saquearam Imaruí e lembra seu dilema para conseguir que seus soldados, indisciplinados e com quem tinha pouca intimidade, não atentassem contra vidas humanas. O povoado foi destruído e os soldados se embriagaram. A Lagoa foi cercada por navios imperiais e começou uma sangrenta batalha, onde morreram muitos homens. Garibaldi ressalta a bravura de Anita durante o combate. Por fim, retiraram-se para a terra a mando de Canabarro e rumaram ao Rio Grande, colocando fogo em seus navios cheios de corpos.<sup>228</sup> Mesmo tendo apreendido várias embarcações e armamentos, os farroupilhas não conseguiram gerar grande

---

<sup>226</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 248-250.

<sup>227</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 92

<sup>228</sup> Ibid. p. 100-102.

comoção popular para sua causa e Laguna foi retomada pelos imperiais, em 15 de novembro, sendo destruída completamente a esquadra farroupilha. Os chefes da marinha farrapa foram mortos, com exceção de Garibaldi, que levava consigo Anita. As tropas farroupilhas se dividiram, umas rumando para as bandas de Torres com Canabarro, outras para Lages.

Neste segundo momento da luta farroupilha, é importante ressaltar que a perspectiva da República, provavelmente, possibilitou uma aproximação de Garibaldi e Rossetti com o grupo de líderes farrapos que mais se envolveram com a ideia de formar um Estado no sul do Brasil. Contudo, no ano de 1839, Rossetti se afastou de sua função como editor do jornal O Povo, já delineando seu descontentamento com os rumos tomados pelo movimento rio-grandense. A partir de 1840, começou um período de claro declínio das forças farroupilhas. Neste ano, Caçapava foi atacada de surpresa pelos imperiais e a capital da República se tornou itinerante, sendo os documentos oficiais colocados em carretas. Em junho, os insurgentes perderam São Gabriel e, no mês de julho, São José do Norte. Ainda em junho, faleceu o Coronel farroupilha Afonso José de Almeida Corte Real, ao resistir a uma ordem imperial de prisão. No mês de agosto, chegou ao Rio Grande a notícia da ascensão ao trono de Dom Pedro II, sendo decretada a anistia aos farroupilhas que desistissem da batalha. Em novembro, na também malograda Batalha do Passo do Vigário, em Viamão, morreu Luigi Rossetti e Bento Gonçalves passou a presidência da República para seu vice, José Mariano de Mattos. Dadas as circunstâncias, Bento Gonçalves expressou o desejo de pacificação do conflito, em carta enviada a Mattos:

Acha-se nesta vila o Exmo. Deputado Álvares Machado enviado pelo Governo Imperial para tratar conosco da conciliação e da paz; e como me não considero autorizado para levar a efeito semelhante negociação, julgando, entretanto, conveniente aproveitar-nos deste favorável ensejo para concluir-se a luta desastrosa que aflige o nosso país, dirijo esta V. Exa. rogando-lhe haja de nomear um ou mais comissários plenamente autorizados para o efeito a fim de conseguir-se um arranjo definitivo que deve trazer paz e felicidade a nossa Pátria.<sup>229</sup>

---

<sup>229</sup> CDBGS. CV-233. Carta datada de 31 de outubro de 1840. p. 157

Apesar de não “se considerar autorizado”, foi o próprio Bento a tratar da paz<sup>230</sup> com Álvares Machado. Nos documentos que Bento delega a Machado, pede salvo-condutos para que soldados farroupilhas, a seu mando, pudessem movimentar-se pelos locais dominados pelo Império, para negociar a pacificação. Aparentemente, Machado não demonstra grande interesse nas reivindicações de Bento, que acaba sendo reprovado por Domingos José de Almeida:

[...] indo tal objetivo [de por vontade própria estabelecer os homens que fariam acordo com o Império, bem como as bases para se dar tal acordo] de encontro ao juramento que se prestou quando se proclamou a Independência do Estado Rio-Grandense e ao interesse do exército e povo que a ela aderiu espontaneamente, não pode, sem trair sua consciência e aos deveres por esse fato contraídos, avançar um só passo sem consultar as Câmaras Municipais, Procuradores Gerais e ao exército; e que por isso convém a obtenção de prazo suficiente para proceder a referida consulta e nomeação do Comissário indicado, caso a maioria da nação se pronuncie pela mencionada reunião. Se porém V. Ex<sup>a</sup>. Entender que sem tais precedentes pode tratar de assuntos de tanta transcendência, bem como o há praticado até este ponto, que o faça; pois que destarte arredará do governo todo e qualquer evento a esperar-se.<sup>231</sup>

Na carta que antecede a resposta de Almeida, percebe-se que Bento acreditava ter chegado o momento crucial para se dar a pacificação dos farroupilhas com o Império Brasileiro. Bento parecia estar afoito em conseguir organizar encontros com Álvares Machado e seus subordinados. Todavia, havia uma preocupação sua para com a vontade de seus demais companheiros de luta, pois acreditava que, se a vontade do “todo” não fosse levada em consideração, a questão da pacificação seria inviabilizada. Haja vista a dificuldade de comunicação entre as lideranças farroupilhas, próprias do contexto rio-grandense do século XIX, é provável que tenha se dado um mal entendido entre as pretensões de Bento e as conclusões de Almeida. Sentindo-se injustiçado, Bento escreve a Almeida:

[...] mui sensível me foi a suposição que fez S. Exa. de eu ser só por mim capaz de entrar em tratados com os delegados do

<sup>230</sup> Acerca das negociações de paz, ano a ano, ver: DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Editora Globo, 1935. p. 61-94.

<sup>231</sup> AAHRGS. 1978. Vol. 2. CV-411. Carta datada de 1º de dezembro de 1840. p. 324.

Império e ainda mais quando todas as proposições que se me faziam eram indignas do povo rio-grandense.<sup>232</sup>

No início de 1841, os farrapos perderam uma força militar de suma importância: Bento Manuel Ribeiro, que novamente mudara de lado, se aliando aos imperiais. Em março, Bento Gonçalves reassumiu a presidência da República. No mês de setembro, Garibaldi se afastou do movimento e rumou para Montevideú, ganhando 900 cabeças de gado, pertencentes ao próprio Bento Gonçalves, por seus serviços prestados à causa farroupilha.<sup>233</sup>

O ano de 1842 foi de efervescência revoltosa no Brasil. Em maio, o Partido Liberal de Sorocaba, em São Paulo, proclamou seu líder, Coronel Rafael Tobias de Aguiar, Presidente da Província. Os farroupilhas ficaram jubilosos com a notícia. Foi Tobias de Aguiar que trouxe para o Rio Grande do Sul o primeiro cavalo malhado de que se tem notícia e, por essa razão, até hoje esse pelo de equino é chamado Tobiano.<sup>234</sup> No mês de junho, situação semelhante à de São Paulo ocorreu em Barbacena, na Província de Minas Gerais. O Partido Liberal de Barbacena delegou ao Tenente-Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha a presidência da Província. Parecia que tudo indicava um ano de glória aos farroupilhas, que conseguiriam aliados em outras Províncias brasileiras. Porém, Luís Alves de Lima e Silva foi incumbido de conter as revoltas paulista e mineira, o que conseguiu em apenas dois meses.

O ano de 1842 foi marcado por poucas operações militares em solo rio-grandense, mas muitas ações políticas e reorganização de ambos os exércitos. Em julho, a capital fixou-se em Alegrete e Bento Gonçalves entregou formalmente o comando do exército ao General Neto, nomeando o Coronel João Antônio da Silveira como chefe do estado-maior. A Assembleia Constituinte deveria se instalar em abril de 1840, enquanto Caçapava ainda era a capital dos revoltosos. Entretanto, isso só pôde ocorrer no ano de 1842, quando a capital já havia sido transferida para Alegrete. O mês de setembro foi duro para os farroupilhas. Primeiramente, foram realizadas as eleições para deputados da Assembleia. Devido à tensa situação que se delineava entre as

---

<sup>232</sup> CDBGS. Op. Cit. CV-239. Carta datada de 05 de janeiro de 1841. p. 163.

<sup>233</sup> FAGUNDES, Antonio Augusto. Op. Cit. p. 97-103.

<sup>234</sup> Ibid. p. 106.

lideranças do movimento, o jornal O Americano, que substituiu O Povo, surgira ainda no mês de setembro, mas durou apenas meio ano. Por fim, é neste mês de setembro que Luís Alves de Lima e Silva, “O Pacificador”, entra na cena rio-grandense, sendo nomeado Presidente da Província pelo Imperador Dom Pedro II. O Barão de Caxias foi bastante feliz em suas táticas para derrotar os republicanos rio-grandenses. Tratava bem as populações dos territórios ocupados, espalhava intrigas entre os farroupilhas e nomeou Bento Manuel e Chico Pedro, que possuíam estilo semelhante de organização de tropas ao dos farrapos, como comandantes militares. Aos poucos, os farroupilhas foram sendo empurrados para o Uruguai.<sup>235</sup> No final de 1842, foi instalada, em Alegrete, a Assembleia Constituinte, surgindo muitas dissensões e intrigas entre os líderes farrapos. Nesse contexto, as tensões entre as lideranças do movimento se agudizaram, sendo clara uma polarização entre uma “maioria”, que apoiava Bento Gonçalves, e uma “minoría”, em sua oposição.

No ano de 1843, os farroupilhas fizeram um grande esforço militar ao atacar a vila de São Gabriel e conquistá-la no mês de abril, derrotando Bento Manuel. Contudo, essa foi a última vitória dos farrapos. Em agosto, Bento Gonçalves desistiu de governar a República Rio-Grandense e passou a presidência para Gomes Jardim.<sup>236</sup> Foi nesse ano que se imprimiu, em Alegrete, o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, que nunca chegou a entrar em vigor.

Em 1844, Onofre Pires acusou Bento Gonçalves de ser o mandante do assassinato de Antônio Paulino da Fontoura. Bento respondeu a acusação com um desafio a um duelo, que ocorreu em 28 de fevereiro. Onofre é ferido, vindo a falecer dias depois. Somente após o término da revolta rio-grandense veio à tona a real causa da morte de Paulino da Fontoura. Ele possuía uma amante casada e seu marido, ao saber da traição, mandara matar Paulino. As calúnias que recaíram sobre Bento eram infundadas e a morte de Onofre fora em vão.<sup>237</sup> Em novembro desse ano, ocorreu a Batalha do Cerro dos Porongos<sup>238</sup>, famosa pela trágica morte dos lanceiros negros e pelo embate historiográfico

---

<sup>235</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 311-317.

<sup>236</sup> FAGUNDES, Antonio Augusto. Op. Cit. p. 113-120.

<sup>237</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 365-369.

<sup>238</sup> Onde hoje se localiza o município de Pinheiro Machado.

acerca da dúvida sobre a traição do General David Canabarro à sua tropa e aos demais líderes farroupilhas.

Nesse terceiro e último momento da Guerra Farroupilha, a polarização entre seus líderes delineou-se mais claramente e o grupo “minoritário” adquiriu mais poder no desenrolar do conflito contra o Império, haja vista o próprio afastamento de Bento Gonçalves do governo, em agosto de 1843. Nesse cenário, Rossetti morreu e Garibaldi se afastou do movimento, rumando ao Uruguai. É perceptível que a decadência da “maioria” no poder foi concomitante ao crescente distanciamento de Garibaldi e Rossetti do movimento, o que reforça a hipótese de sua maior aproximação com aqueles que, posteriormente, comporiam o grupo “majoritário” das lideranças farroupilhas. A partir de 1841-42, quando Dom Pedro II foi instituído como Imperador de fato do Brasil, o poder de direção da Guerra foi para as mãos da “minoridade” das lideranças farroupilhas, o que acabou culminando com a pacificação do conflito, em 1845. Também colaborou para o desfecho do conflito, razoavelmente favorável para os rio-grandenses, a necessidade que o Imperador tinha acerca dos braços gaúchos para a manutenção das fronteiras sulistas do Brasil. A situação fronteiriça, em especial, deve ser levada em consideração, já que:

A posição estratégica do Rio Grande do Sul faz com que ele seja visto como uma área limítrofe: estaria nas margens do Brasil e poderia tanto fazer parte dele como de outros países, dependendo do resultado das forças históricas em jogo.<sup>239</sup>

Em 1845, as forças farroupilhas encontravam-se enfraquecidas, dificultando a manutenção da República Rio-Grandense. Apesar disso, talvez o Império não quisesse correr o risco de uma possível aliança territorial com o Prata. Dessa maneira, apesar de ter o aval do Imperador para agir com violência, Caxias optou pela diplomacia, fazendo apelos ao patriotismo dos rio-grandenses e desenhando Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, respectivamente Presidentes do Uruguai e da Argentina, como reais inimigos

---

<sup>239</sup> OLIVEN. Op. Cit. 48.

dos sulistas.<sup>240</sup> Caxias foi proclamado Pacificador do Brasil, agregando o título de conde à presidência da Província Rio-Grandense.

## **2.2) Início e fim do decênio farroupilha: reivindicações iniciais x ganhos reais**

Para a compreensão do movimento farroupilha, devem-se levar em conta as mudanças e adaptações ocorridas no decênio de 1835-45. Para tal, é importante analisar as reivindicações iniciais dos farroupilhas e o que ficou acordado no Convênio de Ponche Verde de 28 de fevereiro de 1845.

Em Manifesto de 25 de setembro de 1835, Bento Gonçalves salienta como raízes para o levante:

Conheça o *Brasil* que o dia vinte de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto, e não nos propusemos a outro fim que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso *sustentando o trono constitucional do nosso jovem monarca e a integridade do Império.*<sup>241</sup>

O Manifesto em questão se direciona à decepção acerca da governança da Província de São Pedro por Fernandes Braga, sendo a ela direcionadas críticas como a de retrógrada, perseguidora da oposição, antinacional e opressiva, dentre outras. Bento crê que fala em nome de todos os rio-grandenses e demonstra que, nesse momento inicial da revolta, os farroupilhas tomam para si o papel de verdadeiros patriotas, de defensores da liberdade e dos princípios liberais. Neste sentido, discorre:

Cumprimos, rio-grandenses, um dever sagrado repelindo as primeiras tentativas da arbitrariedade em nossa cara Pátria; ela vos agradecerá e o Brasil inteiro aplaudirá o vosso patriotismo e a justiça que armou vosso braço para depor uma autoridade inepta e facciosa e restabelecer o império da lei. [...] Com este triunfo dos princípios liberais minha ambição está satisfeita, e no descanso da vida privada a que tão somente aspiro gozarei o prazer de ver-vos desfrutar os benefícios de um governo

<sup>240</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 324-326.

<sup>241</sup> Grifado no original. CDBGS. Documento de n.º.: 413. p. 268.

ilustrado, liberal e conforme com os votos da maioria da Província.<sup>242</sup>

E prossegue em Proclamação do dia 21 de outubro do mesmo ano:

Oh! Quanto é doce ter concorrido a salvar a Pátria! Já livre a Província da facção inimiga de vosso sossego e liberdade, e desfrutando os bens que emanam de um governo patriótico, e liberal, podereis com orgulho dizer a vossos filhos: eu fui dos bravos que, combatendo a arbitrariedade, coadjuvei a restaurar o império da lei; segui o meu exemplo e vosso colo nunca se dobre ao pesado jugo do despotismo.<sup>243</sup>

Apesar de escritas por um só homem, pode-se inferir que essas passagens possuem algumas considerações elucidativas sobre o pensamento dos líderes farroupilhas no início do movimento. É marcante o esforço de Bento para esclarecer que os revoltosos não estavam indo de encontro ao Império Brasileiro, mas à governança regencial. Os rio-grandenses que aderiram às armas, portanto, estavam cumprindo seu papel de verdadeiros brasileiros, não aceitando as arbitrariedades que estariam sendo impostas pelo governo de Feijó – um homem que não seria o “herdeiro de direito” do trono – e refletidas na Província com a presidência de Fernandes Braga. A insurreição que se dera contra o governo imperial é tida como uma “consequência inevitável” dessas arbitrariedades. Os rio-grandenses estariam “salvando” a Pátria. Estariam lutando, não só por sua Província, mas pelos demais brasileiros, o que lhes seria reconhecido pela posteridade.

É importante levar em consideração que Bento fala em nome de todos os rio-grandenses, mas o fato é que a Província estaria dividida entre os que eram a favor e aqueles que eram contra a governança imperial. Devido a essa situação, provavelmente, redige esses manifestos em tom épico e confere aos homens que pegaram em armas contra o Império o papel de heróis. Eles estariam lutando para resgatar o “Império da lei”, que pode ser compreendido a partir de duas leituras. Primeiramente, de uma figura retórica veio a ideia de que o Rio Grande se encontraria em uma situação de “caos” e aos revoltosos caberia a instauração de uma situação em que a lei e a ordem voltassem a

---

<sup>242</sup> Ibid. p. 274.

<sup>243</sup> Ibid. Documento de n.º.: 414. p. 275.

imperar na Província. Em segundo lugar, pôde comprovar sobre a colocação na prática do que estava exposto na Constituição, como se o papel dos revoltosos fosse o de fazer com que se cumprisse o conteúdo da Carta Constitucional, o que não era o que ocorria no parecer de Bento. Isso demonstra uma preocupação com a “constitucionalidade” do Império, mais do que uma possível separação da Província de São Pedro do restante do Brasil. Porém, Bento destaca um “governo ilustrado, liberal e conforme com os votos da maioria da Província”, sendo que pode apontar tanto para uma monarquia constitucional quanto para uma ideia de forma de governo republicana, o que só ficou realmente claro no ano de 1836, quando da Proclamação da República Rio-Grandense.

Nos escritos de Bento, o liberalismo é bastante ressaltado através dos termos “princípios liberais” e “governo liberal”. Acerca das adaptações que o liberalismo europeu suscitou no Novo Mundo, Sandra Pesavento faz uma análise bastante pertinente acerca do debate gerado pela afirmação de Roberto Schwarz de que no Brasil as ideias estariam “fora do lugar”, ou seja, desvirtuadas de seu espaço original; o europeu.<sup>244</sup> Nesse debate, Pesavento se colocou a favor da teoria de Maria Sylvia Carvalho Franco de que as ideias “estariam no lugar”<sup>245</sup>, pois “[...] é a classe dominante, lá e cá, que elabora ou adota ideias que servem a seus interesses, no caso, a afirmação da dominação sobre os demais grupos”.<sup>246</sup> Portanto, no Brasil o ideário liberal foi adaptado à situação local, já que:

[...] nossos liberais recolheram da ideologia importada aqueles elementos condizentes com suas reivindicações mais imediatas, ou seja, o liberalismo econômico tinha o significado básico de romper monopólios e estabelecer o livre comércio, enquanto que a sua contrapartida política se orientava para a entrega do poder de direito aos seus representantes de fato na sociedade brasileira: os proprietários de escravos e terras [...] Para a Europa o liberalismo tinha o significado de responder às exigências de realização hegemônica de uma nova classe [burguesia] e consolidação do modo capitalista de produção. [...] no Brasil, o processo de independência implicava a

---

<sup>244</sup> SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In.: *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, jan. 1973.

<sup>245</sup> FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As ideias estão no lugar. In.: *Cadernos de Democracia como valor universal*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

<sup>246</sup> PESAVENTO. Op. Cit. p. 21.

permanência do mesmo grupo e dos mesmos interesses como predominantes internamente na sociedade, o que implicava a impraticabilidade de uma ‘mudança liberal’ por completo da sociedade, tal como na Europa.<sup>247</sup>

No Rio Grande do Sul, o liberalismo esteve no foco dos problemas provinciais, negligenciados pela centralização governamental do Império Brasileiro. Para parte das lideranças políticas rio-grandenses, o ideário liberal se constituiu como uma justificativa para sua rebelião contra a centralização do Império, que deixara de corresponder às expectativas de salvaguardar a propriedade e a soberania provinciais, abertas com o processo de independentização do país.<sup>248</sup> Dessa maneira, o papel que Bento Gonçalves atribui aos homens ligados à revolta é o de “salvadores da Pátria”, ou seja, do Brasil e do Rio Grande. Note-se que, neste primeiro momento do conflito, o conceito de Pátria parece ser dúbio, sugerindo referir-se ao território brasileiro, mas também podendo ser utilizado para designar o rio-grandense. De acordo com Maria Medianeira Padoin, no contexto farroupilha:

Pátria refere-se ao local onde se nasce ou onde se vive; um espaço já delimitado econômica, social e culturalmente, no qual é construída e caracterizada uma identidade regional [...] a consciência de pertencimento a um espaço geográfico e político adquiriu o sentido de nação, que está vinculada à consciência de também pertencer a um determinado grupo (elite) localizado nesta região, identificado desta forma seus interesses com o da nação ou da Pátria. Assim, o significado de nação está relacionado à visão de Pátria que refere-se à região, ou seja, o local próximo de atuação, de relações e de domínio da elite.<sup>249</sup>

A ligação ao espaço regional de convivência toma uma grande proporção, apesar de, neste primeiro momento, não estar claro o objetivo de separação do Brasil, como demonstra a passagem a seguir:

No Rio de Janeiro retumbam as mais atrozes calúnias; [...] Briosos Guardas Nacionais! Não escuteis suas vozes insidiosas, não acrediteis em tais boatos; eu posso assegurar-vos que não existe nenhum plano de república e separação do Brasil. Os rio-grandenses que empunharam as armas para resistir à opressão, amam e querem todos pertencer à união

<sup>247</sup> Ibid. p. 20.

<sup>248</sup> Ibid. p. 23.

<sup>249</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino: a revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de Doutorado. UFRGS: Porto Alegre, 1999. p. 253-254.

brasileira, mas ao mesmo tempo estão dispostos a sustentar com firmeza a heróica empresa de vinte de setembro e a dignidade da Província.<sup>250</sup>

Não se pode descartar a possibilidade de este discurso ser uma tática de Bento para não criar mais animosidades ou atrair para seu lado esta parcela de homens das armas. No entanto, é bastante provável que, mesmo que a República fosse cogitada, neste momento o direcionamento da revolta se dá no sentido de buscar maior atenção do governo imperial para os desgostos dos homens de poder político-econômico local em relação às questões provinciais. Portanto, Bento chama de heroico o levante dos farroupilhas contra a opressão imperial, mas é perceptível que a intenção inicial do movimento não seria de uma separação imediata.

Ao chegar o ano de 1845, no final da Guerra Farroupilha, as forças militares insurgentes estavam muito enfraquecidas e suas lideranças se encontravam em constante embate. A luta já aparecia como penosa aos olhos dos farroupilhas. Nessas circunstâncias, a manutenção da República Rio-Grandense tornara-se insustentável e o pensamento inicial, de busca pela constitucionalidade do Império, voltou a entrar em cena. Em manifesto assinado por Manoel Lucas de Oliveira, em 28 de fevereiro de 1845, é exposto:

[...] eu faltaria decerto ao mais sagrado dever, se vos não transmitisse hoje com efusão de coração os sinceros parabéns pela decisão final de tão importante assunto, onde salvais garantias que em vez de deslustrar vos glorificam. Sim compatriotas! Tendes feito em quase dois lustros tudo quanto homens poderiam fazer. Haveis mantido com uma constância heroica essa guerra de princípios da mais eterna justiça contra o poder colossal do Império Brasileiro, por infeliz estrela divididos de uma parte bem aproveitável de Irmãos rio-grandenses: e essa luta que assolou o país e o devastava de dia a dia, vós ainda a podéis sustentar com invencível valor, se não fosse mister retroceder com o tempo e com a honra ao terrível aspecto de um perigo maior [...] Dizei comigo: somos outra vez brasileiros! Seremos sempre idólatras da Liberdade Constitucional!<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> CDBGS. Documento de n.º.: 416. p. 276.

<sup>251</sup> AAHRGS. Vol. 15. Porto Alegre: EST Edições, 2006. Documento de n.º.: 6779. p. 98.

Importante destacar, na análise deste Manifesto, a figura de seu emissor. Lucas de Oliveira era conhecido como um “republicano fervoroso” e, por esta razão, o impresso que emite a seus conterrâneos causa certo estranhamento à primeira vista. Porém, é exatamente pela forte postura republicana de Oliveira que se percebe a situação complicada em que os farroupilhas se encontravam em 1845. Assim era, a ponto de um homem como Oliveira saudar o retorno do Rio Grande como província brasileira. Tendo isso em vista, é compreensível que o discurso que apregoa o reatar de laços políticos com o Império Brasileiro viesse em um tom de satisfação e orgulho da “repatriação”, já que voltariam a se inserir no espaço do país como brasileiros novamente. Entretanto, a necessidade de manutenção do “brio” dos farroupilhas fica clara com a colocação de Oliveira de que a luta ainda poderia ser sustentada pelos rio-grandenses. A manutenção deste “brio” é buscada com uma paz honrosa e que levasse em conta a colocação em prática de reivindicações antigas de suas lideranças.

Em 25 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde, foram lidas as 12 cláusulas da pacificação<sup>252</sup> por Antônio Vicente da Fontoura, sendo assinadas apenas pelos farroupilhas, mas não pelos imperiais. Nessas cláusulas, estava expresso o seguinte: anistiados todos aqueles que lutaram pela causa farroupilha, pagas as dívidas dos revoltosos, livres os escravos que haviam servido nas fileiras republicanas, dispensados de recrutamento os soldados farroupilhas, mantidas as mesmas patentes que os revoltosos possuíam nas tropas farrapas (exceto os generais), dentre outros. Boa parte das cláusulas de Ponche Verde soou em benefício das lideranças farroupilhas, e não diretamente às massas que lutaram em suas trincheiras. As dívidas que foram pagas pelo governo imperial não seriam as dos soldados farrapos, mas a de seus superiores. O destino da grande parte dos escravos que ainda estavam vivos em fevereiro de 1845, haja vista o massacre que houvera em Cerro dos Porongos, também não foi o da liberdade. Segundo Spencer Leitman:

---

<sup>252</sup> Constantes em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Poncho\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Poncho_Verde)

Caxias, apesar de confiar em Canabarro, suspeitava de Bento Gonçalves e alguns outros, o que o levou a tomar precauções. Foi necessário amarrar os negros e transportá-los para um lugar de onde, presos, pudessem ser despachados imediatamente a fim de evitar o pânico entre eles. A Corte ordenou que todos fossem levados para o Rio de Janeiro e formalmente aceitou a exigência de emancipação feita pelos Farrapos. Mas estes não tiveram condições de influir no destino futuro de seus antigos camaradas.<sup>253</sup>

Por fim, ao se comparar o Manifesto de Bento Gonçalves, do dia 25 de setembro de 1835, com o Acordo de Ponche Verde, compreende-se as discrepâncias e limitações que o movimento acabou por ter, já que, de acordo com Helga Piccolo, apenas foi atendida uma das reivindicações iniciais, concernente ao imposto de 25% sobre o charque uruguaio.<sup>254</sup> Em verdade, essa taxa de imposto só viria a ser estipulada com o Tratado de Comércio e Navegação, de 1851, entre Brasil e Uruguai, porém fora decorrente da peleia rio-grandense acerca dessa questão. Em 1857, um novo tratado com o Uruguai melhorou ainda mais a posição dos estancieiros sulistas, já que “o direito à passagem do gado na fronteira foi expressamente admitido”.<sup>255</sup>

Como anteriormente dito, inicialmente o movimento não possuía caráter separatista. Seus líderes desejavam o poder de eleger o presidente provincial, de ter câmaras de vereadores, de legislar e de recolher os impostos que deveriam servir para o desenvolvimento local, ao invés de confiscados pelo governo imperial. Conseguiram uma pacificação bastante razoável do ponto de vista honroso, mas não alcançaram a meta de maior autonomia da Província, sua principal bandeira inicial. Mesmo com o enfraquecimento militar e desentendimento entre os líderes que concorriam para uma rendição farroupilha, a pacificação da Província de São Pedro foi conseguida através de um acordo com o Império. Os rio-grandenses eram de suma importância para

---

<sup>253</sup> LEITMAN, Spencer. Negros farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 76-77. Leitman indica como fontes de tais contatações os seguintes documentos: Caxias para Pedro de Abreu, Bagé, 15 de janeiro de 1845. In.: *Offícios do Barão de Caxias*, p. 165-6; Caxias para Coelho, Bagé, 4 de fevereiro de 1845. In.: *Offícios do Barão de Caxias*, p. 167-8; Coelho para Caxias, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1845 (confidencial), AHRGS, Avisos da Guerra.

<sup>254</sup> PICCOLO, 1986/1987. Op. Cit. p. 51.

<sup>255</sup> FREITAS. Op. Cit. p. 119.

serem deslocados em possíveis conflitos no Prata, exatamente o que ocorreu na intervenção brasileira contra Rosas e Aguirre em 1851-52.

### **2.3) As tensões existentes entre as lideranças farroupilhas: breves considerações**

Como já mencionado, após a reunião da Assembleia Constituinte, em 1842, ficaram mais nítidas as divergências entre os líderes farroupilhas. Sobre este tema, é importante o estudo de José Plínio Guimarães Fachel, que afirma:

Durante o movimento dois projetos políticos diferenciados foram apresentados: 1) O da 'maioria' que, além de interesses pessoais de suas lideranças, discutia a abolição da escravatura, desejava a forma de governo republicana e uma interação latino-americana. [...] 2) O da 'minoridade' que desejava melhorias pessoais dentro do próprio sistema, sem grandes preocupações com o modelo político e econômico.<sup>256</sup>

Pode-se identificar o conjunto da "maioria" como progressista, formada por Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos, Antônio de Souza Neto, Ulhoa Cintra, José Gomes Portinho e outros. Por sua vez, a "minoridade" teria um caráter mais conservador, estando a ela atrelados homens como Vicente da Fontoura, David Canabarro e Onofre Pires, dentre outros. De acordo com Maria Medianeira Padoin, o grupo "majoritário" defendia um federalismo enquanto confederação de viés republicano, ou seja, "[...] a relação que permitisse a manutenção da soberania e independência (interna e externa) do Rio Grande do Sul".<sup>257</sup> Já a "[...] minoridade pregava a Federação, mas que o Rio Grande do Sul continuasse na condição de Província (Estado-membro) do Império".<sup>258</sup>

Deve-se levar em conta que, independentemente do "lado" ao qual se colocavam esses líderes, não houve uma forte radicalização na prática do movimento com o intuito de preocupar-se com a distribuição de renda ou inserção das massas populares nas esferas governamentais. Isso se deu pela

<sup>256</sup> FACHEL. Op. Cit. p. 124.

<sup>257</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 131.

<sup>258</sup> Ibid. p. 132.

formação do movimento em si, composto por homens provenientes das camadas altas da sociedade rio-grandense, grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes e cúpula militar. Apesar dessa cisão no seio das lideranças farroupilhas se agudizar quando Zambeccari, Rossetti e Garibaldi não mais se encontravam lutando pela causa rio-grandense, sua compreensão é de extrema importância para a revisão da teoria sobre a nulidade da influência mazziniana no movimento sulista. Essas tensões tornam mais plausível a hipótese de uma diferente gradação de inserção do ideário mazziniano do que para sua anulação em tal contexto, pois, mesmo que as divergências de pensamento entre os líderes farroupilhas tenham ficado mais nítidas após as reuniões da Assembleia Legislativa, elas existiam anteriormente em menor grau. Nesta perspectiva, é possível que o ideário de Mazzini tenha apresentado maior receptividade pelo conjunto da futura “maioria”<sup>259</sup> do que pelo da “minoría”.<sup>260</sup>

No capítulo que segue, ao se analisar as cartas de Luigi Rossetti, comprovar-se-á essa aproximação, já que, dentre os documentos que restaram à posteridade, grande parte é constituída por cartas trocadas pelo italiano com Domingos José de Almeida. Este último, por longo tempo no decênio farroupilha, coadunou os cargos de Ministro do Interior e Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, sendo, posteriormente, integrante do grupo “majoritário” das lideranças do movimento.

---

<sup>259</sup> Liberais republicanos; progressistas.

<sup>260</sup> De caráter conservador; monarquistas.

### Capítulo 3 – Luigi Rossetti: um romântico-mazziniano na Guerra Farroupilha

*“O poder que dirige a revolução,  
tem que preparar os ânimos dos cidadãos  
aos sentimentos de fraternidade, de modéstia,  
de igualdade e desinteressado e ardente  
amor pela Pátria”. Jovem Itália. Vol. V.<sup>261</sup>*

Dos três combatentes italianos que se destacaram na Guerra Farroupilha, Luigi Rossetti é aquele que mais deixou vestígios escritos sobre sua passagem na luta rio-grandense. Como dito anteriormente, apesar de experiência no jornalismo da Província de São Pedro, os artigos de Zambecari não são facilmente detectados nos periódicos e não existem cartas de sua autoria na Coleção Alfredo Varela.<sup>262</sup> Já Garibaldi destacou-se mais como homem de ação do que no campo das letras. Desta maneira, Rossetti é quem mais pode oferecer pistas sobre a inserção do ideário mazziniano neste contexto, tendo em vista sua participação no jornal farrapo que mais permanência temporal alcançou, O Povo<sup>263</sup>, no qual permaneceu no cargo de editor até o número 47, ou seja, de 1º de setembro de 1838 até 9 de março de 1839. O Povo constitui uma importante fonte documental do período, sendo que suas 160 edições foram reunidas e publicadas em edição *facsimile* no ano de 1930 pela Livraria do Globo. Esse conjunto documental possui grande valor histórico por conter em seus artigos, ao longo de 627 dias de funcionamento, grande parte das ideias que permearam o movimento farroupilha. Além dos artigos de Rossetti n'O Povo restaram para a posteridade 19 cartas na Coleção Varela, sendo uma cópia. Elas possuem datação entre 23 de outubro de 1837 e 19 de novembro de 1840, dentre as quais 15 são endereçadas a Domingos José de Almeida, uma para Ignácio José d'Oliveira Guimarães<sup>264</sup>, uma para

<sup>261</sup> Dístico do jornal O Povo, que aparecia na primeira página de suas edições.

<sup>262</sup> Como referida na introdução da presente dissertação, a Coleção Varela se compõe de documentos relativos ao período farroupilha, sendo parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>263</sup> Apesar de o termo “povo” ser corrente na época, existe a possibilidade de que o título do periódico “O Povo” seja alusivo ao ideário de Mazzini, dada a intensa participação de Rossetti no período de formulação do jornal, juntamente com Domingos José de Almeida, como se verá a seguir.

<sup>264</sup> Foi chefe de polícia dos distritos de Boqueirão, durante a guerra.

Bento Gonçalves e uma para Álvares Machado e Vasconcelos. Também Salvatore Candido editou na Itália o epistolário de Rossetti e Gian Battista Cuneo<sup>265</sup>, italiano que se encontrava em Montevidéu disseminando as ideias de Mazzini. São 33 cartas escritas entre 28 de julho de 1837 e 1º de outubro de 1839, não contemplando as respostas de Cuneo. Em uma das cartas de Rossetti a lacuna da persistência dessas fontes primárias para a atualidade é, em parte, esclarecida, pois relata que os “inimigos” haviam entrado na casa em que habitava e levado todos os seus papéis, dentre os quais estavam todas as cartas de Cuneo.<sup>266</sup> Apesar de não conterem as respostas de Cuneo, os documentos publicados por Candido primam por esclarecer sobre os pensamentos e a personalidade de Rossetti.

Existem poucas informações seguras a respeito da vida de Rossetti na Europa. Sua própria imagem é desconhecida. Elmar Bones salienta: “Conforme o Instituto Mazziniano de Gênova [...], figura um Luigi Carlo, filho de Domenico Rossetti, nascido em Gênova em 1800, que poderia ser certamente esta pessoa”.<sup>267</sup> Já Salvatore Candido diz que a única informação precisa sobre Rossetti seria acerca de sua naturalidade genovesa<sup>268</sup>, o que faz sentido, pois não é provável que sua idade diferisse em mais de sete anos daquela de Garibaldi e Cuneo.<sup>269</sup> Em carta enviada a este último, Rossetti deixaria a única informação comprovável a respeito de sua família. Falando de Placida Lavaggi de Rossetti, relata:

Tenho uma única irmã e esta se encontra distante da pátria, em Palermo. Desde que me encontro na América não pude nunca lhe enviar um lenço sequer [...] Ela me serviu como mãe e no tempo da minha emigração foi a amiga e o conforto de toda a minha desgraça.<sup>270</sup>

Acerca de sua vida na Europa, é provável que tenha estudado Direito e, de acordo com Franco Cenni, ainda na faculdade teria fundado um pequeno jornal manuscrito, *La Voce del Popolo*, para divulgar o ideário de Mazzini, do

---

<sup>265</sup> CANDIDO. Op. Cit.

<sup>266</sup> Ibid. Carta de n.º.: XXX, de 7 de maio de 1839. p. 142.

<sup>267</sup> “nato a Genova nel 1800, che potrebe essere quasi certamente questa persona”. In.: REVERBEL; BONES. Op. Cit. p. 80-81.

<sup>268</sup> CANDIDO. Op. Cit. p. 196.

<sup>269</sup> Ambos teriam nascido, respectivamente, em 1807 e 1809.

<sup>270</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXX. p. 141.

qual seria adepto.<sup>271</sup> Sobre a vida de Rossetti, Abbeilard Barreto apurou: “Nascido em Gênova. Participou possivelmente do levante de Nápoles em 1821; se terá refugiado na Ilha de Malta, de onde passaria para a América do Sul em 1827”.<sup>272</sup> No entanto, Candido chama a atenção para o fato de não restarem documentos relevantes que testemunhem sobre a participação de Rossetti nos movimentos liberais europeus e, portanto, o motivo pelo qual tenha vindo se instalar no Brasil fora outro que não o de exílio político.<sup>273</sup>

É bastante possível que Rossetti tenha chegado ao Rio de Janeiro em 1827, pois em carta de 26 de janeiro de 1836, endereçada ao próprio Mazzini, escreveu que estaria residindo na cidade havia nove anos e que Garibaldi o teria achado digno de pertencer à *Giovine Italia*.<sup>274</sup> Rossetti e Garibaldi devem ter se conhecido em fins de 1835, no momento em que atracara o navio Nauttonier em solo brasileiro, trazendo o segundo da Europa:

Foi no Rio de Janeiro que a minha boa estrela fez com que eu encontrasse a coisa mais rara do mundo, isto é, um amigo. Não tive necessidade de o procurar, não tivemos necessidade de nos estudar para nos conhecermos; encontramos-nos, trocamos um olhar e nada mais; depois de um sorriso, um aperto de mão e Rossetti e eu éramos dois irmãos.<sup>275</sup>

Os anos em que Rossetti permaneceu no Rio de Janeiro até conhecer Garibaldi são bastante obscuros. Porém, em algum momento, ele se aproximou de homens como Giuseppe Stefano Grondona, que era um dos mais antigos italianos residentes na capital brasileira. Chegou ao Brasil em 1815, sendo expulso do país por suas ideias radicais, mas retornando, em meio ao clima mais ameno do período regencial, em 1834.<sup>276</sup> Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, Grondona seria o principal responsável pela fundação da *Congrega della Giovine Itália* que, baseada no pensamento de Mazzini, se concentrava na educação republicana, visando difundir os ideais mazzinianos através do debate interno entre seus membros, da distribuição de panfletos

<sup>271</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: USP, 1975. p. 71.

<sup>272</sup> BARRETO, Abbeilard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul: 1827-1850*. Porto Alegre: Corag, 1986. p. 156.

<sup>273</sup> CANDIDO. Op. Cit. p. 197.

<sup>274</sup> Ibid. p. 197.

<sup>275</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 45-46.

<sup>276</sup> CHIAVARI, Maria Pace. Rio de Janeiro, a porta de entrada de Garibaldi na América Latina. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Op. Cit. p. 49-50.

revolucionários e da publicação de um jornal.<sup>277</sup> Nesse veículo, Rossetti pode ter adquirido alguma experiência na área de imprensa. Como integrantes dessa organização, Rossetti utilizava-se de dois pseudônimos, “Olgiati” e “Benito Oliva”<sup>278</sup>, enquanto Garibaldi usava o de “Borel”.<sup>279</sup> Suas intenções eram mais voltadas para os italianos da própria Península do que para aqueles que viviam no Brasil. De certa forma, a *Congrega* foi desde o início um organismo frágil e carente de disciplina e seu maior êxito foi no sentido de dar coesão e levantar a moral dos mazzinianos aqui exilados.<sup>280</sup> Bones expressa que:

O Arquivo do Vaticano conserva um papel (envelope 251, número 4704/5, segundo Spalding) com Relação dos Indivíduos filiados à Congrega da Jovem Itália no Rio de Janeiro [...] A lista, com dados imprecisos sobre cada um, foi feita por Gennaro Merolla, cônsul-geral do Reino de Nápoles no Rio de Janeiro e passada ao advogado Scipione Domenico Fabrini, Enviado de Negócios de Santa Fé, em maio de 1838. O primeiro da lista é Giovanni Battista Cuneo, de cognome ‘Farinata degli Uberti’, genovês, ‘chefe da Confraria no Rio’. Garibaldi é o quarto: ‘cognominado Borel, de Nice, comandante do barco pirata Mazzini’. O quinto é Luigi Rossetti: ‘genovês, vagabundo [...] agora com Garibaldi’.<sup>281</sup>

O primeiro nome da lista não se encontra lá por acaso, pois, ao que tudo indica, esse italiano, que desenvolveu um forte vínculo de amizade com Rossetti, possuía íntimos laços militantes com a *Congrega* do Rio de Janeiro. Cuneo nasceu em 1809, na cidade de Orneglia. Apesar de sua origem humilde, dedicou-se aos estudos literários e filosóficos. Adquiriu experiência na lida marítima e, nas viagens, tomou conhecimento do ideário de Mazzini.<sup>282</sup> Devido à sua participação em planos insurrecionais promovidos pela *Giovine Italia*, foi perseguido e exilou-se, primeiro na França e depois no Brasil, onde veio a instalar-se no Rio de Janeiro, em 1835, pouco antes de Garibaldi chegar ao Novo Mundo. Participa da fundação da *Congrega da Giovine Italia* do Rio de

<sup>277</sup> LEITMAN, Spencer. Revolucionários italianos no Império do Brasil. In: DACANAL. Op. Cit. p. 100.

<sup>278</sup> Como remetente das epístolas a Cuneo, aparece o nome de Olgiati nas seguintes cartas de n.º.: V, VI, IX, X, XV, XVI, XVII, XVIII e XX. O pseudônimo de Benito Oliva é usado na carta de n.º.: XXII e apenas Oliva na carta de n.º.: XXIII. As cartas encontram-se no livro de CANDIDO. Op. Cit.

<sup>279</sup> O pseudônimo Borel refere-se, possivelmente, ao francês Giuseppe Borel, que foi morto no ano de 1834, após ser preso ao participar dos levantes de Mazzini contra o Reino de Sabóia.

<sup>280</sup> CANDIDO. Op. Cit. p. 100 e 102.

<sup>281</sup> REVERBEL; BONES. Op. Cit. p. 84.

<sup>282</sup> SCHEIDT. Op. Cit. p. 112.

Janeiro e inicia sua carreira de jornalista escrevendo no jornal do próprio movimento que, publicado em italiano, intitulava-se *La Giovine Italia*.<sup>283</sup> Posteriormente, escreveria em jornais farroupilhas, como *O Povo* e, na região platina, no *El Nacional*, *El Iniciador*, *El Pueblo Libertador*, *El Nacional Correntino* e *El Republicano*, difundindo o ideário mazziniano por onde passava. Adotou, na *Congrega*, o pseudônimo “*Farinata Degli Uberti*”, utilizado muitas vezes nas cartas escritas por Rossetti para designar seu endereçado.<sup>284</sup>

Grande parte dos membros da *Congrega* se dedicavam às atividades marítimas. Garibaldi e Rossetti chegaram a tentar uma empresa comercial juntos, mas não tiveram êxito. O momento ideal para colocarem em prática suas intenções de difusão da ideia mazziniana de liberdade de todos os povos surgiu quando o Conde Livio Zambecari<sup>285</sup> foi preso, durante a Batalha da Ilha do Fanfa, em fins de 1836, e enviado para a Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha da Guanabara. Retomando o que já foi dito, Zambecari tinha uma íntima ligação com o Presidente da nascente República Rio-Grandense, Bento Gonçalves. Foi a partir dele que Garibaldi e Rossetti entraram em contato com Bento e receberam uma carta de corso, iniciando sua trajetória na guerra contra o Império Brasileiro.<sup>286</sup> Devido à opressão exercida pelo Império às suas províncias, bem como à tentativa de consolidação da República sulista, a primeira impressão que Garibaldi e Rossetti tiveram, possivelmente, deve ter sido a de forte ligação entre os princípios mazzinianos com o ideário que movia o levante farroupilha. Era-lhes oferecida “[...] a satisfação de participarem de um movimento que era aparentemente coerente com suas ideias radicais”.<sup>287</sup>

Rossetti e Garibaldi transformaram seu pequeno barco comercial Mazzini em corsário a serviço da República Rio-Grandense. Dessa forma, serviam à causa de liberdade de todos os povos, como apregoara Mazzini ao fundar a *Giovine Europa*, em 1834. No caminho para o sul, atacaram um navio austríaco, com uma carga de café, e trocaram de navio com seus ocupantes, rebatizando a nova embarcação de Farroupilha. É interessante salientar que o

---

<sup>283</sup> Ibid. p. 113.

<sup>284</sup> Aparecem endereçadas a *Farinata Degli Uberti* as cartas de n.º.: I, IV, V, VII e XV. In.: CANDIDO. Op. Cit.

<sup>285</sup> Que era ligado à *Congrega* e tinha pertencido à *Carbonaria*, onde conhecera Mazzini.

<sup>286</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 46.

<sup>287</sup> LEITMAN. Op. Cit. p. 103.

ataque a tal navio não deve ter ocorrido por acaso, dado o forte sentimento antiaustríaco nutrido pelos italianos, já que boa parte do território itálico estava nas mãos desse Império. Rossetti desembarcou no Porto de Maldonado, seguindo para Montevidéu, a fim de se encontrar com Cuneo. Já Garibaldi não teve a mesma sorte: foi pego pela polícia marítima uruguaia, acabando preso na Argentina.<sup>288</sup>

Além de Rossetti, Zambecari e Garibaldi, muitos homens nascidos na Península Itálica vieram para a América e lutaram na Guerra Farroupilha. Em suas cartas a Cuneo, Rossetti cita o nome de muitos italianos ligados à causa rio-grandense: Andrea Rini, Eduardo Mutru, Girolamo Francesco Bastini, Giuseppe Zerboni, Lorenzo Vallesegno, Luigi Nascimbene, Luigi Staderini, Napoleone Castellini, Saettone, Stellato e Sturla, dentre outros. Além daqueles que lutaram no Rio Grande, Rossetti também cita conterrâneos que estavam no Rio de Janeiro ou viviam na região platina e que, em maioria, possuíam ligação com os movimentos *giovini* de Mazzini. Com grande probabilidade, em Montevidéu residiam Amores, Antonini<sup>289</sup>, Calpino, Dodero, Gaetano Gallino, Lombardo, Nallini, Pane, Piccardi, Quinzio e Villavegni. Também, figuram nas cartas de Rossetti os nomes de Cesare Corridi, Giacomo Picasso e Garelli, que, possivelmente, estariam no Rio de Janeiro quando da emissão das cartas.

Rossetti chegou a Jaguarão que, nesse momento, era a capital da República Rio-Grandense, no dia 28 de julho de 1837 e logo partiu para Piratini, como diz em carta a Cuneo.<sup>290</sup> A sua segunda correspondência enviada a Cuneo encontra-se bastante rasurada, mas é possível identificar grande empolgação com a causa farroupilha, notícias sobre a insurreição na Bahia e descrição da imagem de Bento Gonçalves. Ainda, diz que Corte Real e outro nome que não é possível identificar seriam talvez os menos republicanos.<sup>291</sup> A terceira carta também se encontra fragmentada, mas é

<sup>288</sup> Garibaldi relata este dado em suas "Memórias", salientando as torturas que sofrera na prisão. In.: GARIBALDI. Op. Cit. p. 62-67.

<sup>289</sup> Possivelmente, existiram três homens com este sobrenome: Stefano, Giacomo e Paolo, o que fica confuso nas cartas de Rossetti.

<sup>290</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: I, de 28 de julho de 1837. p. 43-44.

<sup>291</sup> Ibid. Carta de n.º.: II, de 3 de agosto de 1837. p. 45-47.

perceptível sua preocupação com Garibaldi, do qual não tinha notícias e desconhecia o paradeiro. Desejava que ele comparecesse o quanto antes para lutar nas fileiras rio-grandenses, dizendo que pediu, provavelmente para Bento, uma nova patente e um grau na marinha republicana para Garibaldi. Além disso, salienta que sua viagem, terminada com sua chegada a Piratini, não teria sido de todo má, porque se livrara, por duas vezes, de quebrar as costelas.<sup>292</sup> Estava, assim, adaptando-se à vivência no Rio Grande ao conhecer o mais famoso meio de transporte sulista: o lombo do cavalo.

Em menos de duas semanas, Rossetti já estaria envolvido de tal forma com a causa farroupilha que, ao relatar a Cuneo sobre manobras militares, fala da “nossa bandeira”.<sup>293</sup> Continua preocupado com o sumiço de Garibaldi, principalmente por que teme a perda de prestígio que procuravam conquistar.<sup>294</sup> Essa busca de prestígio oferece uma indicação da importância que Rossetti delegava à causa farroupilha, bem como pode oferecer indícios do esforço que fazia para inserir-se neste nicho revoltoso sul-americano com vistas a disseminar as ideias de liberdade de todos os povos, diretamente relacionadas com as propostas de Mazzini na *Giovine Europa*. Nesta mesma carta apresenta, de forma bastante clara, a ideia inicial que o italiano teve ao ingressar na luta farroupilha, qual seja, a confluência de ideários. É possível que ele tenha se entusiasmado por ver que o ideal de libertação dos povos, pregado por Mazzini, estava ganhando corpo em região distante do cenário europeu.

É em Piratini que Rossetti conhece os mais influentes líderes da Guerra Farroupilha, como Onofre Pires, Domingos José de Almeida e Corte Real, dentre outros. Relatando sobre o momento de confraternização com as lideranças do movimento, escreve:

O baile que o Governo ofereceu a Onofre e Corte Real foi inteiramente democrático. Todos vestidos com seu uniforme e eu assisti com o meu de marinheiro; foi brilhante e patriótico e não poderia vos dizer o quanto. A meia-noite fomos convidados ao jantar e, na sobremesa, começaram os vivas. Depois que já

---

<sup>292</sup> Ibid. Carta de n.º: III. p. 48. Candido diz que a carta está sem data, mas por seu conteúdo deve ser posterior àquela de 03 de agosto.

<sup>293</sup> Grifo meu. Ibid. Carta de n.º: IV, de 9 de agosto de 1837. p. 49.

<sup>294</sup> Ibid. p. 49.

não éramos muitos, o ministro da Justiça e da Polícia, senhor Antônio Vicente [da Fontoura], que estava ao meu lado, evocou a *Giovine Europa*. Eu respondi evocando a República Rio-Grandense. [...] O Sr. Vicente possui a melhor vontade do mundo e eu lhe desejo o melhor bem possível [...] Ele e Onofre são os únicos que se entendem.<sup>295</sup>

É interessante chamar primeiramente a atenção para o fato de Fontoura ter evocado a *Giovine Europa*, pois demonstra que, ao menos, parte das lideranças do movimento tinha consciência da existência da organização mazziniana. Não apenas isso, mas atentar ao fato de que a organização evocada não foi a *Giovine Italia*, mas aquela cujo objetivo seria o de expandir o ideário republicano para os demais povos não itálicos. Em segundo lugar, percebe-se o tom de apreço que Rossetti designa a Fontoura, que, posteriormente, viria a compor o grupo “minoritário” das lideranças do movimento. Isso poderia invalidar a hipótese de maior aproximação de Rossetti com homens da futura “maioria”, não fosse por duas razões. A primeira porque Rossetti se encontrava havia pouco tempo na Guerra Farroupilha, estando bastante empolgado pela sua percepção inicial. A segunda porque, em seus escritos posteriores, não há relatos sobre alguma relação de proximidade com Fontoura. Por fim, a passagem acima serve para sedimentar a hipótese de que, mesmo tendo as lideranças do movimento se polarizado em dois grupos opostos, “maioria” e “minoría”, as dissidências de pensamento já eram visíveis em momentos bastante anteriores à reunião da Assembleia Constituinte de 1842, já que Rossetti percebeu que Fontoura e Onofre eram os únicos que conseguiam se entender.

Em 14 de agosto, Rossetti expõe a Cuneo a preocupação com a imagem negativa que seus conterrâneos genoveses poderiam ter acerca de sua pessoa, pois leu no jornal *Notícia Marítima*, do Rio de Janeiro, que seu nome constava como pirata que adentrara em território uruguaio.<sup>296</sup> Esclarece, no entanto, que, na visão dos imperiais, Onofre, Neto, Corte Real, Canabarro seriam ladrões, portanto seria natural que os italianos fossem vistos como “piratas”. Pede que Cuneo publique no jornal, possivelmente *El Nacional*, a aprovação de curso que o governo rio-grandense lhes houvera dado, o que

<sup>295</sup> Grifo meu. Ibid. p. 50.

<sup>296</sup> Ibid. Carta de n.º.: V, de 14 de agosto de 1837. p. 51.

poderia ser útil se algo ocorresse a Borel (Garibaldi).<sup>297</sup> Dessa preocupação de Rossetti pode-se inferir sua vontade de, algum dia, retornar à Península Itálica. Mesmo lutando pela causa mazziniana no sul do Brasil, desejava lutar por sua própria *pátria*. Esse sentimento é perceptível na leitura de passagem da carta posterior, de 24 de agosto, em que se mostrou admirado pela bravura com que os soldados farroupilhas lutavam pela causa, o que invejava de certa forma, já que se encontrava distanciado da luta pela unificação da Itália:

Oh! Se soubesse quanta inveja me causam. Se os visses quase nus, descalços e privados de tudo e, no entanto, entusiasmados pela liberdade, querê-la e alcançá-la, sentirias, como eu, descontentamento consigo mesmo. E porque em vez de emigrar nós não buscamos a montanha e fizemos o mesmo que eles?<sup>298</sup>

Nesta mesma carta, Rossetti escreve que Corte Real o teria convidado para acompanhá-lo, provavelmente em marcha para Rio Grande, e que lhe teria dito para preparar-se para o comando da primeira canhoeira que tomassem do inimigo. Pelo tom que se refere a determinada oferta de guerra, demonstra estar pouco motivado. Escreve como se não tivesse alternativa: “Que fazer, portanto? Qualquer que seja o emprego que me será oferecido, qualquer que seja o destino que quiser me dar, a menos que fosse uma coisa impossível e extremamente superior às minhas forças, decidi aceitar”.<sup>299</sup> Assim sendo, não se mostraria tão empolgado com as armas de morte, quanto, futuramente, com aquilo que, pode-se dizer, a “arma das letras”. Talvez, até mesmo não tenha lutado de fato em muitas das batalhas que participou. É certo que não possuía muita experiência com armas de fogo, pois diria no final de uma carta a Cuneo: “Perdi um dente e um pedaço do nariz. Tanto me custa a primeira lição de pistola”.<sup>300</sup>

A correspondência de 8 de setembro demonstra a tentativa de formalizar uma união entre Mazzini e o governo farrapo. Assim, discorre:

Procure [...] se entender com nosso Comitê, pois se Mazzini nos mandasse uma autorização formal para celebrar um tratado com este Governo, ela nos valeria grande prestígio e,

---

<sup>297</sup> Ibid. p. 52.

<sup>298</sup> Ibid. Carta de n.º: VI, de 24 de agosto de 1837. p. 55.

<sup>299</sup> Ibid. p. 55.

<sup>300</sup> Ibid. Carta de n.º: VIII, de 26 de maio de 1838. p. 63.

portanto maior facilidade de ter êxito em tudo isso que nos propomos. Necessitaria, também, que ele nos mandasse cartas patentes, ou ao menos nos autorizasse a dá-las, se não queremos nos expor e ser injuriados como piratas.<sup>301</sup>

Aqui aparece, novamente, a preocupação de Rossetti em ter sua imagem exposta publicamente como pirata. De acordo com Candido, o pedido de cartas de patente havia sido igualmente enviado por Rossetti a Mazzini, em carta de 26 de maio de 1836.<sup>302</sup> Contudo, o que é importante na passagem acima é a tentativa de inserir o próprio Mazzini em contato direto com as lideranças farroupilhas, para facilitar os objetivos à que os italianos se propunham. Não restam, no entanto, documentos que comprovem tal ligação formal, sendo muito provável que a ideia de Rossetti não tenha passado do papel para a ação. No parágrafo anterior da mesma carta, Rossetti cita “o nosso plano”, que não é devidamente esclarecido. Ele seria relativo à propagação do ideário de Mazzini nos meios em que se encontravam (Uruguai e Rio Grande do Sul), mas fica obscuro se já seria referente à ideia da formação da *Giovine Rio-Grande* e da *Giovine Oriental*, que apareceriam claramente em cartas posteriores.

No âmbito tático, Rossetti formula um plano para a fuga de Bento Gonçalves, que ainda se encontrava preso. Uma tentativa de fuga fora tempos antes frustrada, quando Bento ainda estava no Rio de Janeiro. Agora, a distância se ampliava, pois estava retido na Fortaleza do Mar, na Bahia. Visando pôr seu planejamento em prática, Rossetti escreve ao sobrinho de Bento, Ignácio José de Oliveira Guimarães, pedindo seu apoio. Finda a carta, salientando que:

Em todo o que Vossas Senhorias determinarem me honrará muito de obedecê-los, não tanto pelo muito que me merecem, quanto pelo grande afeto que eu tenho ao Ilmo. Sr. Bento e a causa da Humanidade que esse intentou defender. [...] Julgo não será necessário lhe recomendar o segredo, mesmo com toda a parentela dos Senhores Gonçalves.<sup>303</sup>

<sup>301</sup> Ibid. Carta de n°.: VII. p. 56.

<sup>302</sup> Ibid. Rodapé da p. 57.

<sup>303</sup> Carta de 3 de outubro de 1837. CV-8032. Como todas as cartas de Rossetti encontram-se no Maço 51 da CV, daqui para frente se apontará apenas o número do documento.

O plano de Rossetti não foi levado adiante, já que Bento foi libertado com o apoio da maçonaria. Porém, vale ressaltar a ideia do italiano sobre Bento Gonçalves. Acreditava que ele possuía afinidade com seu pensamento, haja vista a frase “causa da Humanidade que tentou defender”. Muitas outras vezes se referiria a Bento com apreço e aproximação. Em carta a Cuneo, de 8 de setembro de 1837, diz: “Esta manhã, tomei um café com o Presidente que me disse, bem determinadamente, que eu o seguirei em todo lugar”.<sup>304</sup> Isso corrobora para a hipótese de que sua aproximação, com o passar do tempo, se dera em maior grau com alguns dos homens que futuramente iriam compor o grupo “majoritário” das lideranças do movimento. Além disso, o pedido de segredo feito a Guimarães demonstra que Rossetti estava se inserindo no “grupo” farroupilha que seria mais ligado a Bento Gonçalves. O italiano começava a delimitar seu espaço no contexto das lideranças do movimento sulista.

De setembro de 1837 até maio de 1838, não restaram mais epístolas de Rossetti para Cuneo. Em parte, isso se explica pela viagem que o primeiro fez para Montevidéu, aonde chega em 31 de dezembro. As incumbências de Rossetti devem ter se dado acerca da aquisição de uma tipografia<sup>305</sup> para a República Rio-Grandense e sobre a contratação de homens para compor a sua marinha.<sup>306</sup> Permanecendo no Uruguai, toma contato com a realidade desse país, que é uma frágil República perante as intenções de Rosas, ditador argentino que desejava dela tomar posse. Rossetti deve ter sido bem acolhido,

---

<sup>304</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n°. VII. p. 59.

<sup>305</sup> Sobre a aquisição da tipografia, destacam-se as seguintes passagens de três cartas para Domingos José de Almeida: “O Tenente [José Maria] Olave me disse que para obter do Governo Oriental a definitiva entrega da Tipografia seria bom que o Presidente pedisse isso a Oribe ou fizesse procuração numa pessoa de sua confiança para poder agenciar este negócio [...] Eu assento que poderia, talvez, obter o todo com uma carta escrita por V. S. a Oribe”. CV. Documento de n°. 8033. Carta de 5 de janeiro de 1838; “[...] Acabo de escrever ao General Lavalleja a respeito da Tipografia. Assim que eu receba alguma contestação lhe comunicarei”. CV. Documento de n°. 8034. Carta de 9 de janeiro de 1838; “[...] O Senhor D. Olave me disse ter-lhe escrito que a respeito da Tipografia devia V. S. Senhoria fazer de maneira que o Senhor Bento Gonçalves a pedisse ao Presidente”. CV. Documento de n°. 8035. Carta de 5 de fevereiro de 1838.

<sup>306</sup> Acerca desta contratação, Rossetti relata a Almeida: “Eu seria pronto para voltar, pois já tenho quase toda a gente, mas, como o senhor D. Feliz Arraga desistisse do negócio do gado, me faltam os meios pecuniários para os fazer seguir. Desejo que os patriotas rio-grandenses se persuadam que não é por minha falta se ainda não estamos na Lagoa hostilizando ao [John Pascoe] Greenfell. Tivesse esta minha a fortuna de o cumprimentar outra vez no ministério. Sou certo que então V. S. tomaria em mais consideração um negócio que sem dúvida, é, nas atuais circunstâncias, da maior importância”. CV. Documento de n°. 8035.

já que em Montevideu se encontrava um grande número de italianos envolvidos na causa da independência uruguaia. Perceberia, assim, o quão importante seria a manutenção de relações com o líder uruguaio Oribe e até mesmo com Rosas, visando o reconhecimento, por parte destes, da República Rio-Grandense. Estando em Montevideu, em carta a Domingos José de Almeida, de 5 de janeiro de 1838, ressalta:

Sem perda de tempo eu enviaria a Oribe uma pessoa revestida de caráter diplomático e lhe faria oferecer aliança, certo de que ele a aceitaria tão mais prontamente, pois o inimigo é certamente comum. Os Caramurus se mostrarão coniventes com Fructus [Frutuoso Rivera] [...] De Fructus nada se pode esperar. Na Banda Oriental ele é absolutamente o chefe do partido retrógrado, antinacional, Caramuru, inglês, tem por conseguinte a fraqueza inerente à falsidade de seus princípios; e os rio-grandenses querendo ser fiéis a doutrina republicana [trecho rasgado] nacional que apregoaram, têm a estrita obrigação de o desprezar mesmo no caso que lhes apresentasse alguma vantagem. O mesmo eu praticaria para com Rosas. O Oribe, a serem verdadeiras as notícias mais recentes, pactuou com Santa Cruz; o qual, d'esta forma, tem agora toda a sua força, de terra e mar, disponível. [...] A nós não importa nem de Rosas nem de Santa Cruz; porém a um e a outro pode muito importar que não lhe sejamos inimigos, por conseguinte talvez não fosse má medida enviar para ambos uma pessoa para tratar.<sup>307</sup>

Note-se que Rossetti vilipendiava Rivera, que possuía íntimas relações com alguns líderes farroupilhas, como Bento Gonçalves, já que houvera lutado nas fileiras do exército imperial brasileiro. Para o italiano, entretanto, ele era o verdadeiro inimigo oriental dos rio-grandenses, enquanto Oribe era o verdadeiro amigo dos farroupilhas. Após relatar sobre boato de que Oribe se “arranjaria” com Frutuoso Rivera, fica desolado:

Oribe, a não ser a pouca ou nenhuma franqueza que houve de nossa parte, era nosso amigo. Ele era farroupilha; eram Caramurus os seus empregados e seu ministério, os membros da Câmara permanente. [...] Se o Senhor General Neto e o Coronel Canabarro não tivessem contestado as suas cartas e não entrasse o Governo em tratados com Lavalleja, posso me enganar, mas me atrevo a dizer que Oribe teria reconhecido, desde muito tempo, a independência do Rio Grande.<sup>308</sup>

<sup>307</sup> Carta de 5 de janeiro de 1838. CV- 8033.

<sup>308</sup> Carta de 5 de fevereiro de 1838. CV-8035.

Como se sabe, Rossetti enganou-se muito com as intenções de Oribe, já que ele mantinha relações secretas com o Império Brasileiro. Ainda em carta de 5 de fevereiro de 1838, Rossetti expõe a Almeida mais um planejamento tático. Versava sobre a possibilidade de o governo republicano adquirir escunas para que, de Montevideu, se armasse um cerco a Rio Grande, tirando a cidade portuária das mãos imperiais e findando a guerra.<sup>309</sup> Como se sabe, os farroupilhas não deram grande atenção à sua ideia, que não passou do papel. Mesmo que Rossetti não cite o nome de Garibaldi, este plano parece ser concomitante com o reencontro dos dois italianos em Montevideu, já que o último – que passara por prisão e torturas em Gualeguay –, após ser libertado, veio com o contrerrâneo para o Rio Grande.<sup>310</sup>

Rossetti mostrava-se empolgado e crente que o ideal republicano se espalhava pela antiga América Portuguesa. No Rio de Janeiro, estaria o filho do rei da França que “[...] regala-se com os obséquios que lhe são ministrados pelo imperador e seu governo; mas, entretanto, que fazem os povos? Preparam em silêncio e mostrando participar, a tão grande regozijo, a própria vingança”.<sup>311</sup> E essa vingança sobre a opressão do Império Brasileiro estava em pauta com levantes que irrompiam em Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas e Bahia.<sup>312</sup>

As cartas acima relatadas foram endereçadas ao ministro Domingos José de Almeida, com o qual Rossetti teve grande aproximação durante sua trajetória em solo rio-grandense, o que é nítido pela forma respeitosa e afetuosa em que se dirige a Almeida nas cartas.<sup>313</sup> Por vezes, manda

---

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 68.

<sup>311</sup> CV-8035. Op. Cit.

<sup>312</sup> Ibid.

<sup>313</sup> Isto é perceptível ao fim das seguintes cartas remetidas a Almeida, quando Rossetti assina: “Mui venerador”. Carta de 5 de janeiro de 1838, CV de n.º. 8033; “Mui venerador e amigo”. Carta de 9 de janeiro de 1838, CV de n.º. 8034; “Seu afeiçoado Venerador”. Carta de 5 de fevereiro de 1838, CV de n.º. 8035; “Criado e Amigo”. Carta de 13 de março de 1839, CV de n.º. 8037; “[...] tenho a honra de ser seu fiel”. Carta de 20 de abril de 1839, CV de n.º. 8038; “Venerador e Amigo Fiel”. Carta de 05 de maio de 1839, CV de n.º. 8039; “Criado e amigo sincero”. Carta de 11 de outubro 1839, CV de n.º. 8043; “Muito Venerador e Obrigado Amigo”. Carta com data ilegível, mas posterior à de 11 de outubro de 1839, CV de n.º. 8044; “ Seu Servidor e amigo fiel”. Carta de 19 de dezembro de 1839, CV de n.º. 8045; “Aceite o coração do seu fiel servidor e amigo”. Carta de 22 de janeiro de 1840, CV de n.º. 8046.

lembranças ou pede notícias da família do Ministro.<sup>314</sup> Domingos José de Almeida era sobrinho de comerciante e filho de moleiro. Nasceu em Minas Gerais, em 9 de julho de 1797, e foi jovem para o Rio de Janeiro tornar-se ajudante de comércio e depois caixeiro-viajante. Negociando mulas, estabeleceu-se na Freguesia de São Francisco de Paula (futura Pelotas) e casou-se com Bernardina, filha de um dos grandes charqueadores da renomada família Rodrigues Barcellos. Ao inserir-se na família prestigiosa, assumiu relevância como homem de negócios e político de destaque.<sup>315</sup> Suas propriedades eram tidas como exemplares em organização, fator que provavelmente tenha colaborado para que galgasse ao cargo de ministro da Fazenda e Interior da República Rio-Grandense. No ano de 1833, viria a ser eleito como major da cavalaria da Guarda Nacional, sendo que, posteriormente, chegou ao cargo de Coronel. Ainda acabaria por ser eleito como deputado da Província Rio-Grandense, em função da sua ligação aos provincianos liberais.<sup>316</sup> Além disso, foi um dos homens presentes na reunião da casa maçônica Philantropia e Liberdade, no dia 18 de setembro de 1835. Almeida era tido como um dos homens mais cultos da Província, possuindo uma vasta biblioteca, a qual o próprio Rossetti demonstrou afimco em ampliar quando, estando no Distrito de Lages, escreveu: “Apanhamos uma porção de obras inglesas, que, logo que houver ocasião, farei o dever de enviar-lhe para o aumento de sua Biblioteca”.<sup>317</sup> Anteriormente, demonstraria essa mesma preocupação quando escrevera, a partir de Laguna, que ofertaria todas as obras que Castellini lhe houvera trazido de Montevideu para a biblioteca de Almeida. Salaria que as doações seriam de todas as obras de Laménais e o “*Espirit des Lois*” de Montesquieu, com anotações de Thieres.<sup>318</sup> Por dizer que as julgou “interessantíssimas”, pode-se conceber estes pensadores como alguns daqueles que, além de Mazzini, influenciaram a formação do ideário particular do italiano.

---

<sup>314</sup> Cartas: CV-8038 (20 de abril de 1839), CV-8041 (14 de julho de 1839), CV-8043 (11 de outubro de 1839), CV-8044 (com data ilegível, mas posterior à de 11 de outubro de 1839 e CV-8045 (19 de dezembro de 1839).

<sup>315</sup> MENEGAT. Op. Cit. p. 52.

<sup>316</sup> Ibid. p. 52-53.

<sup>317</sup> Carta de 19 de dezembro de 1839. CV-8045.

<sup>318</sup> Carta de n.º: VIII, de 11 de outubro de 1839. CV-8043.

Foi a aproximação de Rossetti com Domingos José de Almeida, que planejava editar um periódico oficial da República Rio-Grandense, que lhe propiciaria, naquele ano de 1838, engajar-se no jornalismo farroupilha. A primeira vez que menciona a incumbência de redigir um jornal é expressa em carta a Cuneo, no dia 26 de maio de 1838.<sup>319</sup> Imbuído da preocupação em instrumentalizar-se de conhecimentos necessários à confecção do periódico, solicita que Cuneo lhe envie livros, pois diz que o único que encontrou foi de Millot.<sup>320</sup> O pedido de livros seria constante em outras epístolas.<sup>321</sup> Ainda, requer a Cuneo que escreva a Corridi<sup>322</sup> para que ele venha a se unir a ele. Diz que cederia voluntariamente ao italiano seu lugar na redação, que aponta ter anteriormente sido oferecida ao próprio Cuneo. Caso Corridi aceitasse tal função, Rossetti crê que acompanharia um enviado farroupilha aos Estados Unidos, na qualidade de seu secretário. Entretanto, indica que o primeiro número do jornal já estaria no “forno”, pois diz a Cuneo que lhe enviaria um exemplar dele e do “Prospecto” para que opinasse em qual sentido deveriam ir seus escritos. Dessa forma, salienta: “Não querem que se enuncie nem a ideia de uma ditadura, dada necessidade de sustentar os decretos ditatoriais, sem falar da suprema autoridade que nada menos exercita o Presidente. [...] farei o possível para contentá-lo”.<sup>323</sup> Por causa disto, o tal “Prospecto”, saído da pena do próprio Cuneo, teria sido cortado “quase pela metade”.<sup>324</sup> Além de ter ciência destas “limitações” inicialmente impostas ao seu trabalho de redator, Rossetti demonstra preocupação com o desígnio de um revisor para seus textos, ressaltando que ficaria com a redação somente se o escolhido lhe

<sup>319</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de 26 de maio de 1838. p. 61.

<sup>320</sup> De acordo com Candido, esta obra talvez se referisse ao francês jesuíta Abbé Claude-François Xavier Millot, que teria aparecido em Paris, entre 1819 e 1820 com o título *Oeuvres de l'abbé Millot... continuées par M.M. Millon, Delisle de Sales etc.* Seriam 12 volumes de História Geral. In.: CANDIDO, Op. Cit. p. 60-61.

<sup>321</sup> Cartas de n.º.: VIII, de 26 de maio de 1838. p. 60; IX, sucessiva a de 26 de maio de 1838. p. 66; X, anterior a 12 de junho de 1838. p. 68; XII, de 18 de julho de 1838. p. 73; XV, de 30 de agosto de 1838. p. 82 e 84; XVII, de setembro de 1838. p. 91; XXII, de 19 de janeiro de 1839. p. 109; XVII, de 14 de março de 1839. p. 133.

<sup>322</sup> Existem poucas informações precisas sobre Cesare Corridi. Segundo Candido, seria um personagem de primeira importância na *Congrega da Giovine Italia* do Rio de Janeiro e na publicação do jornal desta organização mazziniana, de nome *La Giovine Italia*, no qual publicaria seus artigos com o pseudônimo de Pietro Carnesecchi. Essa experiência no ramo de imprensa explica o pedido de Rossetti a Cuneo. In.: CANDIDO. Op. Cit. p. 176.

<sup>323</sup> Ibid. Carta n.º.: VIII. p. 61.

<sup>324</sup> Rossetti reitera esta modificação na carta de n.º.: X, provavelmente anterior a 12 de junho. Ibid. p. 68.

agradasse. Caso contrário, seguiria Garibaldi na marinha.<sup>325</sup> Entende-se, portanto, que, mesmo inicialmente minimizando tais limitações e preocupações, Rossetti já teria a ideia de que algo entre a teoria e a prática política não estaria em total confluência naquela República. Mas ele devia ter suas esperanças de poder acrescentar algo de seu ideário naquela guerra. Veria sua estada no Rio Grande como parte de sua “missão” como um dos “homens do Progresso”, expressão que usa em frase referindo-se a Nascimbene.<sup>326</sup>

Deve-se atentar para o alto grau de importância que Rossetti delegava aos jornais, pois eles serviriam para o cumprimento dessa “missão”. Seriam a “voz” pela qual disseminariam o ideário mazziniano de “liberdade, igualdade e humanidade”, a “arma branca” para a conscientização do povo acerca do ideal nacional. Assim, regozija-se ao saber da fundação do Jornal *El Iniciador*, de cuja publicação Cuneo participava em Montevideu: “Uma voz que defenderá a Humanidade e propagará os princípios do dever e do progresso”.<sup>327</sup> Nessas poucas palavras, Rossetti resume grande parte do pensamento de Mazzini e se percebe o quanto suas próprias ideias estavam embebidas no romantismo mazziniano.

Anteriormente, em março, havia pedido a Cuneo que, “em nome da Itália”, se unisse a ele no Rio Grande: “Com vós aqui, seremos mais seguros de conseguir isto que tanto é necessário aos nossos fins”.<sup>328</sup> Esses “fins”, no entanto, não parecem estar diretamente relacionados à Itália, mas em ir ao encontro da orientação mazziniana após a criação da *Giovine Europa*, em 1834. Prestando-se atenção ao pedido de Rossetti, se perceberá que a “missão” de todo italiano, patriota nos moldes de Mazzini, seria a de lutar pela liberdade dos povos oprimidos em escala mundial, expandindo o ideário republicano e democrático. Desta forma, Rossetti e Cuneo buscariam lograr

<sup>325</sup> Ibid. Carta n.º.: VIII. p. 61.

<sup>326</sup> Ibid. p. 63. Luigi Nascimbene aparece nas cartas de Rossetti como negociante e intermediário entre o governo da República Rio-Grandense e seus fornecedores platinos. Recentemente, foi lançada uma versão ilustrada de um livro por ele escrito e conhecido como a primeira história editada sobre a Guerra Farroupilha (na Itália em 1873). De acordo com Carlos Roberto da Costa Leite: “Encontra-se registrada, nas páginas do jornal *O Povo*, a participação de Nascimbene em negociações financeiras durante a Guerra dos Farrapos, dentro do período de 1838 a 1839, nas seguintes edições do periódico: 14ª, 16ª, 20ª, 21ª, 25ª, 43ª.” In.: NASCIMBENE, Luigi. Op. Cit. p. 68.

<sup>327</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: X. p. 67-68.

<sup>328</sup> Ibid. Carta de n.º.: IX, sucessiva a 26 de maio de 1838. p. 64.

este objetivo, não apenas pela imprensa, mas tentando colocar em prática, em solo rio-grandense e uruguaio, duas organizações de moldes diretamente mazzinianos: a *Giovine Rio-Grande* e a *Giovine Oriental*.

Referindo-se a fundação da *Giovine Rio-Grande*, Rossetti diz que Corte Real teria prometido instaurá-la, mas, ao invés disso, juntamente com Paulino<sup>329</sup>, teriam instituído a associação Tupinambá, cuja autoria pareceria ser de Zambeccari. Pede que Cuneo escreva a ele, pois receia que sua ideia proposta “[...] para o bem da América do Sul, aqui não se dirigiria mais que alimentar uma guerra civil, pois se quer suscitar um partido contra Bento Gonçalves, talvez em favor de Bento Manoel”.<sup>330</sup> Essa questão é bastante intrigante, já que não existem documentos que comprovem a existência da Tupinambá. Talvez houvesse um plano para sua criação, mas igualmente não restam documentos que o comprovem. Importante é destacar a preocupação que Rossetti demonstra para com Bento Gonçalves, o que reitera ainda mais sua aproximação com o Presidente.

Em 18 de julho, refere-se à *Giovine Rio-Grande* com mais ânimo: “Não instalamos ainda a *Giovine Rio-Grande*; entretanto, o cunhado do Presidente [...] se ocupa com assiduidade e me prometeu que escolheria todas as pessoas mais distintas da República”.<sup>331</sup> No fim de agosto, diz esperançoso:

Aqui não tardaremos de ter o Comitê da *Giovine Rio-Grande*. O Presidente será naturalmente Almeida. Seria preciso que você procurasse organizar a *Giovine Oriental*, porque, deste modo, conseguiremos mais facilmente unir os dois povos, que agora pouco simpatizam.<sup>332</sup>

Duas coisas merecem destaque. A primeira é a certeza com que Rossetti aponta Almeida para presidir a futura organização, o que reforça a ideia de sua aproximação e estima pelo Ministro. Depois, a ligação entre a *Giovine Rio-Grande* e a *Giovine Oriental*, que demonstra a preocupação de unir duas populações tão próximas geograficamente, mas tão distantes no âmbito de relações políticas. Isso sugere a “fraternidade” entre os povos, apregoada

---

<sup>329</sup> Poderia ser Paulino da Fontoura, mas Rossetti diz que é irmão de tal Sebastiano.

<sup>330</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: IX. p. 65.

<sup>331</sup> Ibid. Carta de n.º.: XII. p. 74.

<sup>332</sup> Ibid. Carta de n.º.: XV. de 30 de agosto de 1838. p. 83.

por Mazzini. Porém, não há documentos conhecidos que comprovem a real formação destas organizações, sendo mais provável que não tenham saído do papel, já que, em cartas posteriores, Rossetti não mais se refere a elas.

Dentre vários assuntos, na carta de 12 de junho, Rossetti fala que estaria sendo impresso o “Manifesto”.<sup>333</sup> Ele seria o conhecido “Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes”, de 29 de agosto de 1838. Foi o primeiro manifesto assinado por Bento Gonçalves após sair da prisão e ascender ao cargo de Presidente da República. O “Manifesto” também foi assinado por Domingos José de Almeida, mas Rossetti conta a Cuneo quais foram as mãos que o escreveram. Inicialmente, sua redação teria saído da pena de Antônio Manoel Correa da Câmara, que o italiano chama de “aristocrático no fundo da alma”.<sup>334</sup> Depois, teria sido encarregado, da nova redação, Francisco de Sá Brito, que deixara escapar de sua boca a frase: “Governo democrático não se pode estabilizar onde não existe aristocracia”.<sup>335</sup> Rossetti se irrita com tal pensamento e diz a Cuneo:

Veja com que homens se precisa conviver. E é uma ilustração do País, um juiz de Direito, um dos quais é tido aqui como ‘sabe-tudo’. [...] Preste atenção que tal bestialidade falou não só a mim, mas a sustentou também a Almeida. Almeida quis castigá-lo, por assim dizer, a porradas; mas que se faz? Precisa marchar a passo de formiga. Quem quisesse lhe atacar diretamente, não se faria nada.<sup>336</sup>

Rossetti já demonstra incomodar-se com o fato de a Guerra Farroupilha não ser tão “libertária” quanto acreditava quando chegou ao Rio Grande. Até mesmo com a atitude de Bento Gonçalves fica espantado, mas isso não iria diminuir o tom de apreço com o qual a ele se refere nas cartas posteriores. Comenta uma opinião severa e depreciativa de Almeida ao pensamento de Brito. Entretanto, seriam impasses que, como já anteriormente dito, iriam se agudizar à medida que o movimento se aproximava de seu desfecho. Não é apenas a reprovação de Rossetti que fornece indícios da importância que ele vai adquirindo no movimento farroupilha. Em 30 de julho, diz a Cuneo que Almeida teria lhe dado o “Manifesto” para que ele o revisasse,

---

<sup>333</sup> Ibid. Carta de n°.: XI. p. 70.

<sup>334</sup> Ibid. Carta de n°.: XIII. p. 76.

<sup>335</sup> Ibid. p. 77.

<sup>336</sup> Ibid. p. 77.

sendo que o achou tão cheio de anomalias que seria indigno do objetivo ao qual se designava.<sup>337</sup> Posteriormente, reitera sua participação na finalização do documento, relatando a Cuneo que tinha “[...] orgulho de lhe dizer que a mim devem obrigação de ter impedido que saísse péssimo. [...] Aceitaram as minhas observações e tenho a satisfação de ver que outros também as acharam justas”.<sup>338</sup>

Rossetti era um homem intelectualmente culto e bem informado e, com esses dotes raros no Rio Grande à época, é bastante compreensível que fosse consultado para dar sua opinião acerca de um documento tão importante quanto o “Manifesto de 1838”. Analisando-se tal documento, não se pode associar alguma influência direta de Rossetti no texto. Muitas vezes são citadas palavras como “povo” e “leis da humanidade”, que eram muito comuns nos escritos de Mazzini e nos artigos posteriores de Rossetti no jornal *O Povo*, mas, como foram termos correntes naqueles tempos, não se pode afirmar que tenham sido inseridos no texto a partir da citada “correção” de Rossetti. Ainda assim, existe uma parte do “Manifesto” que, talvez, fosse ali colocada pela revisão do italiano. Quando o documento cita a utilização da imprensa pelos imperiais, salienta: “Eles a degradam de sua nobre missão transformando-a em veículo impuro de injuriosos ditos, grosseiras inventivas e difamante impropério”.<sup>339</sup> O vocábulo “missão” pode indicar uma presença do ideário mazziniano no “Manifesto”.<sup>340</sup> Mas tal documento não deve ter grande influência de Rossetti, pois seu conteúdo voltou-se a explicar os fatores que originaram a Guerra Farroupilha como única saída possível aos rio-grandenses, vilipendiados pela opressão do governo imperial. Rossetti não concordava com tal explicação localista da eclosão do movimento, visto que acreditava ser um reflexo daquilo que estaria ocorrendo a todos os povos do mesmo período.<sup>341</sup> Essa era uma clara alusão ao pensamento de Mazzini, que

---

<sup>337</sup> Ibid. p. 76.

<sup>338</sup> Ibid. Carta de n.º.: XV, sucessiva a de 30 de julho de 1838. p. 82.

<sup>339</sup> CDBGS. Op. Cit. Documento de n.º.: 420. p. 286.

<sup>340</sup> Ainda, sobre o ofício do jornalista, Cuneo apresentou ideia semelhante à de Rossetti em seu artigo “Prospecto”: “O ofício do jornalista hoje em dia, por culpa de muitos, suspeito e merecidamente em parte infamado, é ofício santíssimo quando exercido retamente, e se não desvia da sublime e luminosa carreira que os novos destinos da humanidade lhes confia. [...] O jornalista enfim para não ser inferior, nem à sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente - *Educador*”. *O Povo*, n.º.: 1, de 1º de setembro de 1839. p. 1-2.

<sup>341</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXV, de 7 de fevereiro de 1839. p. 119-120.

acreditava em um “novo tempo” de levantes populares, pós-contexto da Revolução Francesa.

Não há como negar que a Guerra Farroupilha estava inserida na ampla conjuntura de insurreições do século XIX, principalmente no que tange aos processos de independências americanas. Todavia, como demonstrado no capítulo anterior, o caso farroupilha possuía íntima ligação com o contexto brasileiro, cujas raízes remontam à vinda da família real portuguesa para o Brasil e à forma governativa que foi se organizando no país. Rossetti, imbuído de seu romantismo mazziniano, não conseguiu aceitar tamanha relação do movimento farroupilha com o contexto brasileiro e superdimensionou o “espírito” insurrecional farroupilha.

Mesmo possuindo ressalvas acerca do “Manifesto de 1838”, o italiano recomenda a Cuneo que o insira no *El Nacional*, pois “Convém dar ao mesmo a maior publicidade”.<sup>342</sup> Ainda no sentido de buscar fora do Rio Grande pontos de apoio para a República, pede a Cuneo que escreva ao deputado Ottoni, líder da oposição no parlamento do Rio de Janeiro, enviando-lhe cópia do “Manifesto” e das “Leis”.<sup>343</sup> Rossetti diz que ele seria jovem e republicano, podendo ser de grande utilidade.<sup>344</sup> Reitera o pedido em uma segunda carta que escreve no mesmo dia<sup>345</sup>, já que “[...] ele poderá nos manter informados de tudo que se passa na capital do Império e ele, mais que todos os outros, pode fazê-lo porque é, como vos disse, a cabeça da oposição”.<sup>346</sup> Na Coleção Varela não há cartas de Ottoni, mas na publicação de número 45 d’*O Povo* é exposto um pedido para que o redator do periódico publicasse um artigo referente à situação da Bahia, especificamente acerca das “[...] violências do Exmo. Sr. Thomas Xavier e de várias outras autoridades”.<sup>347</sup> Esse pedido é finalizado com palavras: “Sou seu venerador e assinante – T. B. Ottoni”.<sup>348</sup> Apesar da

<sup>342</sup> Ibid. Carta de n.º.: XVII, de 30 de agosto de 1838 (II). p. 87.

<sup>343</sup> Menciona, na mesma carta, que estaria mandando cópia da Legislação do Governo Rio-Grandense, pois poderia servir para publicá-lo no *El Nacional*. Infelizmente, não se conseguiu descobrir de qual legislação estaria se referindo.

<sup>344</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de número XV, de 30 de agosto de 1838. p. 84-85.

<sup>345</sup> Em pé de página, Candido menciona que “a frequência da correspondência dependia, também, da data de partida dos mensageiros”. p. 87.

<sup>346</sup> Ibid. p. 87.

<sup>347</sup> *O Povo*, n.º.: 45, de 2 de fevereiro de 1839. p. 3.

<sup>348</sup> Referente a Teófilo Benedito Ottoni.

falta de cartas de sua autoria na Coleção Varela, essa passagem das páginas d'O Povo é um indício de que Ottoni deve ter possuído relações com os farroupilhas, ou, ao menos, teve apreço pela causa rio-grandense.

Voltando à tipografia, Rossetti diz que ela já teria sido adquirida e em poucos dias sairia o primeiro número do jornal.<sup>349</sup> Congratula-se por ter recebido do Presidente Bento o título de Primeiro-Tenente da Marinha e diz que Almeida quer que ele redija o periódico.<sup>350</sup> Todavia, já tinha mencionado que parte das lideranças farroupilhas não queria que fosse expressa a ideia de “ditadura” e por isso o “Prospecto”, escrito por Cuneo, sofrera modificações. Ressalta, também, que aquilo que vinha escrevendo não lhe agradava, mas agradava aos outros.<sup>351</sup> Em julho evidenciam-se ainda mais os descompassos entre seu ideário e o de parte das lideranças do movimento, quando relata:

A publicação do jornal está novamente suspensa. Dizer-lhe os motivos seria coisa muito longa. Vos basta que um dos principais [motivos] é que se teme a propagação de princípios democráticos. Ficaria surpreso como eu mesmo fiquei, mas tal é verdade. Não é nem o Presidente, nem Almeida que tem tais medos ou que levantam tais dúvidas, não por certo. Mas certos homens mesquinhos, os quais não se omitem de contrabalançar, com grave prejuízo da Nação, a ação do Governo. Ocupo, entretanto, o emprego de Diretor dos trabalhos tipográficos.<sup>352</sup>

A passagem acima traz à tona elementos riquíssimos, que merecem ser analisados com cuidado. Ademais, Rossetti escreve sobre o retorno à situação de suspensão da impressão do jornal. Isso se daria por “certos homens” temerem a propagação de “princípios democráticos”. O tal impasse não deve ter sido de fácil resolução, haja vista que a aquisição da tipografia foi anunciada por Rossetti a Cuneo, no mês de junho, e apenas em setembro sairia o primeiro número do periódico. No entanto, o italiano esclarece que não seriam nem Almeida nem Bento Gonçalves tais homens, reforçando mais uma vez a hipótese de maior aproximação com os líderes que, futuramente, comporiam o grupo da “maioria” farroupilha. Não obstante, tais percepções de Rossetti podem não condizer totalmente com a realidade, mas o importante é

<sup>349</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: X, anterior ao dia 12 de junho de 1838. p. 68.

<sup>350</sup> Ibid. Carta de n.º.: XI, de 12 de junho de 1838. p. 69-70.

<sup>351</sup> Ibid. Carta de n.º.: X. p. 68.

<sup>352</sup> Ibid. Carta de n.º.: XIII, de 30 de julho de 1838. p. 76.

salientar sua preocupação com os prejuízos que esses homens geravam às ações do governo republicano. Mesmo tendo em vista os cargos de altíssimo escalão que Almeida e Bento ocupavam, para que se viabilizasse a continuidade do movimento, teriam que encontrar formas de contentar diferentes interesses, visando minimizar possíveis tensões que viessem a ocorrer.

Enfim, em setembro de 1838, Rossetti começou a exercer seu papel de maior destaque na Guerra Farroupilha, ou seja, o de redator do jornal *O Povo*. Foi o primeiro periódico publicado depois da proclamação da República Rio-Grandense, iniciando suas funções, com sede em Piratini, de 1º de setembro de 1838 a 06 de março de 1839.<sup>353</sup> O jornal transferiu-se para Caçapava, com a mudança da capital da República, continuando a ser editado até 22 de maio de 1840.<sup>354</sup> Era bissemanal, circulando às quartas-feiras e aos sábados, quando não havia interrupção devido a circunstâncias da guerra. Durou mais tempo e teve mais números de edições publicadas do que o jornal farroupilha anterior, *O Mensageiro*, que tivera pouco mais de um ano de atividade, entre 22 de abril de 1835 e 3 de maio de 1836.

*O Povo* se autointitulava “Jornal Político, Literário e Ministerial da República Riograndense”, inserindo a frase na primeira página de suas edições. Dessa maneira, apresentava uma mescla de artigos que atacavam o Império Brasileiro, de notícias diversas do Rio Grande, de manifestos, de proclamações e de prestação de contas públicas. Na prática, portanto, misturava o objetivo de ser noticioso com o de órgão oficial da República. No anseio de encontrar formas de expressão para seus concidadãos, o conteúdo dos manifestos cambiava de sentido, com maior ou menor grau de entusiasmo, se viesse ou não assinado pelo remetente. Com *O Povo* buscava-se sedimentar a nova República ao ser dado um caráter público às ações e ao discurso dos farroupilhas. Institucionalizava-se, desta forma, o movimento em si, objetivando legitimá-lo frente ao Império Brasileiro. É importante salientar que, mesmo só podendo ser lido por pessoas alfabetizadas, o jornal acabava

---

<sup>353</sup> *O Povo*, n.º.: 45.

<sup>354</sup> *Ibid.* n.º.: 160.

atingindo a massa iletrada devido aos comentários que se propagavam boca a boca a partir daqueles que se encontravam de posse das informações.

Além das cartas a Cuneo, Garibaldi confirma o nome de Rossetti como redator d'O Povo. Em suas “Memórias” lembra que, enquanto se encarregava do armamento de dois lanchões na Barra do Camaquã, “Rossetti tinha ficado em Piratiny, incumbido da redação do jornal O Povo”.<sup>355</sup> Mesmo com ideias mais democráticas do que parte das lideranças farroupilhas gostaria, sendo considerado culto para a época, não é de se estranhar a incumbência dada a Rossetti como redator d'O Povo. O italiano aceitou o cargo, mesmo ciente das limitações impostas ao periódico, pois acreditava poder divulgar seu ideário. Além disso, exercer o jornalismo permitia que continuasse sua formação estudantil, como escreveu a Cuneo:

Vós sabeis que desde que vivo na América não tive nem tempo nem vontade de aplicar-me, e que, por consequência, necessita que eu possa, por assim dizer, principiar novamente meus estudos. [...] Estudarei escrevendo e se tu me auxiliares [...] tenho esperança de continuar com o empenho contratado.<sup>356</sup>

Salvatore Candido expressa achar comovente este ato de humildade de um homem que parece ter feito estudos universitários em Gênova.<sup>357</sup> Além da possibilidade de adquirir conhecimentos, o cargo de editor lhe proporcionava ter em mãos um meio de comunicação que facilitasse a propagação da “causa” que defendia. Demonstrava, ainda, a preocupação de receber conselhos de Cuneo, que o impedissem de desviar-se de seu caminho, dado o meio bastante complicado em que se encontrava para propagação do republicanismo de Mazzini.<sup>358</sup>

Desde o início da atividade de Rossetti como redator, percebe-se a inserção do ideário mazziniano n'O Povo, já que este apresenta como divisa “Liberdade – Igualdade – Humanidade”, o famoso lema da Revolução Francesa, com o último termo “fraternidade” trocado por “humanidade”, como fizera Mazzini. Apenas pela divisa não é possível concluir que o jornal estaria

<sup>355</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 73.

<sup>356</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n°. XVII, de setembro de 1838. p. 91.

<sup>357</sup> Ibid. p. 91.

<sup>358</sup> Ibid. p. 90.

sendo influenciado diretamente pelo ideário mazziniano, pois como já se pôde perceber, existiam muitas forças em jogo dentre as lideranças do movimento farroupilha, o que inviabilizava a propagação aberta de conteúdo plenamente republicano e democrático.

Gerou polêmica no meio historiográfico o dístico que aparecia na primeira página das edições d'O Povo, que era parte de um artigo editado no jornal *Giovine Italia* de Mazzini: “O poder que dirige a revolução, deve preparar os ânimos dos cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria. Joven Itália, Vol. V”.<sup>359</sup> Segundo Moacyr Flores, esta nota de abertura provocou uma série de confusões nas interpretações historiográficas sobre o ideário farroupilha, fazendo muitos historiadores acreditarem que O Povo seria orientado segundo o viés do jornal da *Giovine Italia*.<sup>360</sup> O interessante é ter-se o conhecimento acerca da origem de tal dístico. De acordo com Salvatore Candido, essa frase foi retirada do artigo intitulado “Do governo de um povo em revolta para conseguir a liberdade”<sup>361</sup>, assinado por “Cammillo”, pseudônimo do velho *carbonaro* Filippo Buonarroti (1761-1837), que se encontrava exilado na França. Tais escritos foram publicados no fascículo V do jornal *Giovine Italia*, mas Mazzini não concordava com seu conteúdo integral, colocando uma nota ao final do artigo:

Nós consentimos em todas as ideias que o artigo exprime menos uma, que admite entre os modos do poderio revolucionário a ditadura de um. A opinião da Ditadura, onde prevaleça na Itália, dará poder ilimitado, facilidade de usurpação, e talvez a coroa ao primeiro soldado que a fortuna destinará a vencer uma batalha.<sup>362</sup>

Para Mazzini, portanto, a liberdade de expressão e a soberania popular em hipótese alguma deveriam ser deixadas de lado. No presente trabalho, não se conhece o conteúdo integral do artigo de Buonarrotti, mas a negativa veemente de Mazzini contra a ideia de ditadura expõe adaptações que Rossetti precisou fazer para atuar n'O Povo. Anteriormente, foi visto que,

<sup>359</sup> Nota que apareceu na primeira página das publicações do O Povo, até o final de sua edição.

<sup>360</sup> FLORES. Op.Cit. p. 56-57.

<sup>361</sup> “Del governo di un popolo in rivolta per conseguire la libertà”.

<sup>362</sup> Jornal *Giovine Italia*, vol. V. p. 46. Apud. CANDIDO, Salvatore. Op. Cit. p. 81.

em carta a Cuneo, ele dissera que os farroupilhas (sem nomear quem) não queriam que nem mesmo fosse citada a ideia de ditadura. Entende-se que isso se devia ao fato de que o governo republicano farroupilha possuía práticas políticas bastante ditatoriais, mas as explicavam pelos desígnios do contexto de guerra, no qual os confrontos militares com o Império impediam a sedimentação e plena organização do regime republicano em solo rio-grandense. Assim, há uma grande diferença entre o pensamento de Mazzini e o de parte dos líderes farroupilhas. O primeiro vetava a ideia de ditadura, mas o governo farrapo apenas não queria que se expressasse essa ideia n'O Povo, apesar de manter uma postura administrativa ditatorial.

Rossetti fez uso de um artigo de Cuneo para a primeira página da primeira edição d'O Povo, mas como ele dissera ao amigo, precisou modificar o texto. O “Prospecto” é iniciado com parte do acima citado artigo de Buonarrotti. É provável que, a parte publicada no O Povo, seja exatamente aquela repudiada por Mazzini:

Para chegar da tirania à Liberdade, é mister valer-se de medidas incompatíveis com a Liberdade regular e permanente. Aquele tempo de trânsito não pode ser de liberdade. O poder que governa a Revolução tem que ser essencialmente a força livre de qualquer vínculo e superior a todo o obstáculo. Querer governar a época tumultuosa da revolução, com as regras conservadoras do regime definitivo, seria o mesmo que avaliar a paz com a guerra.<sup>363</sup>

Essa parte claramente deve ter ficado ao gosto de alguns líderes farroupilhas e é impressionante como expressa, de forma habilidosa, uma ideia querendo dizendo outra. Ou seja, possui um tom de real impossibilidade de governar com participação popular em uma situação de guerra, mas em verdade quer impor a forma sectária em que se encontrava o poder nas mãos das lideranças farroupilhas. É possível que Rossetti tenha publicado esta passagem do artigo, na primeira edição do O Povo, por servir de resposta às críticas dos jornais imperiais acerca da falta de democracia na República Rio-Grandense. Ao destacar a “época tumultuosa da revolução” como razão para a “falta de democracia”, o artigo desviava a culpa dos farroupilhas,

---

<sup>363</sup> O Povo, n.º: 1, de 1º de setembro de 1838. p. 1.

responsabilizando o Império por tais medidas ditatoriais que, em verdade, iam ao encontro dos objetivos de parte das lideranças do movimento.

Após a citação acima descrita, o restante do artigo n'O Povo segue a mesma linha de raciocínio, que diz ser regente dos "princípios que guiarão a redação do jornal", salientando:

Devemos nos identificar com o poder que rege a guerra e tentar todos os meios lícitos para lhe adquirir maior probabilidade de uma decisiva vitória. Procurar com todas as nossas forças propagar entre o Povo doutrinas essencialmente democráticas, sendo aquelas das quais depende a salvação e a felicidade da República. Tal é a missão que a nossa consciência imperiosamente nos ordena nas circunstâncias. Quem se opor a outro fim além deste, teria a nosso ver mal concebido o espírito de uma guerra de insurreição. [...] Seria importuno, e perigoso instituir uma censura contra um Governo que está lutando para conquistar a independência da Nação, e que para consegui-la, não pode, nem deve sem faltar ao ministério para o qual foi estabelecido deixar de valer-se de tudo o que estiver ao seu alcance; pois quando se trata dos destinos da Pátria, qualquer meio é santo, qualquer arma, empunhada pelo valoroso que se oferece vítima consagrada, é abençoada de Deus, que somente concede a palma da vitória aos que insurgem firmemente resolvidos a obtê-la.<sup>364</sup>

A passagem acima mescla o pensamento de Mazzini com os interesses das lideranças farroupilhas e, por não se conhecer o texto integral escrito por Cuneo, é difícil mensurar quais as partes que foram suprimidas ou modificadas. Aparentemente, a redação ficou bastante ao gosto das lideranças do movimento, apaziguando algumas preocupações que surgiram dentre alguns destes líderes acerca do rumo que tomaria o jornal. Note-se que se fala em um período de falta de liberdade, o que maquia o contexto em que se encontrava a governança farroupilha, que, na prática, beirava uma ditadura. Naquele momento, não havia um projeto de constituição a ser votado, nem mesmo eleições para os cargos públicos. A própria escolha de Bento Gonçalves para a Presidência se deu a partir de uma cúpula de poder do movimento e não pelo voto popular. Além disso, aparece a frase "doutrinas essencialmente democráticas" no texto de Cuneo, mas deve-se manter atenção nesta passagem, visto que existia uma diferença entre o pensamento

---

<sup>364</sup> Ibid. p. 1.

do italiano mazziniano, sobre a ideia de democracia e o das lideranças farroupilhas ou parte delas.

O artigo diz apresentar os princípios que guiariam o periódico, mas também possui um tom doutrinador ao indicar ao leitor como deveria proceder para ser um “bom republicano”, por assim dizer, e aceitar os desígnios do governo farrapo, que estaria fazendo o melhor para seus “cidadãos” em um contexto tenso da guerra contra o Império. A situação, realmente, não era tranquila para a estabilização do sistema republicano, mas ao se analisar o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, vê-se que o conceito de cidadania não se estende ao todo, já que a participação popular nas estâncias governamentais não se mostrou diretamente compatível com o pensamento de parte das lideranças farroupilhas. Isso é perceptível ao analisarmos o 7º capítulo, acerca das eleições:

Art. 89. A nomeação dos Senadores para a Assembleia Geral [...] se fará por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias dos distritos os eleitores, e estes os Senadores. A nomeação dos Deputados será feita por eleição direta do povo. Art. 90. A eleição dos Conselheiros de Estado será também indireta como a dos Senadores, mas em uma lista tríplice, sobre a qual o Presidente do Estado escolherá o terço na totalidade da lista. [...] Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais: [...] 3. Os criados de servir [...] 6. Os que não sabem ler nem escrever. 7. Os que não tiverem de renda anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. Art. 93. Os que não podem votar nas assembleias paroquiais não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma Autoridade eletiva nacional ou local.<sup>365</sup>

Da mesma forma, em decreto publicado n'O Povo, em 12 de fevereiro de 1840, acerca das instruções para as eleições Assembleia Constituinte e Legislativa, já aparecia no artigo 4º:

Que todos os que podem ser Eleitores são hábeis para serem Deputados [...] excetuando todavia os que não tiverem de renda mínima líquida anual a quantia de trezentos mil réis por bens, indústria ou emprego; os Libertos; os criminosos pronunciados em querela ou devassa; os estrangeiros ainda

---

<sup>365</sup> Projeto de Constituição da República Rio-Grandense. Op. Cit. p. 10.

que sejam naturalizados; e os que não professarem a Religião Católica Apostólica Romana.<sup>366</sup>

A partir desta ampla gama de exclusões e ressalvas quanto à possibilidade de votar e se eleger no processo eleitoral, pode-se presumir que a República passa a significar, no contexto farroupilha, uma “democracia elitista”, contraposta à visão de Mazzini de uma “democracia direta e popular”. Dessa maneira, é nitidamente perceptível o distanciamento entre a compreensão de “povo” de Mazzini e a de parte das lideranças farroupilhas. Enquanto para o primeiro a República deveria ser construída a partir de uma ativa e atuante participação da população, o pensamento de parte dos líderes farroupilhas não era compatível com o do italiano, visto que se preocupava em “[...] representar seus interesses em nível de Estado e que os corporificava num conjunto de normas – a Constituição – e que, assim, dava base de legitimidade ao governo”.<sup>367</sup>

O “Prospecto” de Cuneo, ainda ressalta o direito de “[...] excluir de nossas colunas qualquer correspondência, ou comunicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas”.<sup>368</sup> Deste modo, o texto fala em democracia, mas reprova possíveis censuras contra o governo farroupilha. Vê-se no direito de censurar aqueles pontos de vista que se distanciavam de seu pensamento, indo de encontro ao ideário democrático de liberdade de expressão. É claro que se deve ter em mente que nem toda população rio-grandense tinha aderido à República e que O Povo possuía, dentre outros, o objetivo de angariar mais adeptos à causa farroupilha, sendo lógico que isso não se daria em proporção considerável se em suas páginas aparecessem críticas ao movimento. Apenas se salientou tal passagem do artigo para mostrar as incongruências que aparecem não só no referido texto, mas em muitos números d'O Povo.

O “Prospecto” em si, como se pôde perceber, possui elementos interessantes para a análise das adaptações que o ideário mazziniano teve de sofrer para adequar-se a realidade rio-grandense. Mas, em especial, existe

---

<sup>366</sup> O Povo, n°.: 141. p. 2.

<sup>367</sup> PESAVENTO. Op. Cit. p. 18.

<sup>368</sup> O Povo, n°.: 1. p. 1.

uma parte de suma importância para se compreender o que os italianos objetivavam com o ofício de jornalistas:

Aquele que se propõe a escrever para um Povo, e mais particularmente para um Povo que está para surgir à nova vida, tem que assumir o caráter do sacerdócio; e para que a voz dele soe venerada e cara entre as multidões, deve como a do intérprete de Deus, ser forte, pura e solene. O jornalista enfim para não ser inferior, nem à sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente – *Educador*.<sup>369</sup>

A educação do povo era crucial para Mazzini e, desta maneira, a passagem do “Prospecto” de Cuneo mostra-se embebida em seu ideário. Além disso, vai à total confluência com o que Rossetti esperava d'O Povo. Educar os leitores, educar para uma ideia de união, de formação de uma nação, de entendimento acerca do quanto um governo republicano superaria o antigo modelo monárquico e de quanto o povo deveria estar inserido na governança, através do conhecimento dos seus direitos e, mais ainda, dos seus deveres. Já dizia Mazzini: “Sem Educação Nacional, não existe moralmente Nação. A consciência nacional não pode sair senão daquela”.<sup>370</sup> Rossetti teve a mesma preocupação de Mazzini que, ao falar do periódico *Giovine Italia*, ressaltou seu caráter informativo e educativo.<sup>371</sup>

A intenção de educar a população era compartilhada por Domingos José de Almeida, o líder farroupilha que mais se esforçou para a aquisição de uma tipografia para a República Rio-Grandense. Em 27 de julho de 1839, expediu uma Circular, endereçada ao já citado Inácio José de Oliveira Guimarães, onde escreveu:

Fui informado por dois professores de primeiras letras de que o número de seus alunos se tem há dias consideravelmente enfraquecido por causa de avisos dados a seus pais e tutores de que o governo com o fim aparente de promover a instrução pública aleivosamente os reunia para em tempo dado fazer-lhes sentar praça nos Corpos de 1ª Linha, embora não tenham os anos da lei. Para dissipar esse prejuízo, de propósito inculcado por nossos inimigos para não aproveitar aquela salutar providência, cujos resultados a favor da Nação nunca foram entendidos pelo Governo do *Brasil* e por outros, que, como ele, firmam a base da tirania na ignorância dos povos, manda o

<sup>369</sup> Grifado no original. Ibid. p. 2.

<sup>370</sup> MAZZINI, 1952. Op Cit. p. 389

<sup>371</sup> MAZZINI, 1976. Op. Cit. “Da *Giovine Italia*”. p. 90.

mesmo Governo declarar-lhe que os alunos, depois de matriculados em quaisquer das aulas nacionais do estado e que as frequentem com proveito, estão isentos não só do recrutamento para a primeira linha, como ainda da Guarda Nacional e do serviço da polícia dos distritos; do que V. S<sup>a</sup>. dar-se-á por entendido e fará observar na parte que lhe toca.<sup>372</sup>

Lendo-se tal documento ficam mais claros os motivos de aproximação entre Rossetti e Almeida, pois, ao menos neste aspecto crucial, seu pensamento confluía. Por esta manifestação, entende-se, também, por que Rossetti afirmou a Cuneo que Almeida não temia a disseminação das ideias democráticas, haja vista que importava-se com a educação da população, o que seria considerado perigoso para muitos, pois um povo instruído aprende a pensar e escolher o caminho que melhor lhe convir. Note-se que tal documento não se constituiu de um manifesto ou de uma proclamação, mas de uma ordem enviada ao Chefe de Polícia do Departamento do Boqueirão. Sua finalidade, portanto, é digna de louvor, pois dado o contexto da época, é uma ação salutar primar pela educação em vez de angariar soldados para as fileiras de guerra. Almeida sabia da importância de um país de população instruída e criticava os governos que “firmam a base da tirania na ignorância dos povos”. Nesse ponto, entender-se-ia bem com o ideário de Mazzini.

Rossetti, por sua vez, de maneira bastante realista, compreendia que, para alcançar a finalidade da educação popular, O Povo deveria conter assuntos triviais, mas necessários, pois se o periódico tivesse um tom totalmente doutrinário, não seria lido pelo público que se propunha a atingir.<sup>373</sup> Em carta a Cuneo, desanimava-se por ter de compor artigos de “encomenda”, o que achava fatigante.<sup>374</sup> Esses artigos de “encomenda” eram “Necrologia” e “Bahia”, sendo o primeiro publicado logo abaixo do “Prospecto” de Cuneo e o segundo no nº 2 d'O Povo. “Necrologia” fala da morte do septuagenário Francisco Xavier Ferreira, preso em 15 de junho de 1836, em Porto Alegre. Com discurso entusiasmado, Rossetti exalta a figura de Ferreira e culpa os imperiais por não prestarem a atenção médica devida ao prisioneiro de quase setenta anos, que teria vindo a falecer. Mesmo sendo um texto de

---

<sup>372</sup> Grifado no original. AAHRGS. Op. Cit. Vol. 2. CV-322. p. 250.

<sup>373</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de nº.: XVII, de setembro de 1838. p. 91.

<sup>374</sup> Ibid. p. 90.

“encomenda”, ele permite que se vá percebendo os traços característicos da pena do italiano. As palavras “Pátria”, “Nação”, “Cidadão”, “Povo”, “Liberdade”, “Humanidade” e “Deus”, dentre outras, aparecem em letra maiúscula, demonstrando o grau de importância que Rossetti lhes delegava. Apesar de o artigo ser necrológico, apresenta passagens claramente mazzinianas:

Dois Meirinhos e quatro Permanentes para acompanhar um velho de setenta anos em agonia? E Deus não vos envolverá na sua cólera? E o Povo que vossa barbárie desonra deixará ainda para um só momento nas vossas mãos seu poder? Ah! Não. Pode tardar, mas o dia virá em que ele se desperte. Consequistes adormecer esse Povo, contudo não esperai que vossos crimes fiquem sempre impunes.<sup>375</sup>

Rossetti fala de um dia em que o povo haveria de se despertar contra a tirania imperial. Fica a dúvida se ele estaria se referindo à população rio-grandense e brasileira, que estava ao lado do Império, ou, algo pouco provável, que sua frase seria uma crítica “disfarçada” à parte das lideranças farroupilhas que não era totalmente adepta do sistema republicano.

Ao final do artigo, conclama os rio-grandenses à causa revoltosa:

E vós, Rio-Grandenses, aproveitai as lições que com estes fatos vos dão vossos tiranos! Não desperdiçai no silêncio inúteis gemidos: não derramareis lágrimas sobre as pedras que encobrem as cinzas de vossos mártires! Afiai vossas armas! Vingai os ultrajes; e escutai o grito que do fundo de seu túmulo eles vos mandarão. Nós principiamos – acabai-vos a obra santa!<sup>376</sup>

Afinal, a quem se referiria Rossetti ao dizer “nós principiamos” ao falar da obra que julga “santa”? Alude aos farroupilhas em armas contra o poderio imperial, mas, ao dizer “nós”, vê-se o quanto já estaria sentindo-se parte daquela luta. É claro que não se pode deixar de lado o fato de ser uma linguagem jornalística e que tal periódico tinha o intuito de parecer diretamente saído do governo republicano, razão pela qual os artigos, em grande parte, não eram assinados. Não obstante, o tom da citada passagem lembra muito aquele dos escritos de Mazzini, demonstrando que Rossetti se via cumprindo sua “missão” de divulgar o republicanismo no meio rio-grandense.

---

<sup>375</sup> O Povo, n.º.: 1. p. 3.

<sup>376</sup> Ibid. p. 4.

O segundo artigo de “encomenda” escrito por Rossetti foi intitulado apenas “Bahia”. Pouco extenso, ocupou apenas uma parte de uma das duas colunas da página 4 do n.º 2 d'O Povo. Fala sobre a revolta iniciada em 7 de novembro de 1837, na Bahia<sup>377</sup>, que acabara malograda. Mas ressalta que “A Bahia sucumbiu! Porém não sucumbiram os Baianos”.<sup>378</sup> Diz acreditar que uma nova insurreição baiana surgiria contra a “infame facção lusitana que assola a terra de Vera Cruz” e assegura que os farroupilhas iriam a seu socorro.

A próxima carta que restou de Rossetti foi endereçada a Cuneo, no dia 17 de outubro de 1839, e, antes desse período, n'O Povo, de 15 de setembro de 1838, aparece um artigo intitulado “O Povo! O Povo! – *Joven Italia*”. Nas cartas, Rossetti não menciona o artigo e, portanto, não se pôde apurar em qual edição teria sido publicado no periódico *Giovine Italia* de Mazzini. Faz-se importante prestar atenção no tom do texto:

Não é nem a imperfeição, nem o atraso que se nota no povo [...] Por um infame egoísmo de classe se quiseram eternizar os privilégios, atenuou-se friamente a igualdade que se preconizava e a Liberdade foi vendida ao Poder que dirigia as consciências e os votos. [...] A ignorância então, a credulidade e as paixões todas que tanto hipocritamente se lastimam no Povo são necessárias para que a feia aristocracia o possa conservar de baixo de seu jugo, para que ele possa tirar proveito de suas desgraças. Eis o verdadeiro motivo porque não se quer conceder ao Povo uma mais ampla Liberdade; eis porque se quer eternizar o erro e a cegueira humana; e nós estamos convencidos que não todos os nossos Leitores serão desconformes de nossa opinião.<sup>379</sup>

Encontrar tais escritos mazzinianos publicados nas páginas d'O Povo é esclarecedor acerca da contradição que existia entre o discurso e a prática das lideranças farroupilhas. É muito provável que, a exemplo de Almeida, havia homens inseridos na cúpula de poder farrapo que acreditavam na instrução popular, o que, conseqüentemente, corroboraria para uma população menos manipulável. No entanto, a ampla gama de exclusões nos processos eleitorais da República Rio-Grandense, apresentada mais acima, comprova que tal sistema de governo não incluía as bases populares em sua visão de

---

<sup>377</sup> Referente à Sabinada.

<sup>378</sup> O Povo, n.º: 2, de 05 de setembro de 1838. p. 4.

<sup>379</sup> Ibid. n.º: 5, de 15 de setembro de 1838. p. 4.

democracia. Como o artigo acima expõe, de maneira bastante realista, nem todos os leitores deveriam discordar de tais ideias.

O artigo “O Povo! O Povo!” continua na edição de número 6 e apresenta uma visão interessante acerca da figura feminina:

E a mulher, esta metade do gênero humano, a mãe de nossos filhos e de nós mesmos, a companheira incansável de nossas desventuras e deleite de nossa vida, como foi tratada? Reduzida a vil escrava; a *mártir da Sociedade*; a ver prostituído e objeto, já não sabe distinguir a chama divina espiritual e eterna do amor que devia acender da física ligeira imperceptível material do *prazer* ao qual infamemente vós a tendes apenas educado.<sup>380</sup>

Com discurso semelhante, escritos posteriores do próprio Rossetti n'O Povo salientariam:

Oh! Se as mulheres despidas finalmente das frivolidades que as ocupam entendessem sua verdadeira vocação social, e esquecendo de uma vez todos os vícios de uma educação que as degrada, compreendessem qual foi a missão que Deus lhes confiou, quantos bens poderiam derramar sobre a Humanidade!<sup>381</sup>

Mazzini delegava um valor crucial às mulheres como primeiras educadoras da vida humana. Mas não apenas esse seria seu papel, pois elas faziam parte do povo e, assim como os homens, teriam o direito de participação ativa na decisão sobre os rumos a serem tomados na nação à qual pertenciam. No contexto da Guerra Farroupilha, muitas mulheres acabaram por tomar as rédeas dos negócios de sua família enquanto os homens estavam em combate. Contudo, esse fato não promoveu a ascensão feminina aos postos de poder político da sociedade rio-grandense da época, visto que o próprio direito ao voto somente lhes foi permitido no século subsequente. Por conseguinte, pode-se presumir que tais ideias, expressas nas páginas d'O Povo, soaram um pouco dissonantes a muitos de seus leitores.

No número 7 do periódico farroupilha encontra-se, mais uma vez, um artigo da pena de Cuneo, intitulado “A Legalidade”. De modo semelhante ao

<sup>380</sup> Grifado no original. Ibid. n.º.: 6, de 19 de setembro de 1838. p. 4.

<sup>381</sup> Ibid. n.º.: 36, de 2 de janeiro de 1839. p. 4.

texto “O Povo! O Povo!”, ressalta a soberania popular: “Em que funda-se a vossa pretendida Legalidade! Um poder não é legítimo senão quando reúne o voto de todos.”.<sup>382</sup> A “Legalidade”, por conseguinte, teria direta relação com a ativa participação da população no poder; com o “espírito da Democracia”, que proviria do povo, o “intérprete de Deus” na Terra.<sup>383</sup> É perceptível que, de forma análoga a Rossetti, Cuneo via a onda revolucionária partindo da Europa e disseminando-se pela América. Neste sentido, estariam prestando um nobre serviço à “causa da humanidade” de Mazzini, pois, em sua visão, se encontravam no centro de tais acontecimentos do Novo Mundo e seu ofício de jornalistas lhes permitia disseminar as “novas ideias” de República e democracia nos contextos platino e rio-grandense.

Apesar dos percalços sofridos com líderes que não compartilhavam suas ideias, no caso d'O Povo, alguns leitores enviavam “correspondências” que eram publicadas em algumas de suas edições. Em 10 de dezembro de 1838, por exemplo, um leitor finaliza uma “correspondência”, pedindo sua publicação e elogiando o serviço do redator:

Queira, Sr. Redator, se lhe parecer que merece publicidade, manifestar este pequeno produto de uma lucubração pelo que, além de V. M. fazer um serviço a nossa cara Pátria, lhe ficará grato um seu Patrício. Republicano de Coração.<sup>384</sup>

É evidente que as cartas a serem publicadas n'O Povo eram escolhidas a dedo e que muitas outras deveriam conter críticas a tal redação. Mas aquelas cartas de conteúdo semelhante ao do “Republicano de Coração” deveriam dar a Rossetti a certeza de estar cumprindo sua “missão” mazziniana no Rio Grande do Sul.

A função de jornalistas permitia a Rossetti e Cuneo destacarem-se nos centros de poder em que estavam inseridos. Isso fez com que Rossetti vislumbrasse um “progresso gigantesco” para sua “associação”.<sup>385</sup> Não se sabe ao certo se Rossetti estaria mencionando os movimentos *giovini* de Mazzini, aos quais eram associados, ou a sua tentativa anterior de formação da *Giovine*

<sup>382</sup> Grifado no original. Ibid. n.º.: 7, de 22 de setembro de 1838. p. 5.

<sup>383</sup> Ibid. p. 5-6.

<sup>384</sup> Ibid. n.º.: 32, de 10 de dezembro de 1838. p. 4.

<sup>385</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XIX, de 17 de outubro de 1838. p. 95.

*Rio-Grande*. O que se pode perceber é que tal esperança de progresso da associação refere-se à aproximação que adquire com José Mariano de Mattos e Antônio de Sousa Neto, ambos ligados a Bento Gonçalves e, futuramente, membros do grupo “majoritário” das lideranças do movimento. Sobre Neto, ainda ressalta que este seria “nosso irmão”.<sup>386</sup> O termo “irmão” era utilizado para designar os membros associados aos movimentos mazzinianos, mas não restam documentos que comprovem uma ligação formal de Neto com eles. Provavelmente, Rossetti sentia uma confluência entre suas ideias e as de Neto<sup>387</sup> e tenha usado tal frase para expressar essa ligação. Na mesma carta a Cuneo, Rossetti ainda salienta que se gabava, pois recebera ofícios do governo republicano e via que em tudo, seguiram seus conselhos.<sup>388</sup> Se Rossetti era ouvido ou não, é difícil mensurar. Essa sua percepção pode ser fantasiosa, mas traz à tona o contato que possuía com parte das lideranças do movimento, o que possibilitava abertura para que expusesse seus conselhos. Essa abertura é fundamental para que se compreenda o papel de Rossetti no contexto farroupilha.

Não tardaria, contudo, que Rossetti novamente se queixasse para Cuneo de erros na revisão de seus textos n’*O Povo*.<sup>389</sup> Não há como saber a qual artigo Rossetti estaria falando, pois Salvatore Candido diz que, no periódico do dia 15 ao final do mês de dezembro, só haveria um pequeno artigo de título “Porto Alegre”.<sup>390</sup> Averiguando tal artigo, não se encontram elementos comuns à pena de Rossetti, permanecendo um ponto de interrogação acerca do texto a que se refeririam suas queixas ao amigo em Montevideú. Como ele diz que “não retomaria a redação”, tal artigo não deve ter sido publicado. Em seu lugar, relata que estaria pensando em escrever outro periódico de título *O Republicano* e que teria falado com Almeida, que aprovara seu projeto.

---

<sup>386</sup> Ibid. p. 95. Posteriormente, em carta do dia 7 de fevereiro de 1839, ficaria feliz com o bom relacionamento que Cuneo estaria desenvolvendo com Mattos. Ibid. p. 118.

<sup>387</sup> Vale ressaltar que Neto foi um dos generais farroupilhas que deu liberdade aos seus escravos ao fim da Guerra.

<sup>388</sup> CANDIDO.Op. Cit. p. 95.

<sup>389</sup> Ibid. Carta de n°.: XX, de dezembro de 1838. p. 99.

<sup>390</sup> Ibid. rodapé da p. 99. O artigo referido foi publicado n’*O Povo*, n°.: 35, de 29 de dezembro de 1838. p. 4.

Dois artigos de Rossetti foram publicados em 2 de janeiro de 1839 n'O Povo. O primeiro, que fora encomendado por Almeida<sup>391</sup>, não possui título e fala de oitenta polacos que chegaram às terras sulistas, contratados para lutar nas fileiras imperiais. O italiano questiona os conterrâneos do Velho Mundo: "Os heróis da liberdade europeia, os cavaleiros errantes das revoluções populares, os irmãos dos Liberais Italianos e Alemães, viriam hoje combater contra uma Nação, que se levantou para fazer cessar o jugo que pesa sobre si?".<sup>392</sup> Neste tom conciliador e enaltecedor dos pretensos "inimigos" dos farrapos, o italiano visou atingir a consciência de tais homens e aliciá-los à causa farroupilha. O outro artigo de Rossetti, presente neste jornal de 2 de janeiro, é curiosamente publicado como se fosse uma carta remetida de um leitor para a redação do periódico. Em tal texto, como anteriormente mencionado, Rossetti critica a educação dada às mulheres, que não deveriam servir apenas para os prazeres dos homens e para os serviços domésticos.<sup>393</sup>

Anteriormente à publicação de tais artigos, data do mês de dezembro de 1838 a única carta remetida por Almeida a Rossetti, a qual restou para a posteridade:

Querido Rossetti [...] te faço a presente para dizer que tenho recebido as suas últimas [cartas], inclusive as comunicações. Ao seu patrício Carline dei 30 patações [...] esta classe de gente não é mui fácil de contentar-se. Os Srs. Engenheiro e Artilheiro têm tido um procedimento que se não compadece com os defensores de princípios, cuidam que nadamos em ouro. Não é fácil encontrar muitos Zambecaris, Rossettis e Garibaldis. Se não chegares por estes oito dias serei extenso então. Minha menina mais velha está à morte; eu desesperado e com um peso de trabalho superior às minhas forças; e vós e outros a quererem que eu arrebente!!! Enfim, cumpramos o fado. Saudades a Cuneo, a Castellini, e tu recebe o coração do Teu (ass.) Almeida.<sup>394</sup>

Essa correspondência apresenta ricos dados. Primeiramente, percebe-se que a relação de afeto e proximidade que Rossetti parece delegar a Almeida se demonstra recíproca. A carta se distancia, e muito, de um tom oficial. Inicia-se com a saudação: "Querido Rossetti" e finda com "Teu Almeida". Ao se

<sup>391</sup> Ibid. p. 99.

<sup>392</sup> O Povo, n°. 36, de 2 de janeiro de 1839. p. 3.

<sup>393</sup> Ibid. p. 4.

<sup>394</sup> AAHRGS. Op. Cit. Vol. 2. CV-272. Carta de 10 de dezembro de 1838. p. 222-223.

analisar o epistolário de Almeida, nota-se que o ministro era bastante afetuoso com seus familiares e amigos, como Bento Gonçalves, por exemplo, e que a carta que envia a Rossetti possui um de seus tons mais afetivos. A proximidade entre os dois fica ainda mais nítida com o relato de que a filha de Almeida estaria à beira da morte. Esses casos, nos termos utilizados na carta, não se contam às pessoas com as quais não se tenha uma relação informal de afinidade. Não obstante, faz uma crítica leve a Rossetti, ao dizer que era um dos que queria que ele “arrebentasse”, provavelmente pela quantidade de atenção que o italiano devia pedir-lhe. Por fim, atente-se ao fato crucial de enaltecer Rossetti, Zambecari e Garibaldi, demonstrando a alta conta que eles atingiram, ao menos para parte das lideranças do movimento. E, não por acaso, esse elogio vem após falar de indivíduos que acreditavam que a República “nadava em ouro”, o que é mais um indício de que, não permanecendo no meio farroupilha com o intuito de enriquecer, Rossetti estaria preocupado em difundir a causa mazziniana da humanidade.

A partir de janeiro de 1839, Rossetti demonstra-se cada vez menos estimulado e escreveu a Cuneo, acerca da intenção de abandonar O Povo e criar um novo periódico que se intitularia O Jornal da República, destinado à política, ciência e indústria.<sup>395</sup> Seu desânimo era tamanho que afirmou:

Eu faço quanto posso, mas muitas vezes sou constrangido a confessar, a mim mesmo, que eu prego no deserto. Corridi, então, me é necessário. Nós escreveremos um jornal nosso independente e propagaremos as doutrinas e os princípios que professamos.<sup>396</sup>

É nítido o desestímulo do italiano com as limitações e confrontos que vai encontrando entre seu ideário e aquele de parte das lideranças farroupilhas. Sua intenção de montar um periódico com o conterrâneo Corridi, onde pudesse expressar livremente as ideias mazzinianas, denota o quanto essa missão doutrinadora lhe era cara.

Na mesma carta em que expressa seus desgostos a Cuneo, Rossetti diz que teria escrito duas proclamações do Presidente Bento Gonçalves e um

---

<sup>395</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º: XXI, de 17 de janeiro de 1839. p. 102.

<sup>396</sup> Ibid. Carta de n.º: XXII, de 19 de janeiro de 1839. p. 105.

artigo que vinha pensando sobre a América e o contexto brasileiro.<sup>397</sup> Essas duas proclamações foram publicadas no número 38 d'O Povo, sendo bastante curtas. A primeira reitera os esforços despendidos pelo governo da República Rio-Grandense em três anos de administração e a segunda expressa um agradecimento ao povo de Piratini, devido à transferência da capital para Caçapava.<sup>398</sup> O interessante de se salientar não é o conteúdo de tais proclamações, mas o fato de Rossetti tê-las escrito, já que se tratam de documentos oficiais assinados pelo Presidente da República.

Em um número anterior d'O Povo foi publicado um “Comunicado”, escrito por Rossetti. Ele merece atenção, pois indica elementos que geraram equívocos no meio historiográfico. O texto possui a seguinte passagem:

A um simples golpe de vista se patenteia o despotismo atroz e tirânico que oprime o malfadado Brasil: as simpatias que nos merece esta desditosa Nação, de que outrora fizemos parte; sua tendência da guerra que simultaneamente nos fazem detestáveis e torpes Lusitanos, sobre tudo a íntima convicção que [...] é a feliz época em que o **laço Federal** com indissolúvel nos ligará todo Continente brasileiro [...].<sup>399</sup>

É sobre essa ideia de “federação” ou “ligação” entre as Províncias brasileiras que se deve prestar curiosa atenção, pois aparece em muitos documentos farroupilhas. É importante ater-se aos já citados “Manifesto de 29 de agosto de 1838” e “Projeto de Constituição da República Rio-Grandense”. No primeiro texto, está escrito:

Perdidas, pois, as esperanças de concluírem com o Governo de Sua Majestade Imperial uma conciliação fundada nos princípios de justiça universal, os rio-grandenses reunidos às suas municipalidades solenemente proclamaram e juraram a sua independência política debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos, todavia, a **federarem-se** [grifo meu] quando nisso se acorde às Províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema. Bem penetrados da justiça de sua santa causa, confiando primeiro que tudo no favor do juiz supremo das nações, eles têm jurado por esse mesmo supremo juiz, por sua honra, por tudo que lhes é mais caro, não aceitar do Governo do **Brasil** [grifado no original] uma paz

<sup>397</sup> Ibid. p. 105.

<sup>398</sup> O Povo, n.º.: 38, de 9 de janeiro de 1839. p. 1.

<sup>399</sup> Grifo meu. Ibid. n.º.: 37, de 5 de janeiro de 1839. p. 3.

ignominiosa que possa desmentir a sua soberania e independência.<sup>400</sup>

Já o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense salienta:

Art. 1º - A República do Rio Grande é a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses. Eles formam uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outro laço de união, ou **federação**, que se oponha à independência de seu regime interno.<sup>401</sup>

Em um olhar apressado, poder-se-ia pensar que tais documentos destoassem entre si, ou que entre o período de publicação de um e outro – de 1838 a 1843 – houvesse uma grande modificação do pensamento das lideranças farroupilhas no que tange à ideia de manutenção de sua soberania interna. Porém, faz-se importante compreender o significado que o termo “federação” possuía no contexto farroupilha. Quando se dá a independência do Rio Grande, Moacyr Flores ressalta que:

Nesta época predomina a corrente que deseja formar uma nova nação, totalmente independente do Brasil, oriunda do exagero da corrente federalista, que no século passado, atribuía à federação um sentido mais amplo de independência administrativa, que hoje está mais restrita pela ideia de autonomia administrativa.<sup>402</sup>

Com a proclamação da independência pelos farroupilhas, iniciava-se um momento de busca de formação e consolidação de um novo país e, como Flores apontou, a ideia de “federação” não era vista pelos agentes históricos do período de maneira análoga ao sentido que lhe delegamos na atualidade.

O “Manifesto de 29 de agosto de 1838” e o “Projeto de Constituição da República Rio-Grandense” não possuíam ideias destoantes. Não houvera, por parte das lideranças farroupilhas, uma clara discussão acerca do federalismo e, devido a este fato, alguns autores acreditaram que, neste ponto, as ideias de Mazzini seriam incongruentes com as dos farroupilhas. O próprio Flores expressou: “O ‘Risorgimento’ com seu espírito revolucionário, pode ter entusiasmado os farroupilhas, mas seu objetivo de estado unitário era contrário

---

<sup>400</sup> CDBGS. Op. Cit. Documento de n.º.: 420, de 29 de agosto de 1838. p. 290.

<sup>401</sup> Grifo meu. Projeto de Constituição da República Rio-Grandense. Op. Cit. Título I: Da República do Rio Grande, seu Território, seu Governo e Religião. p. 1.

<sup>402</sup> FLORES. Op. Cit. p. 93.

à doutrina federalista dos rio-grandenses”.<sup>403</sup> De maneira semelhante, Eduardo Scheidt ressaltou:

Para contentar os líderes rio-grandenses, Rossetti é obrigado à modificar algumas concepções de parte das ideias de Mazzini, como no caso do federalismo. [...] o fundador da ‘Jovem Itália’ era partidário da unidade italiana, criticando as propostas de federalismo. Neste sentido, a nação estava diretamente vinculada à unidade, enquanto as propostas federalistas eram criticadas por serem formas de enfraquecer os governos nacionais.<sup>404</sup>

Ambos os historiadores não estariam errados se olhassem apenas para o pensamento de Mazzini relativo à associação *Giovine Italia* e se o sentido de “federação” dos farroupilhas fosse análogo ao dos dias atuais. Quando Mazzini estava voltado apenas para a questão interna da Península Itálica, foi contra a ideia de “federação” propriamente dita. Neste momento, o território itálico estava dividido em pequenos Estados em desunião: Reino Sardo-Piemontês, Reino Lombardo-Veneziano, Reino das Duas Sicílias, Estados Pontificais e Ducados de Parma, Módena e Toscana. Um governo de cunho federalista soava, para Mazzini, como uma perpetuação da desunião peninsular. Entretanto, quando fundou a *Giovine Europa*, em 1834, seu objetivo central foi o de expandir o ideário republicano pela Europa. Se a República fosse instaurada em larga escala, as regiões subjugadas pelos grandes impérios, bem como estes mesmos transformados em repúblicas, formariam uma união de Estados independentes, ligados por laços de auxílio mútuo, o que deveria ter o sentido atual de uma “confederação”. Por estas ideias de Mazzini, atualmente, comumente pode-se ter notícia de discursos de líderes políticos europeus citando seu nome como “pai” da atual União Europeia.

Entendido isso, deve-se retornar a ideia que o termo “federação” possuía no contexto farroupilha. Dada a ambigüidade e pouca clareza de sentido em que aparece nos textos dos insurgentes rio-grandenses, é bastante provável que, com o transcorrer da guerra, o termo “federação” possa ter adquirido significado semelhante àquele de Mazzini, ou seja, de uma “confederação”. Aparece em textos farroupilhas a ideia de ligação com as

---

<sup>403</sup> Ibid. p. 49.

<sup>404</sup> SCHEITD. Op. Cit. p. 139.

demais províncias brasileiras que viessem a se dissociar do Império, bem como com a região platina. Contudo, esses laços se dariam de forma a unir estes novos Estados em um projeto semelhante de desenvolvimento e de trocas mútuas, mas resguardaria a independência política de todas as partes desta “(con)federação”. O próprio Rossetti, em um de seus poucos artigos assinados n'O Povo, usa o termo “confederação” ao dirigir-se às Províncias brasileiras: “Uni-vos à nós. A **confederação** das repúblicas brasileiras é altamente reclamada pelas circunstâncias do país e pelas exigências da América, pelos interesses do mundo em geral”.<sup>405</sup> E, estando em Laguna, Rossetti escreve a Almeida utilizando o mesmo tom:

Vejo com imensa satisfação que a política exterior do gabinete vai seguindo melhor caminho. [...] agora estou esperançado, que deste ano o Império haja de desistir de sua inútil teima. Esforce-se, contudo, para que seja celebrado o tratado de **confederação** com a República Catarinense, e faça de modo que nele intervenha o Presidente Fructo [Rivera]. Só assim poderíamos fixar os destinos futuros do Brasil e cobrir de glória a república que V. Exa. governa.<sup>406</sup>

À “federação” de viés “confederativo” é associada a ideia de liberdade, vinculada ao objetivo dos farroupilhas, que estariam abrindo portas para a expansão, à outras províncias, de um processo de independência do Império Brasileiro. Isso foi colocado na prática no caso da República Juliana, fundada em Laguna em julho de 1839. Em fins de agosto de 1839 foi publicado n'O Povo, uma “Cópia do Circular que o comandante d'Avanguarda da Divisão auxiliadora dirigido a diversos Cidadãos Catarinenses ao internar-se no seu território”.<sup>407</sup> Em tal “Circular”, está escrito:

Secundando o passo pelos Rio-Grandenses, dado em 20 de setembro de 1835, proclamando a Independência de vosso país, não penseis, Srs., que nisso afetais os interesses do Brasil, do solo sagrado dos Brasileiros: pois que a República Rio-Grandense, conscienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos Brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto apreço que a **Federação** dos Estados seus irmãos; a quem negando toda ingerência, e intervenção nos seus negócios particulares, protesta prestar-lhes seus

<sup>405</sup> Grifo meu. O Povo, n.º.º 42, de 23 de janeiro de 1839. p. 171.

<sup>406</sup> Grifo meu. Carta de 22 de janeiro de 1840. CV-8046.

<sup>407</sup> O Povo, n.º.: 97, de 31 de agosto de 1839. p. 1.

braços, sua fortuna, e seus guerreiros para facilitar-lhes os meios de reaverem a Liberdade perdida.<sup>408</sup>

Tal documento foi assinado por Joaquim Teixeira Nunes, mas há indícios de que tenha sido escrito por Rossetti, que agradece em carta a Almeida as correções que o ministro farroupilha teria se dignado a fazer acerca de documentos oficiais expedidos pelo Governo Juliano, mas de seu fabrico. Assim, expõe: “Todos os Decretos que até agora promulgou o governo são igualmente produção minha”.<sup>409</sup> O próprio estilo do texto da “Circular” lembra Rossetti, ao salientar a “honrosa missão” dos farroupilhas. De todas as passagens saídas da pena do italiano, esta é a que denota mais claramente que a palavra “federação” não estava indo de encontro dos preceitos de Mazzini, pois seu real sentido seria o de uma união “confederativa” entre as Repúblicas Rio-Grandense e Juliana. Isso é evidente, pois, ao enviar seus soldados à Província Catarinense, os farroupilhas mantiveram a soberania governativa do povo catarinense. Portanto, comprova-se que Rossetti teve de se adaptar em muitas circunstâncias ao contexto farroupilha, mas na questão da ideia de “(con)federação”, não necessitou alterar seu ideário.

Antes de ocupar cargo destacado em Laguna, Rossetti passou por percalços que o desestimularam em seu ofício de redator d'O Povo. No número 41 do periódico, teve início um artigo de título “O Brasil em 1839”<sup>410</sup>, de autoria de Antônio Manoel Correa da Câmara, com o qual Rossetti tivera desentendimentos acerca da escrita do “Manifesto de 1838”. Além de não concordar com as palavras de Câmara, o italiano ficou indignado com o ataque proferido à juventude italiana:

Assim, apelastes à juventude, a quem atribuístes a experiência que não sobeja aos velhos [...] fostes servis imitadores de um punhado de loucos, que na França, como na Itália pretenderam [...] regenerar o Mundo, substituindo as Faixas infantis aos calções.<sup>411</sup>

<sup>408</sup> Grifo meu. Ibid. n.º.: 97, de 31 de agosto de 1839. p. 1.

<sup>409</sup> Carta de 1º de outubro de 1839. CV-8042.

<sup>410</sup> O Povo, n.º.: 41, de 19 de janeiro de 1839. p. 1-3.

<sup>411</sup> Ibid. p. 3.

Não é difícil mensurar o nível de ira que Rossetti atingiu com tais provocações de Câmara, às quais, possivelmente, deveram-se aos desentendimentos de ambos acerca do “Manifesto de 1838”, especialmente no que tange à correção que o italiano fizera ao documento. Dessa maneira, pede a Cuneo que critique Câmara no *El Nacional*:

Ele trata de maluca a juventude italiana e francesa, entretanto não se sabe bem se quer preconizar o princípio aristocrático ou se quer defender e sustentar a República. Mas me parece que deixa transparecer que a República proclamada não é, segundo ele, a consequência do discernimento do progresso, mas apenas da má administração imperial.<sup>412</sup>

O artigo de Câmara prossegue no número 42 d’O Povo<sup>413</sup> e, ao seu final, anuncia continuação no número posterior, o que não ocorre. Rossetti não menciona em suas cartas a razão pela qual parou a publicação do texto de Câmara, mas existe a probabilidade de que isso se deva à sua própria influência como redator do periódico.

Ainda no exemplar de número 41 d’O Povo, o artigo de Câmara é seguido por um “Comunicado” de Rossetti, cujas frases finais salientam o espírito de liberdade americano:

Seremos condenados a engolir até a última gota a amargura da dor de que, desde nossa infância, somos vítimas todos nós, os Povos da América do Sul? Ah não! Há remédio porque o dia em que finalmente aproveitarmos as lições de nossa dilacerante história não está longe. Nós nos compreenderemos. Nos daremos a mão, nos uniremos em um mesmo pacto e, lembrados finalmente de que somos irmãos, estabeleceremos sobre melhores alicerces a nossa Independência e nossa Liberdade. O Império, origem de nossas desavenças, acabará de um todo. Mas convençamo-nos que a política da Europa não é a da América; procuremos escapar à sua diplomacia; separemo-nos, por ora, daquela agitada parte do mundo e tempo virá que seremos habilitados para cumprir para com ela todos os deveres de irmãos que não renegamos.<sup>414</sup>

A passagem acima traz à tona o pensamento que Rossetti possuía acerca do papel da América enquanto disseminadora dos ideais republicanos e

<sup>412</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXV, de 7 de fevereiro de 1839. p. 119-120.

<sup>413</sup> O Povo, n.º.: 42, de 23 de janeiro de 1839. p. 1-2.

<sup>414</sup> Ibid. n.º.: 41. p 3-4.

democráticos. O italiano previa uma união entre as nações independentes da América, o que lhes renderia a sedimentação de seus sistemas republicanos. Também, como bem ressaltou Eduardo Scheidt:

A construção de uma imagem de América republicana, democrática, igualitária, contraposta à Europa feudal, aristocrática, monárquica, é, se não o central, um dos principais temas dos textos políticos do jornalista italiano. Neste sentido, a Revolução Farroupilha fica justificada como a ‘natural adequação’ do Rio Grande do Sul ao continente americano, enquanto o Brasil teria se afastado de seu destino ao preferir manter-se aliado à ‘atrasada’ Europa. A dicotomia Europa/América contém, neste contexto, características políticas, uma vez que ‘ser europeu’ e ‘americano’ significa menos o fato de ter nascido nos respectivos continentes do que ser monarquista, feudal, colonialista, retrógrado (no caso de ‘europeu’) ou republicano, democrata, defensor da liberdade e do progresso (no referente a ‘americano’).<sup>415</sup>

Rossetti, portanto, inseriu o contexto rio-grandense no das independências sul-americanas. Entretanto, a exaltação do “espírito americano” de democracia, republicanismo e igualitarismo não foi de encontro à sua própria origem, que era europeia. Rossetti não era ingênuo a ponto de acreditar que todos os americanos fossem partidários da República e da democracia, bem como não criticava todos os homens da Europa. Mazzini, por exemplo, era europeu e se encontrava no Velho Mundo. Ao apresentar, de maneira oposta, a América e a Europa, Rossetti estaria glorificando as ações e pensamentos daqueles homens que participaram dos movimentos de independências americanas e criticando a postura daqueles ditos “retrógrados” europeus.

Outro ponto interessante de salientar no discurso de Rossetti seria sua postura antiescravagista em um contexto pleno de controvérsias, como aquele da República Rio-Grandense. Em artigo assinado pelo italiano, no exemplar de número 42 d’O Povo, escreve aos brasileiros: “[...] tudo sofreis em silêncio; tanto é verdade que a escravidão amortece no homem os sentimentos mais nobres da alma!”.<sup>416</sup> Na publicação seguinte do periódico farroupilha, em texto intitulado “Do Arroio-Grande nos escrevem”, há um forte julgamento negativo à entrada de escravos novos no Rio Grande do Sul. Essa breve carta de um

<sup>415</sup> SCHEIDT. Op. Cit. p. 138-139.

<sup>416</sup> O Povo, n.º.: 42. p. 3.

leitor é seguida de uma ferrenha depreciação à postura do Império Brasileiro em manter um “ignominioso” e “indigno” contrabando de negros.<sup>417</sup> De acordo com Salvatore Candido o texto, que contém tais críticas ao tráfico negreiro, seria de autoria de Rossetti.<sup>418</sup>

Tendo em vista sua formação liberal e romântica, é compreensível que o italiano não compactuasse com a lógica de escravização negra. No entanto, bem se sabe que, no contexto da Guerra Farrroupilha, os escravos serviram de massa de manobra, tanto nas fileiras imperiais quanto nas dos farrapos. Por este fato, muitos líderes do movimento sulista, não aceitavam a liberdade prometida àqueles negros que se engajassem na luta quando a guerra com o Império tivesse desfecho. O Acordo de Ponche Verde dispunha, em seu 7º artigo: “Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam”.<sup>419</sup> Porém, como já mencionado, sabe-se que pouquíssimos negros que permaneceram vivos após o massacre ocorrido em Cerro dos Porongos tiveram a liberdade como destino. Além disso, no Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, os escravos eram excluídos do processo eleitoral, como anteriormente exposto.<sup>420</sup>

O comportamento ambivalente das lideranças farroupilhas, acerca dos escravos, é expresso por Margaret Bakos quando salienta:

Veja-se o caso, muito conhecido, de Domingos José de Almeida, que transfere os escravos de sua propriedade do Brasil para o Uruguai. Bento Gonçalves, ao mesmo tempo em que solicita como condição de paz ao governo imperial a liberdade dos escravos que estão a serviço da República, deixa, como herança ao morrer em 1847, 53 escravos em sua fazenda de Camaquã. Outros integrantes do movimento revolucionário também possuíam escravos vários anos após o término da luta armada [...]<sup>421</sup>

É perceptível, portanto, que mesmo líderes do grupo “majoritário” das lideranças farroupilhas tiveram posturas ambíguas. Na teoria, pregavam a libertação dos escravos que serviram à causa farroupilha, mas, na prática,

<sup>417</sup> Ibid. nº.: 43, de 26 de janeiro de 1839. p. 2.

<sup>418</sup> CANDIDO. Op. Cit. Nota de rodapé da página 121.

<sup>419</sup> In.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Poncho\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Poncho_Verde)

<sup>420</sup> Projeto de Constituição da República Rio-Grandense. Op. Cit. Artigo 92.

<sup>421</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão negra e os farroupilhas*. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 94.

mantinham seus próprios cativos, vistos como parte de suas posses materiais. Todavia, Bakos oferece a seguinte reflexão:

Como esperar que os farroupilhas [...] com a formação plasmada pelos valores vigentes e, portanto, considerando o escravo negro como mercadoria e como elemento potencialmente perturbador da ordem, pudessem defender a abolição da escravatura? [...] Os senhores não desejavam libertá-los, porque significavam trabalho, capital, prestígio social e poder político.<sup>422</sup>

Conclui-se que, em um contexto cuja escravidão estava entranhada na sociedade em todos os seus âmbitos, Rossetti, realmente, “pregava no deserto”, fazendo-se alusão à desilusão que ele mesmo havia expressado para Cuneo.<sup>423</sup>

Apesar de seu grande senso humanitário, as situações de guerra afetaram muito Rossetti. Em 30 de janeiro de 1839, escreve n’O Povo acerca de uma série de barbáries cometidas pelos imperiais. Muitos homens ligados à causa farroupilha teriam sido brutalmente assassinados e ele pede aos administradores da República Rio-Grandense que respondam na mesma moeda ao decreto imperial, cuja ordem seria a de morte dos oficiais republicanos, que caíssem em seu poder.<sup>424</sup> Para Rossetti esse pedido seria totalmente convergente com suas ideias mazzinianas, pois termina seu texto expondo o que segue:

Subordinando, assim o Governo, sua ação administrativa, cumprirá com um dos seus mais sagrados *deveres*, satisfará a expectativa pública, minorará os males e sofrimentos da Nação, e não mais arrancará, como esta, as censuras – do – Redator.<sup>425</sup>

Aparentemente, tal artigo de Rossetti possuía o tom de uma solicitação. Todavia, ao final do mesmo exemplar d’O Povo há um “Decreto”, assinado por José da Silva Brandão<sup>426</sup> e por Bento Gonçalves, cujo conteúdo sedimenta o que foi expresso pelo italiano. Assim sendo, o texto da primeira

<sup>422</sup> Ibid. p. 89 e 88.

<sup>423</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXII, de 19 de janeiro de 1839. p. 105.

<sup>424</sup> O Povo, n.º.: 44, de 30 de janeiro de 1839. p. 1.

<sup>425</sup> Grifo meu. Ibid.

<sup>426</sup> Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Marinha e Exterior da República Rio-Grandense.

página do periódico estaria apenas acirrando os ânimos dos leitores às ordens militares das lideranças farroupilhas. Ao final deste artigo, Rossetti expressa que, se seu pedido fosse aceito, cessaria com as “censuras” que delegava ao governo farrapo. Em verdade, o italiano se sentia cada vez mais lesado pela revisão de seus escritos e as circunstâncias se agravaram quando da correção de seu artigo intitulado “O Povo”:

Aterrai-vos homens perversos! Os povos não se vencem assim. As pontas destes punhais por vós comprados, contra vós hão de retorcer. Um indivíduo pode cair vítima inocente de vossa barbárie! Mas o povo não cai de uma ferida. Ele é invencível, e um dia, dia que não está longe, vos pedirá conta de vossos delitos.<sup>427</sup>

Em correspondência a Cuneo, Rossetti reclama que, ao invés da passagem “ele é invencível, e um dia, dia que não está longe, vos pedirá conta de vossos delitos”, tinha escrito originalmente “o Povo é invencível, eterno e onipotente como Deus”.<sup>428</sup> Essa frase evidencia a influência do romantismo mazziniano sobre Rossetti, vendo o povo como grande força de libertação, como força motriz da luta contra a opressão imperial. Também, em conjunto com seus demais escritos jornalísticos, poderíamos dizer que Rossetti via o povo como parte que deveria obter participação ativa em uma sociedade de viés republicano e democrático. Como se sabe, Mazzini acreditava que o povo era o intérprete de Deus na Terra e, portanto, tal passagem tem aberta relação com a ideia de soberania popular. Além disso, é perceptível que Rossetti não era ateu, mas possivelmente se vinculava ao lado jansenista de Mazzini, já que em suas cartas aparecem citações sobre a figura de Deus como guia da jornada revolucionária. O revisor do texto, possivelmente não deve ter compreendido a intenção de Rossetti, achando herética a “comparação” do povo com Deus. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que tal parte foi modificada pelo revisor com o consentimento de Almeida. Fica a dúvida sobre a intenção deste último em aceitar o corte do conteúdo. Talvez tenha acreditado ser desnecessária a presença de tantos adjetivos no texto ou tenha concordado com o revisor sobre a impropriedade dos adjetivos para tal jornal.

---

<sup>427</sup> O Povo, nº.: 47, de 9 de março de 1839. p. 4.

<sup>428</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de nº.: XXVII, de 14 de março de 1839. p. 130.

Após esse incidente, Rossetti escreve a Almeida pedindo sua demissão, que é aceita imediatamente.<sup>429</sup> Reitera ao ministro farroupilha sua crença de que os princípios de ambos sejam os mesmos. Salaria seu alto nível de comprometimento com o serviço que prestava à causa rio-grandense e pede que Almeida trouxesse Cuneo de Montevideu para redigir o periódico e “mantê-lo no rumo certo”, pois temia o “prejuízo” dos seus “princípios democráticos”.<sup>430</sup> Isso pode ter ofendido Almeida em maior grau do que o pedido de demissão, já que o Ministro ameaçara mudar o título do periódico e a epígrafe da *Giovine Italia*, que aparecia na primeira página de suas edições.<sup>431</sup> A amizade entre os dois sofreria um abalo<sup>432</sup>, mas não se desfez, já que a maioria das cartas posteriores que Rossetti remeteu a Almeida possui tom de apreço por sua pessoa.

Na primeira publicação d’O Povo, em seguida à saída de Rossetti, há um artigo, sem título, cujo tipo de escrita lembra muito a pena do italiano. De acordo com Salvatore Candido, seria uma das colaborações de Rossetti no periódico.<sup>433</sup> Neste texto, Mazzini é diretamente referenciado: “Os Povos não de ser livres. Mas, além das fórmulas Republicanas, disse Mazzini, não há Liberdade possível; e os povos jurarão obtê-la: Deus ouviu o seu juramento e há de cumpri-lo”.<sup>434</sup> No artigo, que ocupa duas páginas e quase quatro colunas completas do jornal, salta à vista as principais bandeiras da luta de Mazzini: o “espírito do século” de luta contra os impérios opressores e de vitória do sistema republicano, a fé de que Deus estaria dando seu aval à causa, a união dos povos em consonância com a individualidade nacional e, principalmente, o amor à pátria e à humanidade. Rossetti, assim, não apenas expôs o pensamento mazziniano, mas marcou, indelévelmente, o nome de Mazzini nas páginas d’O Povo.

Após deixar o cargo de editor d’O Povo, Rossetti imaginou que o governo farroupilha lhe enviaria em missão diplomática ao Paraguai, como

<sup>429</sup> Carta de 5 de maio de 1839. CV-8039.

<sup>430</sup> Ibid.

<sup>431</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXX, de 7 de maio de 1839. p. 139.

<sup>432</sup> Rossetti expõe a Cuneo: “Eu não esperava de Almeida, tão pouca amizade e, lhe direi, tanto desconhecimento”. Ibid. Carta de n.º.: XXXIII, de 1º de outubro de 1839. p. 151.

<sup>433</sup> CANDIDO. Op. Cit. p. 201.

<sup>434</sup> Grifado no original. O Povo, n.º.: 48, de 13 de março de 1839. p. 4.

secretário de Antônio Câmara, nomeado Embaixador da República Rio-Grandense.<sup>435</sup> Este último já tinha sido ministro do Império Brasileiro no Paraguai, no entorno de 1827, conseguindo ser o único representante de um governo estrangeiro a ser recebido pelo chefe de Estado Dom José Gaspar Tomás Rodrigues de Francia.<sup>436</sup> As intenções de Rossetti não se tornam realidade e ele escreve, desolado, a Cuneo:

Câmara não me escreveu e sei que está de partida; esvai-se, portanto, a esperada viagem ao Paraguai. E por quê? Quais motivos ele teria para não me chamar, conforme me havia prometido? Querem-me marinheiro a todo custo; acreditam que sou necessário ao bom êxito das novas operações! E com Garibaldi vou fazer a figura do pobre marquês com seu Tenente, ou pior ainda: o mar, como é de se supor, me provoca o vômito.<sup>437</sup>

É curioso que Rossetti tenha ficado pasmo com a negativa de Câmara em levá-lo consigo ao Paraguai. Ambos tiveram várias rugas na trajetória farroupilha. O próprio artigo “O Brasil em 1839”, de Câmara, provavelmente, não teve sua continuação publicada nas páginas d’O Povo por influência de Rossetti. Não só o italiano perdeu a oportunidade de ocupar um cargo destacado, em missão diplomática ao país vizinho, como estaria sendo coagido a ingressar na marinha farroupilha. Sua repulsa pelo cargo de marinheiro não era diretamente relativa ao mar, mas demonstra o desestímulo de um homem que preferia trabalhar com as letras em vez das armas.

Em fins de junho de 1839, Rossetti estaria engajado nas tropas farroupilhas, rumando para Santa Catarina. Partia triste por não ter recebido uma só carta de Almeida.<sup>438</sup> Pode-se dizer que o papel mais destacado que o italiano conseguiu nas terras americanas foi o de Secretário Interino do Governo da República Juliana. Giuseppe Garibaldi, em suas “Memórias”, lembra da suma importância que seu conterrâneo adquirira em solo catarinense: “Rossetti, com o título de secretário do governo, era verdadeiramente a sua alma. Rossetti estava talhado para todos os

<sup>435</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXVIII, de 14 de março de 1839. p. 134; Carta de n.º.: XXIX, de 20 de março de 1839. p. 136.

<sup>436</sup> FAGUNDES, Morivalde Calvet. Op. Cit. p. 318.

<sup>437</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXX, de 7 de maio de 1839. p. 140.

<sup>438</sup> Carta de 28 de junho de 1839. CV-8040.

empregos”.<sup>439</sup> No fim de setembro, Rossetti diria a Cuneo que estava tão atarefado que lhe escreveria poucas linhas, já que, como Secretário do governo, tudo “pesava sobre seus ombros”, sendo tal circunstância agravada pela pouca experiência do Presidente Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro e de seus ministros.<sup>440</sup>

Preocupado com as precárias finanças da nascente República Juliana, Rossetti escreve a Almeida planejando uma forma de a República Rio-Grandense ajudá-la, sem que lhe houvesse prejuízos. Isto se daria com o empréstimo de cem contos de réis, que seriam restituídos ao governo farroupilha no período de três anos.<sup>441</sup> Almeida responde tal carta tardiamente, mas não deve ter falado ou consentido acerca do empréstimo, pois o italiano lhe pediria novamente o dinheiro.<sup>442</sup> Ainda, Rossetti demonstraria preocupação com a frota marítima farroupilha, tentando articulações com seus compatriotas residentes no Prata<sup>443</sup> e criticaria Canabarro, o qual seria membro do futuro grupo “minoritário” das lideranças do movimento.<sup>444</sup> Faz queixas a Almeida sobre as dificuldades que sofre por não ser brasileiro: “Sei que sou estrangeiro e sei a custa de muitos desgostos que por nenhum modo me convém defender os princípios que professo em emprego, onde só se faz preciso a pena”<sup>445</sup>, prosseguindo ao encorajar Almeida em seus problemas na governança farroupilha: “Eu sei por experiência própria o quanto é receado imperdoável o ser estrangeiro, porém V. Exa. não deve se considerar tal, se na revolução rio-grandense vê, como eu, a revolução brasileira”.<sup>446</sup>

---

<sup>439</sup> GARIBALDI. Op. Cit. p. 92.

<sup>440</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de nº.: XXXII, de 30 de setembro de 1839. p. 149.

<sup>441</sup> Carta de 14 de julho de 1839. CV-8041.

<sup>442</sup> Carta de 11 de outubro de 1839. CV-8043.

<sup>443</sup> Tais preocupações aparecem nas seguintes epístolas enviadas a Almeida: Carta de 5 de maio de 1839. CV-8039; Carta de 14 de julho de 1839. CV-8041; Carta de 1º de outubro de 1839. CV-8042; Carta de 11 de outubro de 1839. CV-8043.

<sup>444</sup> As críticas a Canabarro ocorrem com a chegada de Rossetti a Laguna, estando presentes nas seguintes correspondências: Carta de 14 de julho de 1839. CV-8041 e Carta de 11 de outubro de 1839. CV-8043. Posteriormente, estando em Lages, iria em favor de Canabarro e Teixeira Nunes, ao questionar Almeida: “Não entendo porque razão o General Neto e o mesmo Bento Gonçalves não tratam de General ao Cidadão David Canabarro, nem de Coronel ao Teixeira [...] Com seco vagar, me diga alguma coisa a este respeito”. Carta de 22 de janeiro de 1840. CV-8046.

<sup>445</sup> Carta de 11 de outubro de 1839. CV-8043.

<sup>446</sup> Carta com data ilegível, mas posterior à de 11 de outubro de 1839. CV-8044.

Rossetti parecia bastante empolgado com o alto cargo que ocupava, encontrando no meio catarinense a possibilidade de divulgar os preceitos da *Giovine Europa*. Em carta a Cuneo, fala de sua influência como Secretário da República Juliana:

Este Governo é de favor meu e eu sou o órgão principal. Creio que vós suspeitastes disso, caso tenha lido os nossos decretos. Eles todos são assinalados com a divisa da *Giovine Europa* adotada pelo Governo por legenda de sigilo da Câmara Municipal da nova cidade. Deixamos, assim, um traço indelével nosso.<sup>447</sup>

A divisa que o italiano menciona seria “Liberdade – Igualdade – Humanidade”, que apareceria nos documentos oficiais expedidos pelo governo lagunense. No presente trabalho, não foi possível averiguar a existência destes documentos em arquivos do Estado de Santa Catarina. Contudo, há um texto publicado n'O Povo em que consta a assinatura de Teixeira Nunes seguida da frase: “está conforme, Luiz Rossetti, Secretário Interino do Governo”.<sup>448</sup> Este “3º Boletim da Vanguarda da Divisão Libertadora” possui a divisa “Liberdade – Igualdade – Humanidade”, demonstrando o “traço indelével” que o italiano dissera ter deixado em terras catarinenses. O conteúdo do “Boletim” mescla informações de operações militares com a execração do Império e exaltação da expansão da República em solo brasileiro. A última frase, “nada pode fazer que não se cumpra o que Deus quer”, lembra a ideia mazziniana de que o “destino da época” estava se cumprindo, ou seja, o sistema republicano se expandia pelo mundo por força divina.

O momento de glória de Rossetti na América, entretanto, duraria apenas três meses, já que a República Juliana fracassou, levando o italiano a rumar para o território de Lages, juntamente com parte das tropas farroupilhas que ainda restavam em Laguna. O Distrito de Lages foi retomado pelos farrapos e Rossetti relata a Almeida a esperança de que ele nunca mais tornasse a pertencer ao Império.<sup>449</sup> Mantinha a crença na retomada de Laguna

---

<sup>447</sup> Grifo meu. CANDIDO. Op. Cit. Carta de n.º.: XXXIII, de 1º de outubro de 1839. p. 151.

<sup>448</sup> O Povo, n.º.: 102 de 18 de setembro de 1839. p. s/n.º.

<sup>449</sup> Carta de 19 de dezembro de 1839. CV-8045.

pelos farroupilhas e planejava que isso ocorresse com uma ofensiva vinda de todos os lados, especialmente com reforços das bandas de Rio Grande.<sup>450</sup>

Restam poucas informações acerca das ações e paradeiro de Rossetti no ano de 1840. Sua última correspondência, remetida a Cuneo, data de 1º de outubro de 1839. Entre a primeira e a última carta, escritas no ano de 1840 e que restam na Coleção Varela, há uma lacuna de dez meses.<sup>451</sup> Em maio, Cuneo assume a redação d'O Povo, como Rossetti desejava no momento de sua saída do periódico. Todavia, o italiano veio de Montevidéu para ficar pouco tempo em solo rio-grandense. Iniciara suas atividades no jornal farroupilha em sua edição de número 156, do dia 6 de maio, permanecendo no cargo apenas até a publicação do 160º número do periódico, de 22 de maio. Em menos de um mês, portanto, a tipografia farroupilha foi atacada por tropas imperiais e destruída. Cuneo resolveu não ingressar nas fileiras de guerra dos republicanos e retornou ao Uruguai.

Na edição d'O Povo de número 155, uma anterior a Cuneo assumir a redação, há um artigo intitulado “A República”, que inicia com a seguinte citação do periódico *Giovine Italia*: “A República é para nós aquela forma de governo que única pode dar lugar ao desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem”.<sup>452</sup> Tal menção e conteúdo do artigo sugerem que ele tenha sido escrito por um dos mazzinianos que se encontravam envolvidos na luta farroupilha. Em determinado momento do texto, aparecem as subsequentes ideias:

O principio da Soberania Popular e o desprezo das forças monárquicas se acham arraigados no seio de nossas Sociedades Americanas; e hoje, por mais que digam os periódicos do Império, aqui entre nós, entre os milhares de combatentes, [...] não há um só homem que não se empenhasse, voluntário, detestando este mesmo Império. [...] Uma revolução feita em nome da República importa alguma coisa mais que a mudança das formas governativas. Os tempos exigem muito mais. Revolução, no presente, é inovação em todas as modas sociais, e seu objeto supremo, essencial: o povo. O povo que necessita ver realçada sua

---

<sup>450</sup> Ibid.

<sup>451</sup> Respectivamente, cartas de 22 de janeiro de 1840 (CV-8046) e de novembro de 1840 (CV-8047).

<sup>452</sup> O Povo, nº.: 155, de 2 de maio de 1840. p. 1.

dignidade, que necessita conhecer todos os seus direitos para saber defendê-los com nobreza, que necessita aprender quais são seus deveres para saber respeitá-los e cumpri-los.<sup>453</sup>

Mesmo não tendo certeza de que tal artigo saiu da pena de Rossetti, pode ter sido seu último texto na imprensa farroupilha. Assim, optou-se por expô-lo e reiterar ideias que foram propagadas pelos mazzinianos em sua trajetória na luta rio-grandense. Novamente, o “espírito americano” é apresentado com um viés antimonarquista e republicano, embora superdimensionado, haja vista que boa parte dos brasileiros estava de acordo com a governança imperial. Mais uma vez, como apregoava Mazzini, a figura soberana do povo é destacada e é ressaltado o caráter popular que deveria atingir a República. Ela não deveria ser apenas vista como “um termo vazio”, utilizado por parte das lideranças farroupilhas como forma de modificação apenas dos personagens governativos locais. A República não deveria se dar para manter a opressão popular e sim ser construída através de uma conscientização das massas, na qual os agentes de transformação deveriam estar cientes de seus direitos e, sobretudo, de seus deveres na construção de uma sociedade harmônica.

No derradeiro mês de novembro de 1840, Rossetti escreveria a Bento Gonçalves, a Álvares Machado e a Domingos José de Almeida afirmando que o melhor caminho para o Rio Grande seria o da paz com o Império Brasileiro. Afirmaria ao Presidente da República Rio-Grandense:

Eu nada espero do Império, porque nada esperava da República, da qual também nada queria, mas é em nome dela e do Povo, que confiou a V. Exa. os seus destinos que eu lhe peço a... paz; porque essa só poderá um dia lhe dar a Liberdade verdadeira que anelava; porque é a sobra da Paz que espero ver ainda triunfar os princípios que professo e a cujo espalhamento me tenho imolado. A guerra os submergia sem que deixassem uma só pisada.<sup>454</sup>

Do mesmo modo, resumira seus motivos a Almeida:

V. Exa. não ignora que a revolução de 20 de Setembro foi mais um corolário da revolução da Independência de que o efeito de um amor sincero à República; portanto o sacrifício não é

---

<sup>453</sup> Ibid. p. 2.

<sup>454</sup> Carta datada de novembro de 1840. CV-8047.

tamanho que não se possa fazer – e além disso se queremos um dia dar vivas mais eficazes à República devemos fazer para que ela deixe recordações e saudades. Se nós continuarmos a guerra, como a república francesa, a rio-grandense deixará somente [desm]ercimento e ficarão para sempre perdidos ao Brasil os princípios democráticos por cujo estabelecimento, nos homens de fé tantos trabalhos vamos aturando.<sup>455</sup>

Por todo o histórico de Rossetti na luta pela causa farroupilha sabe-se que estas são palavras circunstanciais de um homem desiludido. Ele acreditou, sim, no triunfo dos princípios republicanos e democráticos em solo rio-grandense. Tanto que explica seu desejo de paz com o intuito de deixar boas “recordações e saudades”, para que a implantação do sistema republicano fosse, futuramente, expandida pelo Brasil. Mesmo com os percalços e desentendimentos que teve com parte das lideranças do movimento, imaginava poder cumprir com sua “missão” mazziniana e deixar sua marca em terras americanas. Do mesmo modo, acreditava que o levante rio-grandense se dera por amor à causa republicana, tendo em vista que criticara Câmara pela mesma opinião que agora acreditava: a de ser a Guerra Farroupilha apenas uma consequência de um malfadado processo da independência brasileira de Portugal. E é necessário se levar em conta que o italiano estava de tal forma imbuído de percepções mazzinianas acerca das revoluções americanas de independência, que, por muito tempo, não compreendeu o contexto da revolta rio-grandense, encabeçada por homens com sérias dissidências entre si e que, em parte considerável, não desejavam profundas reformas sociais.

Na carta remetida a Bento Gonçalves, fica visível o apreço de Rossetti por sua pessoa. Dessa forma, oferece mais um indício de sua maior ligação com a parte das lideranças farroupilhas que futuramente comporiam o grupo “majoritário” do movimento sulista. Ao mesmo tempo, é necessário lembrar que, no mesmo período em que o italiano revelou suas intenções de paz, Bento envolveu-se em tratativas de pacificação com Álvares Machado, responsável pela governança imperial na Província Rio-Grandense. Rossetti, portanto, não era o único a pensar no fim da guerra, agindo em consonância com o pensamento de Bento.<sup>456</sup> É provável que, dadas as circunstâncias vividas pelos

---

<sup>455</sup> Carta de 19 de novembro de 1840. CV-8049.

<sup>456</sup> Carta de 16 de novembro de 1840. CV-8048.

insurgentes no ano de 1840, naquele momento o desejo de paz fosse corrente dentre algumas das lideranças farroupilhas.

Em sua penúltima carta<sup>457</sup>, datada do dia 16 de novembro de 1840, endereçada ao deputado Francisco Álvares Machado, Rossetti expõe suas reflexões sobre o desenrolar da Guerra Farroupilha, expressando seu caráter e ligação intrínseca com os ideais mazzinianos.<sup>458</sup> Dessa forma, optou-se por transcrever integralmente o conteúdo da correspondência, em anexo, já que sintetiza de forma clara os princípios que nortearam a luta de Rossetti no movimento rio-grandense. Ao longo da carta, o emissor reitera seu apreço pela coragem delegada pelo povo rio-grandense à causa farroupilha, bem como demonstra sua preocupação com o destino desta população, que deveria ser poupada de mais pesares. Como a correspondência foi enviada em favor da pacificação do conflito, o texto se desenrola em tom conciliatório para com o Deputado Álvares Machado. Rossetti expressa sua crença de que a única fonte de liberdade e bem-estar geral da população se encontraria no advento universal da República. Contudo, reflete que a humanidade ainda não estava pronta para uma sociedade regada nos moldes da democracia. Acredita, entretanto, que a luta daqueles que creram nesses ideais não era em vão, pois embora eles não vivessem para ver o fruto de sua batalha, ela foi imprescindível para preparar a sociedade dos tempos vindouros.

Com o romantismo mazziniano que, inegavelmente, o influenciou, fala de seu amor ao Brasil e de sua fé para que ele não tomasse o rumo de uma sequência de maus governos, como teria ocorrido na Itália desde a Antiguidade. As últimas frases da epístola denotam o quanto Rossetti acreditava que a Guerra Farroupilha tinha se desviado de seu caminho inicial, a tal ponto que se desvencilha de seu ardente viés antimonarquista e acredita ser melhor para o Rio Grande a paz com o imperador Dom Pedro II do que a continuação de uma luta que perdera sua razão de ser. Porém, o mais provável, como já mencionado, é que Rossetti tenha se iludido, no momento de sua chegada ao Rio Grande, com o dito viés “republicano” do movimento.

---

<sup>457</sup> A última foi a já citada carta remetida a Almeida no dia 19 de novembro de 1840.

<sup>458</sup> Carta de 16 de novembro de 1840. CV-8048.

Mesmo desestimulado, o italiano continuou a lutar ao lado das fileiras farroupilhas e, no dia 24 de novembro de 1840, participou do Combate do Passo do Vigário, na atual cidade de Viamão, quando Bento Gonçalves organizou a retirada de suas tropas sob o ataque de João Nepomuceno. Nessa batalha, vítima de uma lança do inimigo, morreu Luigi Rossetti, um legítimo romântico do século do nacionalismo, o qual dedicou sua vida à propagação do ideário de seu mentor, Giuseppe Mazzini.

## Considerações finais

Analisou-se, na presente pesquisa, o processo histórico de unificação da Península Itálica, que foi de suma importância para o entendimento da formação do ideário de Giuseppe Mazzini. De maneira semelhante, apresentou-se o contexto brasileiro em que eclodiu a Guerra Farroupilha, o que, juntamente com a exposição da trajetória da insurreição sulista, de alguns pontos significantes de seu norte político e das dissidências entre suas lideranças, permitiu a compreensão daquilo que ocorrera nos momentos em que os italianos mazzinianos fizeram-se presentes no movimento rio-grandense. Analogamente, abriu-se caminho para a apreensão de como pode ter se inserido o ideário de Mazzini no movimento farroupilha a partir da figura de Luigi Rossetti. Vale ressaltar que, em um olhar apressado, além de transpor territórios além-mar, o presente trabalho parece lançar-se em um estudo de diferentes escalas: a nacional (processo de Unificação Italiana) *versus* a regional (constituição de uma República na Província Rio-Grandense). Todavia, focalizando atenção no contexto do século XIX, é perceptível que tanto Mazzini quanto as lideranças farroupilhas organizaram seus esforços para a aquisição de autodeterminação em âmbito nacional por meio da luta contra Estados vistos como opressores, no caso os impérios austríaco e brasileiro. Entretanto, o caso italiano obteve sucesso ao consolidar a Península como Estado, em 1861, enquanto a Província Rio-Grandense voltou a fazer parte do Brasil, em fevereiro de 1845, situações que perduram até a atualidade.

Feitas essas considerações, deve-se voltar o olhar ao conteúdo exposto para chegar-se a conclusões satisfatórias acerca da inserção das ideias de Mazzini no meio farroupilha, visando não incorrer em noções errôneas e extremadas sobre o grau de influência que tal ideário possa ter alcançado nas terras rio-grandenses. Primeiramente, é fato amplamente conhecido que Livio Zambecari, Luigi Rossetti e Giuseppe Garibaldi tiveram presença atuante no seio do movimento, ocupando altos cargos. Zambecari desfrutava de proximidade com Bento Gonçalves no início da batalha contra a opressão imperial, sendo chamado de “secretário particular” de Bento. Garibaldi foi um dos formadores e organizadores das frotas navais farroupilhas,

sendo-lhe conferido o título de Comandante da Marinha. Apesar de ter recebido soldo de guerra, portanto servido como corsário, e de se afastar da luta rio-grandense e rumar para o Uruguai, Garibaldi teve presença marcante na trajetória do movimento, tanto no que diz respeito às suas ações, quanto acerca de suas íntimas relações com aquela parte das lideranças farroupilhas de maior ligação a Bento Gonçalves. Rossetti foi escolhido como primeiro redator do mais duradouro periódico farroupilha, O Povo, e, mesmo tendo sofrido percalços na sua jornada, conseguiu publicar artigos de viés claramente mazzinianos em suas páginas. Do mesmo modo, acompanhando a missão militar farroupilha às terras lagunenses, Rossetti ocupou o destacado cargo de Secretário Interino do governo da República Juliana.

Dado os altos cargos exercidos por Zambecari, Rossetti e Garibaldi no movimento farroupilha, faz-se imprescindível a compreensão do contexto rio-grandense no momento da estada desses italianos no extremo sul do Brasil. Na década de 1830, as camadas altas da Província Rio-Grandense estavam exasperadas com a quantidade de impostos sobre seus produtos, impostos que o governo imperial não revertia para a melhoria das condições da Província. O Rio Grande de São Pedro era visto como uma zona periférica do Império Brasileiro, sendo explorado sem maiores preocupações acerca da situação vivida pela população local. Dessa forma, a Guerra Farroupilha se inicia com a luta pela maior autonomia provincial e torna-se republicana com a impossibilidade de negociação dos interesses das camadas altas locais com os da governança imperial.

No início do movimento, havia vários tipos de pensamento entre os insurgentes. Existiam separatistas, não separatistas, abolicionistas, escravagistas, republicanos, imperialistas e assim por diante, numa combinação bastante ampla de pensamentos, convergentes e divergentes. Na eclosão da revolta, em 1835, nem todos eram republicanos e separatistas, mas os fatos e rumos tomados pelo movimento levaram ao desfecho da construção de uma República. No momento da Proclamação da República Rio-Grandense, o ideário das lideranças farroupilhas se dividiu em duas frentes: os mais “progressistas”, que apregoavam a República em caráter de (con)federação com as demais Províncias brasileiras que viessem a se dissociar do Império, e

aqueles mais “conservadores”, que mantinham-se participantes da guerra ao lado revoltoso, mas não queriam mexer fortemente nos alicerces da estrutura vigente, desejando apenas que os anseios de maior autonomia da Província de São Pedro fossem postos em prática pelo governo do Império. Nesse sentido, deve-se ressaltar que, no transcorrer da Guerra Farroupilha, a busca pela República não adquiriu caráter unânime entre as lideranças do movimento. Isso é perceptível nas divergências de opiniões entre aquele grande grupo que se voltava para Bento Gonçalves e o grupo “minoritário”, representado por David Canabarro e José Vicente da Fontoura, oposto a Bento. Os ideais mazzinianos que impregnavam o pensamento de Luigi Rossetti contrariavam a parcela dos líderes farroupilhas que defendia apenas o viés federativo propriamente dito, mas se aproximava daquela de Bento Gonçalves, buscando a formação de uma (con)federação entre as demais províncias que seguissem seu exemplo e galgassem a independência do Império Brasileiro.

Em 1836, quando da Proclamação da República, os ânimos estavam jubilosos. O ano de 1837 foi afortunado aos farroupilhas, terminando com a fuga de Bento do Forte do Mar da Bahia para assumir a presidência da República. Nesse ano, Luigi Rossetti chegou ao Rio Grande e, na euforia dos avanços farroupilhas, possivelmente, sedimentou as expectativas que criara ao sair do Rio de Janeiro. Estaria lutando por uma causa que se assemelhava à das lutas que travara no continente europeu: pela liberdade de todos os povos oprimidos por governos tidos como “tirânicos”. Nesse primeiro momento, os ideais mazzinianos que o inspiravam devem ter ecoado ao encontro da luta sulista contra a opressão do Império Brasileiro. Rossetti não percebeu que parte dos líderes farroupilhas esperava que a guerra lhes trouxesse exatamente aquilo que Mazzini condenava, ou seja, uma mudança política que não alterasse as estruturas da sociedade.

Como editor de periódico farroupilha, é bastante provável que Rossetti tenha influenciado o título *O Povo*, já que o “povo” era o personagem principal dos escritos de Mazzini. Nesse periódico, pôde trabalhar pela concretização de sua “missão” de expandir o ideário republicano e democrático de Mazzini, começando pela publicação da divisa “Liberdade – Igualdade – Humanidade” e do dístico do volume V do jornal *Giovine Italia*, na primeira página das edições

do jornal farrapo. O dístico e a divisa, que apareciam na primeira página das edições d'O Povo, foram influências diretas de Rossetti. No que tange à divisa “Liberdade – Igualdade – Humanidade”, o italiano conseguiu deixar uma forte marca imagética para o Rio Grande do Sul. Muitas vezes, ao se olhar o brasão, que fica no centro da bandeira rio-grandense<sup>459</sup>, faz-se uma rápida relação da divisa “Liberdade – Igualdade – Humanidade” com a da Revolução Francesa, mas sem se perceber que o último termo “Humanidade” não é homônimo ao da frase original, “Fraternidade”. Essa modificação, como relatado anteriormente, era realizada por Mazzini, que compreendia o termo “humanidade” como pilar central para que as sociedades rumassem à fraternidade.

Ao longo de sua permanência na Guerra Farroupilha, Rossetti sofreu percalços que atingiram diretamente suas ideias romântico-mazzinianas. O caso mais nítido de embate de diferentes formas de pensamento ocorreu com Antonio Câmara, no qual o italiano parece ter ganhado, pois é muito provável que o artigo de Câmara tenha sofrido restrições, de continuação no periódico, por influência de Rossetti. Mas as revisões ou modificações de seus textos chegaram a um ponto insuportável para o italiano, que pediu demissão do jornal. Com sua saída da parte editorial, Almeida ameaçou mudar a epígrafe e o título d'O Povo, mas não o fez. Dessa maneira, referências ao ideário mazziniano continuaram no periódico até o fim de suas edições.

Alijando-se da redação do jornal farroupilha, Rossetti não se distanciou da guerra rio-grandense e engajou-se em suas fileiras. É difícil acreditar que permanecer no Rio Grande do Sul fosse sua única opção, já que muitos de seus amigos italianos residiam no Prata, como o próprio Cuneo, com quem trocava ampla correspondência. Não obstante, ao envolver-se na intervenção farroupilha à cidade de Laguna, acabou por receber um cargo de destaque na inaugurada República Juliana: o de Secretário Interino do governo. Tal cargo lhe permitiu incluir a divisa mazziniana “Liberdade – Igualdade – Humanidade” nos manifestos, proclamações e demais documentos oficiais da nascente República em solo catarinense, o que fizera com o intuito de deixar uma “marca indelével” da presença mazziniana nas terras catarinenses.

---

<sup>459</sup> Em anexo.

Com a reincorporação do território lagunense ao jugo imperial, Rossetti novamente se incorpora nas tropas farroupilhas, com destino ao Distrito de Lages. No final de 1840, se mostraria bastante decepcionado com os rumos tomados pelo movimento rio-grandense e visou articular a pacificação do conflito, enviando carta a Álvares Machado. Tal desejo foi expresso, de maneira semelhante, por Bento Gonçalves que, no mesmo período, igualmente enviara correspondências a Machado. Essa questão pode ser mais um indício da afinidade que Rossetti e o Presidente da República possuíam em determinadas questões.

Em verdade, o momento em que Rossetti chega ao Rio Grande de São Pedro, no ano de 1837, propiciou-lhe imaginar um movimento farroupilha que, em verdade, não existia. É claro que havia republicanos fervorosos no movimento rio-grandense, como Lucas de Oliveira e Pedro Boticário, por exemplo. Porém, muitos líderes farroupilhas adquiriram o apreço pela República com o transcorrer dos acontecimentos, como dito anteriormente. Ao mesmo tempo, boa parte das lideranças do movimento ainda permanecia escravagista, o que era inaceitável para o italiano que, sem compreender em profundidade o contexto do Rio Grande, achava absurdamente incoerente a permanência da escravidão após a Proclamação da República.

No plano das ideias, muitas das cartas expedidas por Rossetti demonstram o alto grau em que ele era tido por Bento Gonçalves e Almeida, havendo grandes possibilidades de que os dois líderes farrapos tenham assimilado algo do pensamento do italiano. Em determinados pontos, suas ideias confluíam, tanto que Almeida, responsável pela compra da tipografia d'O Povo, conferiu a Rossetti o cargo de redator do periódico. Do mesmo modo, Bento, Presidente da República, delegou a Rossetti a revisão do "Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes", de 1838, bem como a redação de alguns de seus documentos oficiais. A possibilidade de Rossetti ter revisado e modificado alguns pontos do "Manifesto de 1838", aponta para uma "marca" do italiano no contexto revoltoso. De certa maneira, nisso se pode apontar sua influência no movimento. Analogamente, a escrita de documentos oficiais de Bento Gonçalves denota a estima que foi adquirindo junto a parte da cúpula de poder insurgente. Entretanto, deve-se

levar em conta que há uma grande probabilidade de que o sentido de republicanismo e democracia para Bento Gonçalves nunca tenha se equiparado ao de Rossetti, já que, por exemplo, o primeiro manteve posse de escravos após o fim da guerra. Rossetti, sendo um autêntico romântico-mazziniano, acreditava na liberdade dos povos oprimidos pela força dos grandes impérios e via nesses mesmos povos a força motriz da luta revolucionária, tomando consciência de seus direitos e deveres e, por excelência, participando ativamente dessa nova sociedade conquistada. Para o italiano, como apregoava Mazzini, a República não seria apenas a troca de personagens no poder, mas a modificação da sociedade, que deveria ser orientada para a harmonia social, o que deveria ocorrer em âmbito internacional para a plena consolidação desse sistema.

Apesar de Rossetti não ter influenciado diretamente nos rumos da Guerra Farroupilha, a documentação primária permitiu a percepção da sua importância no movimento rio-grandense. Articulou uma tentativa de fuga de Bento Gonçalves, quando de sua estada na prisão em 1837, expôs a Almeida um plano para atacar a cidade de Rio Grande, contando com marinheiros vindos do Prata, e continuou expondo suas ideias no âmbito das ações militares dos farroupilhas. Seus planejamentos militares, no entanto, não foram postos em prática, o que demonstra que, no plano tático, suas ideias não foram benquistas pelas lideranças farroupilhas. Buscou, ainda, formar pontos de apoio à República Rio-Grandense. Mediou relações entre os farroupilhas e seus compatriotas italianos que viviam no Prata. Na capital do Império, pediu a Cuneo que mantivesse contato com o deputado Teófilo Benedito Ottoni que, como foi exposto, era leitor d'O Povo. No que tange à questão platina, Rossetti parece ter tido um papel importante no contexto sulista, já que, sendo seus conterrâneos, os italianos de Montevideú eram responsáveis por grande parte das negociações comerciais que os farrapos possuíam com aquela região. Acerca de Ottoni, não se obtiveram maiores informações sobre sua possível relação com os farroupilhas.

Enfim, os predicados de Rossetti não eram de ordem patrimonial, mas de erudição. Portanto, não seriam os interesses econômicos que o aproximariam dos líderes farroupilhas. Mesmo desprovido de recursos materiais, ocupou cargos de destaque em sua atividade em solo sulino. Tendo em vista o baixo nível de instrução da época nas terras do Rio Grande, até mesmo membros da “minoria” farroupilha devem ter ficado maravilhados com o preparo intelectual evidenciado nos discursos e escritos de Rossetti n’O Povo. O próprio Rossetti demonstra seu espírito desprendido ao participar da luta farroupilha sem a finalidade de receber altas quantias de dinheiro por seus serviços. Em carta a Cuneo, mostra seu estado de penúria ao pedir para que o conterrâneo diga a Giacomo Antonini que não despendera gastos nem para comprar um par de sapatos.<sup>460</sup>

O fato de Rossetti não se encontrar na Guerra Farroupilha por interesses de cunho econômico é mais uma evidência de que, apesar de ser ligado ao movimento *Giovine Italia*, fazia-se presente no Rio Grande predisposto a divulgar o ideário republicano e democrático de Mazzini para outros povos que não somente o italiano. Desse modo, estava em consonância com os preceitos da *Giovine Europa*, que inaugurou um novo momento da trajetória ativista de Mazzini. Com o intuito de disseminar as ideias mazzinianas em solo americano, Rossetti intencionou fundar a *Giovine Rio-Grande*, que deveria laborar em conjunto com a *Giovine Oriental*, a ser criada por Cuneo em Montevidéu. Ambas as associações, de claro viés mazziniano, provavelmente, não saíram do papel, mas denotam o empenho desses italianos em divulgar os preceitos de seu mentor.

Existiram momentos de confluência do pensamento de Rossetti com o de parte dos líderes farrapos, o que lhe propiciou evidência no cenário sulista. Ressalva-se que, para não incorrer em pontos extremos, é necessário que se tenha em mente as dificuldades enfrentadas por Rossetti nos quatro anos de sua permanência em solo rio-grandense, o que demonstra que tal confluência de pensamento não foi forte a ponto de lhe permitir influenciar diretamente os rumos tomados pelo movimento farroupilha. O italiano pode ter tido maior

---

<sup>460</sup> CANDIDO. Op. Cit. Carta de n°.: XVI, de 30 de agosto de 1838 (II). p. 88.

receptividade pelo futuro grupo “majoritário” das lideranças, o que não significa que suas ideias tenham apresentado total relação com o pensamento dessa parcela farroupilha.

Por fim, não superestimando nem anulando a influência do ideário de Mazzini na Guerra Farroupilha, o presente trabalho se apresentou como uma via intermediária entre as duas vertentes da historiografia rio-grandense, a superestimativa e a anulativa.<sup>461</sup> Estando-se ciente das restrições que o ideário de Mazzini obteve no meio rio-grandense, mas tendo em mente a importância das participações de Zambecari, Garibaldi e Rossetti, o desafio a que esta pesquisa se propôs foi, exatamente, o de perceber como possa ter se dado a inserção do ideário mazziniano, presente na releitura de Rossetti, no movimento farroupilha.

Vale, ainda, ressaltar que, mesmo tendo sido encabeçado por grandes estancieros, charqueadores, comerciantes e pela cúpula militar, o movimento farroupilha foi progressista, dada a realidade do Brasil no período em questão. Pensar que seria encabeçada por um proletariado, que nem existia enquanto tal naquele contexto, seria incongruente com os agentes históricos daquela época. Igualmente, não se pode esquecer que o movimento rio-grandense não foi composto apenas pelas camadas altas do Rio Grande de São Pedro. Boa parte da população local de baixa renda esteve envolvida na revolta sulista, incluindo a participação militar, inestimável, de negros e indígenas no transcorrer do conflito.

Tanto Rossetti quanto os líderes farroupilhas tiveram suas percepções e vivências do contexto em que estavam inseridos. Cada qual, ao seu modo, possuiu uma “bagagem de experiências”<sup>462</sup> que, ao longo de sua vida, formulou visões particulares a respeito de seu meio de convívio. Em determinado

---

<sup>461</sup> Expostas na introdução da presente dissertação.

<sup>462</sup> Termo utilizado pela saudosa Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Pesavento, em suas aulas ministradas no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

momento, essas visões embateram-se, confluíram, conflitaram e adaptaram-se. E é a esse embate, entre os mais diversos períodos e personagens históricos, que o historiador dedica sua atenção e exerce o seu ofício.

\* \* \*

A continuidade da presente pesquisa está atrelada à busca de maior número de fontes primárias na Itália. Acerca de Luigi Rossetti, provavelmente, não serão mais encontrados documentos em quantidade significativa, mas podem existir jornais e cartas do próprio Mazzini que ajudem a clarear suas relações com os italianos residentes no continente americano. É possível que possa existir material referente a Zambecari e a Garibaldi. Acerca de Zambecari, como já relatado, é difícil perceber quais foram seus artigos na imprensa rio-grandense. No entanto, ao se conseguir algum documento de sua autoria no Velho Mundo, talvez se possa mapear o traço de escrita do italiano, facilitando a descoberta de seus escritos nos periódicos do Rio Grande. Isso seria de extrema valia para compreender a influência deste *carbonaro* em períodos anteriores e na eclosão da revolta sulista. Muitos outros italianos foram citados nas cartas de Rossetti, indicando suas participações na Guerra Farroupilha. As relações desses personagens com a República Rio-Grandense também seriam um interessante ponto a ser desvendado, caso se encontrasse documentação primária que oferecesse tais indícios. A inclusão do próprio Cuneo, em solo rio-grandense, mereceria ser estudada mais aprofundadamente. Enfim, o objetivo de compreensão da inserção do ideário de Mazzini no contexto farrapo poderia ser ampliado para o entendimento de sua recepção, o que demandaria maior tempo de pesquisa para se analisar, com maior profundidade, a vasta gama de documentos referentes às lideranças do movimento farroupilha.

## Bibliografia

### Livros

ABREU, Florêncio de. *A Constituinte e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALBONICO, Aldo; ROSOLI, Gianfausto. *Italia y América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994.

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: historia e historiografia*. Rio Grande: S.N., 1994.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTONELLI, Giuseppe. *Storia di Roma Antica*. Roma: Tascabili Economici Newton, 1996.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Riograndense*. Edição facsimilada. Porto Alegre: CIA União de Seguros Gerais, s/d.

AYMARD; AYBOYER, André; Jeannine. *Roma e Seu Império: O Ocidente e a Formação da Unidade Mediterrânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANTI, Alberto M. *La nazione del Risorgimento*. Torino: Giulio Einaudi editore s.p.a., 2000.

BARCELLOS, Ramiro Fortes de. *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2ª. Ed. Facsimilada. Porto Alegre: CORAG, 1987.

BARRETO, Abbeilard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul: 1827-1850*. Porto Alegre: Corag, 1986.

BARROS FILHO, Omar L. de; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

BELLINI, Giuseppe. *Bibliografia dell'ispanoamericanismo italiano: contributi critici*. Milano: Cisalpino-Goliardica, 1982.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed A nação/DAC/SEC-RS, s/d.

BERNARDI, Mansueto. *A Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5ª. Ed. Brasília: Ed. da UNB, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. (nueva edición). Buenos Aires: Paidós, 2001.

CANDIDO, Salvatore. *La rivoluzione riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e G. B. Cuneo (1837-1840)*. Firenze (Florença): Vilamartina Editore, 1973.

\_\_\_\_\_. *Giuseppe Garibaldi: corsário rio-grandense*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

CAPANETTO, Dino. *L'Italia del settecento: illuminismo e movimento riformatore*. Torino: Loescher, 1980.

CAPRA, Carlo. *L'età rivoluzionaria e napoleônica in Itália 1796-1815*. Torino: Loescher, 1986.

CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003.

CASTRO, João Vicente Leite de. *Annita Garibaldi: história da heroína brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: USP, 1975.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1958.

CUNEO, Giovanni Batista. *Biografia di Giuseppe Garibaldi*. Milano: Mursia, 1974.

DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

DORE, Grazia. *La democrazia italiana e l'emigrazione in America*. Morcelliana: Brescia, 1964.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão e Edipucrs, 1990.

DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución, 1815-1848*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

\_\_\_\_\_. *La Europa Remodelada, 1848-1878*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ENCICLOPEDIA italiana di Scienze, Lettere ed Arti. Milano – Roma: Istituto Giovanni Treccani, 1930.

ESPINAR, Jaime. *El Romanticismo*. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1947.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2002.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

\_\_\_\_\_. *História da Revolução Farroupilha*. 3ª. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FAGUNDES, Antônio Augusto. *Revolução Farroupilha: cronologia do Decênio Heróico*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003.

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

\_\_\_\_\_. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

FRANZINA, Emilio. *Gli italiani al Nuovo Mondo*. Milano: A. Mondadori, 1995.

FRISCHAUER, Paul. *Garibaldi: herói de dois mundos*. Trad. Rev. Por Eloy Pontes. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, s/d.

GARIBALDI, Giuseppe. *Memórias de José Garibaldi*. Rio Grande: Of. Do Intransigente, 1907.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GERSON, Brasil. *Garibaldi e Anita: guerrilheiros do liberalismo*. São Paulo: José Bushatsky, 1971.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Cláudia. *História da América Latina: do descobrimento a 1900*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1935.

\_\_\_\_\_. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo de História Geral do Rio Grande do Sul, levantamento crítico*. Porto Alegre: IFCH, 1979.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEPRE, Aurélio. *Il Risorgimento*. Torino: Loescher, 1978.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

\_\_\_\_\_. *Lições da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAZZINI, Giuseppe. *Scritti Politici*. Torino: Einaudi, 1976.

MOMIGLIANO, Attilio. *História da literatura italiana*. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira, 1948.

MOURA, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.

NASCIMBENE, Luigi. *Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. Editorial, primavera de 2009.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORIANI, Alfredo. *La lotta política in Itália*. Firenze: Libreria della voce, 1917.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PARISI, Giuseppe. *Storia degli italiani nell'Argentina*. Roma: E.Voghera, 1907.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PIGOZZO, Federico. *Treviso e Venezia nel Trecento: La prima dominazione veneziana sulle podesterie minori (1339-1381)*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 2007.

PORTINHO, José Gomes (org.). *Achegas à Araripe (Guerra Civil no RGS)*. Porto Alegre: Edição do organizador, 1990,

PORTO, Aurélio. *Notas ao processo dos farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Editora Erus, 1965.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: COPESUL/L&PM, 1996.

RIALL, Lucy. *Garibaldi: L'invenzione di un ero*. Roma-Bari, Editori Laterza, 2007.

RIBEIRO, Maria Eurídice de Barros. *Os símbolos do poder; cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília; Editora da Universidade de Brasília, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

ROSA, Othelo. *Vultos da epopéia farroupilha*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

SALVEMINI, G. *Il pensiero religioso, político e sociale de Giuseppe Mazzini*. Roma, 1905.

SANTOS, Vanderley Guilherme dos. *A ordem burguesa e o liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SARTI, Roland. *Giuseppe Mazzini: la politica come religione civile*. Roma: Editora Laterza, 2005.

SCARANO, Paolo. *Rapporti politici, economici e sociali tra il regno delle Due Sicilie ed il Brasile (1815-1860)*. Nápoles: Società Napoletana di Storia Patria, 1958.

SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1827-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Vol. II. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal. Edições Eletrônicas, 1999.

SMITH, Denis Mack. *Storia d'Italia*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2000.

SPALDING, Walter. *Farrapos*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

\_\_\_\_\_. *A Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Ed. Biblioteca do Exército, 1963.

SOUZA, Coelho de. *Revolução Farroupilha: sentido e espírito*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto Alegre: Chardron, 1915.

\_\_\_\_\_. *Política Brasileira, interna e externa*. Porto, Chardron, 1929.

\_\_\_\_\_. *História da Grande Revolução*. Vol. II e III. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

VILLARDI, Rosario. *Storia contemporanea*. Roma: Laterza, 1995.

### Artigos em livros

BAKOS, Margaret Marchiori Bakos. A escravidão negra e os farrapos. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

BERNARDI, Mansueto. A bibliografia italiana referente ao Rio Grande do Sul. In.: *Fundamentos da cultura riograndense*. Porto Alegre: Sulina, 1962.

CANDIDO, Salvatore. Giuseppe Garibaldi nel Rio de la Plata (1841-1848). In.: *Dal ritorno a Montevideo alla spedizione suicida nel Rio Paraná (1841-1842)*. Firenze: Centro Ricerche América Latina, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In.: *História Geral da civilização brasileira*. Tomo II, 2º vol. São Paulo: DIFEL, 1967.

CHIAVARI, Maria Pace. Rio de Janeiro, a porta de entrada de Garibaldi na América Latina. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In.: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Coleção Ensaios, Vol. 12. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In.: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HOBSBAWN, Eric. J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In.: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

LEITMAN, Spencer L. Revolucionários italianos no império do Brasil. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. Negros farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MAZZINI, Giuseppe. Deveres do Homem. In.: *Coleção Pensadores Italianos*. Vol. XXVI. São Paulo: Editora Brasileira, 1952.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A guerra dos farrapos e a construção do estado nacional. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ROWLAND, Robert. A construção da identidade nacional no Brasil independente. In.: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na Região Platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo comparativo de história comparada. In.: HEINZ, Flávio M. & HERRLEIN JR., Ronaldo (orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

TALAMO, Giuseppe. Leopardi: nazione culturale e nazione politica. In.: SPADOLINI, Giovanni (org.) *Nazione e Nazionalità politica in Italia*. Roma: Laterza, 1994.

## Artigos em periódicos

BALZANI, Roberto. Il problema Mazzini. In.: *Ricerche di Storia Politica*. Número 2, ano 8. Roma: junho 2005.

CALDEIRA, Manoel Alves Silva. Apontamentos para a História da Revolução de 1835-45. In.: *Revista do IHGRS*. 3º trim. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1927.

CANDIDO, Salvatore. Los italianos em América del Sur y el Resurgimiento. In.: *Diálogos*. Montevideo, 1963.

\_\_\_\_\_. La azione mazziana in Brasile ed il giornale 'la Giovine Italia' di Rio de Janeiro (1836) attraverso documenti inediti o poco noti. In.: *Domus Mazzianiana*. N.º. 2, vol. 4. Pisa: Editrice Giardini, 1968.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los Estados Hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de La Plata. In.: *ANOS 90. Revista do Curso de Pós-Graduação em História. Tendências recentes da historiografia: anais do seminário*. n.º.1. Porto Alegre: UFRGS, maio de 1993.

DUARTE, Eduardo. Garibaldi, Rossetti e Zambecari. In.: *Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense*. Vol. II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As ideias estão no lugar. In.: *Cadernos de Democracia como valor universal*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREITAS, Décio. Farrapos: Grandeza e miséria da Revolução. In.: *Brasil Incluso*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1991.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A paz de Ponche Verde na conjuntura dos conflitos platinos. In.: *Ágora*. N.º. 1/2, jan./dez., vol. 9. Santa Cruz do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. O Federalismo na Imprensa da República Rio-grandense. In.: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. N.º. 1/2, vol. 3. Porto Alegre: IFCH, 1993.

MARQUES. A difícil trajetória do Risorgimento. In.: *Revista História Viva*. Ano V. N.º.: 25. São Paulo: Duetto Editorial.

\_\_\_\_\_. O apelo à imaginação. In.: *Revista História Viva*. Ano V. N.º.: 25. São Paulo: Duetto Editorial.

MELIS, Antonio. L' esperienza latinoamericana di Giuseppe Garibaldi. In.: *Il Ponte*. N.º. 12. Firenze, 1969.

NATI, Mario. Breve Storia della Stampa Italiana in Brasile. In.: *Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano*. Anno LIV, Fasc.II, aprile-giugno. Milano, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma Ideologia em Farrapos. In.: *Letras de Hoje*. Nº. 61, setembro. Porto Alegre, 1985.

\_\_\_\_\_. A Revolução Farroupilha. In.: *Boletim Gaúcho de Geografia*. Nº. 13, agosto. Porto Alegre, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: *Revista de História*. Vol. 01. Porto Alegre, 1986/1987.

ROSA, Othelo. Os elementos estrangeiros na Revolução Farroupilha. In.: *Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense*. Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.

ROSA, Carmem da. Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos?. In.: *Revista do Ensino*. Nº. 176, agosto/setembro, vol. 27. Porto Alegre, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In.: *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, jan. 1973.

WEINHARDT, Marilene. A Revolução Farroupilha como tema ficcional. In.: *Letras*. Nº. 06, julho-dezembro. Santa Maria, 1993.

### **Teses e dissertações**

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: Meridionais na Sociedade Porto-Alegrense e permanência da identidade entre Moranenses*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MENEGAT, Carla. *O tramado, as penas e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino: a revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de Doutorado. UFRGS: Porto Alegre, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007.

**Manuscrito**

BRANDALISE, Carla. *Risorgimento e Revolução: as ideias de Giuseppe Mazzini*. Trabalho Manuscrito: PPG-História-UFRGS, 2008.

**Texto na imprensa rio-grandense**

BERNARDI, Mansueto. Jornal Correio do Povo, 20 de setembro de 1935.

**Texto na internet**

ALIGHIERI, Dante. A Divina Comédia. Purgatório. Canto VI. Linhas 76-96. In.: [www.stelle.com.br](http://www.stelle.com.br)

MARX, Karl. Entrevista concedida a R. Landor, 1871. In.: [www.hartford-hwp.com/archives/26/020.html](http://www.hartford-hwp.com/archives/26/020.html)

Anexos



Giuseppe Mazzini



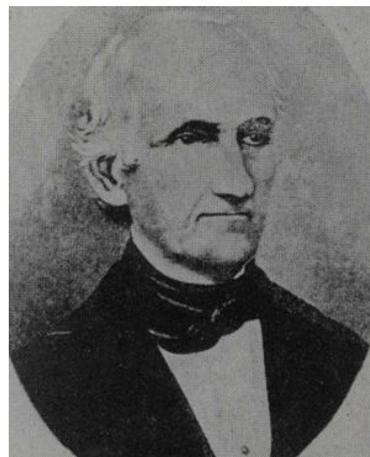
Giuseppe Garibaldi



Livio Zambecari



Bento Gonçalves da Silva



Domingos José de Almeida



### Primeira planta da cidade de Porto Alegre

Ano: 1833.

Autor: Livio Zambeccari.

Tipo: Colorido, aquarela sobre papel, com legenda, sem escala, original autografado.

Tamanho: 27x15cm.

Pertencente ao *Museo Del Risorgimento*, Bologna, Itália.

Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

# \* O P O V O . \*

JORNAL POLITICO, LITTERARIO, E MINISTERIAL DA REPUBLICA RIO GRANDENSE.

Este Periodico he propriedade do Governo. Se publica na 4.ª feira e Sabbado de cada Semana. Vende-se em Piratini na Casa do Redactor, onde tambem se recebem Assignaturas á 4\$000 rs. em prata cada Semestre, pagos adiantados. " Folhas avulsas 80 rs.

*O poder que dirige a revolução, tem que preparar os animos dos Cidadãos aos Sentimentos de fraternidade, de modestia, de igualdade e desinteressada e ardente amor da Patria.*

*Joven Italia. Vol. V.*

PIRATINI, TYPOGRAPHIA REPUBLICANA RIO-GRANDENSE: ANNO DE 1833.

## PROSPECTO.

Para chegar da tyrania á Liberdade, he mister valer-se de medidas, incompativeis com a Liberdade regular, e permanente. Aquelle tempo de transito não pode ser de Liberdade. O Poder que governa a revolução tem que ser essencialmente a força livre de qualquer vinculo, e superior a todo o obstaculo.... Querer governar a epoca tumultuosa da revolução com as regras conservadoras do regimen definitivo, seria o mesmo que avaliar a paz como a guerra.... O Poder que dirige a revolução tem que preparar os animos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modestia, de igualdade, e desinteressado e ardente amor da Patria. As palavras, que traduzimos da *Joven Italia*, folheto que se imprime na Europa, rezumem inteiramente os principios, que nos hão de guiar na redacção deste Jornal.

Ou em outros termos:

Devemos nos identificar com o poder que rege a guerra, e tentar todos os meios licitos para lhe adquirir maior probabilidade de huma decisiva victoria.

Procurar com todas as nossas forças propagar entre o Povo doutrinas essencialmente democraticas, sendo aquellas das quaes depende a salvagão, e a felicidade da Republica. Tal he a missão que a nossa consciencia imperiosamente nos ordena nas circumstancias.

Quem se propôr á outro fito além deste, teria a nosso ver, mal concebido o espirito de huma guerra de insurreição.

A opposição aos actos do Governo, quando o Governo he consolidado, e os regulamentos da paz substituidos aos Decretos da guerra; quando cada coisa tem que reger-se pela soberana vontade do Povo, estão não somente he util, mas tornam-se necessaria para advertir a Nação, ou das usurpações do poder, ou da incapacidade dos governantes, afim de que ella

possa prover, e obstar es males, de que está ameaçada; mas quando se trata de destruir os obstaculos que embaraçam o fim da revolução, e se considera que para vencer o inimigo he necessaria huma extrema vigilancia, huma actividade incansavel, e huma celeridade extraordinaria afim de conhecer-se seus movimentos; dar providencias as necessIDADES que d'alto se seguem, e vigiar promptamente, e em tempo sua execução; todas estas exigencias não se pode de outro modo satisfazer senão concentrando a vontade de todos em muy poucas, ou em huma só, e esta tanto mais poderosa, quanto mais livre na escolha dos meios, senhora de si, despida, e desembaraçada de obstaculos nos seus procedimentos; quando os Decretos tem de succeder-se com a rapidez dos golpes no combate, e a mais pequena dilacção poderia ser fatal ao exito da guerra, quem de bom fô poderia propôr outro fim, a não ser aquelle enunciado por nós?

Seria importuno, e perigoso instituir huma censura contra hum Governo, que está lutando para conquistar a independencia da Nação, e que para conseguilla, não pode, nem deve, sem faltar ao ministrio para o qual foi estabelecido deixar de valer-se de tudo o que está no seu alcance; pois quando se trata dos destinos da Patria, qualquer meio heito é santo, qualquer arma impunhada pelo valeroso que se offerece victima consagrada, he abençoada de Deos, que sómente concede a palma da victoria aos que insurgem firmemente resoltivos a obtela.

Do q' temos até aqui expellido apparece rigorosa huma consequencia da qual nos não podemos de nem uma maneira; subtrahir-nos; isto he, e de excluir de nossas columnas qualquer correspondencia, ou communicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas.

O officio do jornalista hoje em dia, por culpa de muitos, suspeito e mercedamente em parte infamado, he officio santissimo quando exercido rectamente, e se não desvia da sublime e luminosa carreira que os novos destinos da humanidade lhos confiã.



Bandeira atual do Estado do Rio Grande do Sul.



Brasão atual do Estado do Rio Grande do Sul. Veem-se, claramente, as premissas mazzinianas: “Liberdade – Igualdade – *Humanidade*”.

**Carta de Luigi Rossetti a Álvares Machado. CV-8048.**

Illmo. e Exmo. Senhor Álvares Machado e Vasconcellos.

A carta com que vem honrar-me havia quase me desalentado, pois parecia-me que V. Exa. desesperasse já de sua missão, em consequência de condições que se propusessem ao Império. Fui rogar ao Sr. Ulhoa Cintra que fizesse o obséquio de mostrar-me as correspondências do General em Chefe com V. Exa., e o seu conteúdo me tranquilizou. Continuo a ser de opinião que V. Exa. triunfará em todos os obstáculos se, como não duvido, quizer fazer-nos o sacrifício de vir presidir aos destinos da Província.

O Exército dissidente quer a Paz, mas precisa fazer-lhe ao menos em alguma coisa sua vontade. O sacrifício, não deixo de reconhecer, é grande, mas V. Exa., se deseja pôr termo à tantas calamidades, poupar novo sangue e novas lágrimas, deve o fazer. Eu penso que, estando V. Exa. na Presidência, este Povo dócil, ainda mais que valoroso, a tudo se sujeitaria. Desejo ver acabada esta luta de irmãos, sem objeto agora, e espero que me perdoe se lhe sou importuno.

O Senhor Jerônimo Castilho, aqui presente, me ordena dirigir a V. Exa. de sua parte o mesmo pedido e diz demais que se lisonjeia que V. Exa. não se negará aos desejos de todos os bons patriotas e leais súditos de Sua Majestade Imperial.

A doutrina da Jovem Itália não era a da Monarquia, ainda que fosse a da individualidade e da união. Nós queremos a República, até puramente democrática, porque além destas fórmulas nós não vemos Liberdade verdadeira possível. Contudo, pode ser que, desde o tempo que tudo quanto diz respeito à minha Pátria, ignoro que nossos sábios iniciadores assentem em estabelecer, por ora, uma Monarquia Representativa, como para dar finalmente um passo para reunir, ao menos, os membros dispersados. Porém, não acredito que, na Monarquia geral e individual e mesmo representativa, parem os nossos trabalhos. Nós temos por fé que a Humanidade não será constituída,

e em marcha para o seu bem estar, se não quando todos os Povos serão aliados em uma federação republicana. Não a queremos só no Brasil, mas universal, e estamos convencidos que nossos esforços não serão baldados. A época em que se cumprir este plano majestoso, nós não a veremos; ela é remota, mas há de vir e nós a preparamos, ainda que com a certeza de não desfrutá-la. Teremos ao menos posto, também, uma pedrinha na elevação do grande edifício. Nosso apostolado é difícil e penoso; precisa até fazer muitas vezes abnegação de nossos princípios. Mas não importa; a ele nos sacrifiquemos e nada nos abala. Os rio-grandenses cometeram um erro, que foi fatal ao Brasil e às doutrinas que nós apregoamos.

É em favor delas, do País e da Humanidade que o desejo ver corrigido com a Paz.

Falo-lhe na minha Pátria, o amor que lhe tenho e as saudades de muitos anos me impelem a ser importuno para com V. Exa. A Itália produziu heróis quando governada pela República Romana, que, se contentando em engrossar suas falanges com os soldados dos outros Povos italianos, deixava-lhes o direito de dirigir, como a eles melhor convinha, seus negócios interiores. A Itália produziu heróis no tempo ainda que agitado das repúblicas da meia idade; produziu escravos e vis quando governada pelos Imperadores, pelos reis e pelos Papas. O mesmo não aconteceu, nem acontecerá, por ora, ao Brasil, porque os tempos lhe são mais favoráveis; porque a corrupção das Cortes europeias ainda não o infestou. Eu amo o Brasil e lhe falarei com franqueza de que faço ardentes votos a Deus para que tamanha desgraça não o alcance.

Isto acontecerá se lhe der príncipes tão virtuosos como o que hoje tem empunhando o cetro. Mas se seus filhos o não imitarem? De resto, eu sou estrangeiro e só me fica o direito para valer-me do meu pequeno préstimo em favor do País que me hospeda. Nesta intenção, entrei na revolução e porque meus princípios adquiriam, também, um auxiliar. É nesta mesma intenção, e para não os ver inteiramente perdidos na terra onde desejava deixar ao menos uma pisada, que agora hei de valer de minha pouca influência e fazer para que estes bravos brasileiros voltem ao grêmio da própria família. Eu conheço a

necessidade em que eles estão de dar semelhante passo e conheço o quanto convém à prosperidade material da Província que eles tornem a obedecer ao mui digno Soberano, que felizmente domina sobre todo o Brasil. E direi demais que desejava podê-los convencer do quanto lucrariam em confiar, antes do que no tratado, na magnanimidade do Senhor Dom Pedro II. V. Exa., talvez, o consiga voltando.

Tudo depende que V. Exa. possa proporcionar ao Sr. Bento Gonçalves o meio de se entender com os demais chefes da revolução.

Tomei-lhe o tempo, mas me perdoará. Só me resta suplicar-lhe de não abandonar a empresa começada. A paz depende de V. Exa. Eu não vejo obstáculos. Se há, não os conheço.

Seu atencioso Servidor,

[a] L. Rossetti

Viamão, 16 Novembro 1840.